

Aglomerado
de ideias

Na dor
dos outros
um pouco
de nós.

Liana

Gestão em Revista

2012 e 2013



Na vastidão dos mares
infinito
Na vastidão da
mente
Conflito

Nos céus
do agora
o sol
do amanhã

Não

Na dor dos outros, um pouco de nós

Se Oscar Wilde, o genial dramaturgo, escritor e poeta irlandês, teve razões próprias para afirmar que “a vida imita a arte mais do que a arte imita a vida”, esta parece não ter sido a premissa abraçada por Liana Brandão, quando criou o painel transportado para a capa desta revista. Liana, conjugando destreza com sensibilidade, cuidou de retratar recortes da vida em cores e traçados comovidos, valorizando silhuetas e expressões, ora sofridas, ora anônimas, que reclamam uma leitura semiológica. O próprio Wilde, aliás, se encarregou de dizer que “se um homem encara a vida de um ponto de vista artístico, seu cérebro passa a ser seu coração.” Coração e cérebro se juntaram, aqui, para expressar a arte que mais imita a vida.

Quando vi a obra de Liana fixada numa das paredes externas da sala de sessões do Tribunal Pleno, percebi que a artista cuidou de esgrimir os pincéis também para cunhar uma frase que anteviu o propósito agora implícito desta publicação: “Na dor dos outros, um pouco de nós.”

É bem possível, aliás, que a melhor maneira de qualquer gestor público prestigiar o conceito de cidadania seja mesmo tentando mostrar, durante e ao final de uma administração, o sentido maior da existência do aparato logístico e humano da instituição, que teve a oportunidade de comandar. É este o escopo desta revista. Um pouco de nós, que atuamos na Justiça do Trabalho de Santa Catarina está aqui, para sinalizar que a dor dos outros pode ser mitigada pela ação objetiva de muitos, que fazem da faina cotidiana uma busca permanente pela realização da justiça, no sempre mutável e dinâmico universo do trabalho.

Mais do que um documento que desfila, nas matérias distribuídas ao longo de oito editoriais, a profusão de ações de um pequeno recorte da história do nosso Regional, esta publicação procura demonstrar, na perspectiva do jurisdicionado, os motes da nossa atuação.

Tão importante como a autoria é a obra e o fim a que se destina. Mas, a Justiça do Trabalho, por seus integrantes e dirigentes, que cedem à transitoriedade, só se justifica e se sustenta pela celeridade e efetividade do trabalho demandado por seus destinatários: os perenes protagonistas das relações que povoam o mundo do trabalho.

A eles, nossas homenagens e uma prestação de contas diferente.

Boa leitura!


Gisele Pereira Alexandrino
Presidente 2012/13



Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

Gestão 2012/13

Desembargadora Gisele Pereira Alexandrino
Presidente

Desembargador Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira
Vice-Presidente

Desembargador Edson Mendes de Oliveira
Corregedor Regional

Desembargadores do Trabalho, por ordem de antiguidade

Lília Leonor Abreu
Ligia Maria Teixeira Gouvêa
Âgueda Maria Lavorato Pereira
Jorge Luiz Volpato
Marcos Vinicio Zanchetta
Gisele Pereira Alexandrino
Gilmar Cavalieri
Viviane Colucci
Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira
Edson Mendes de Oliveira
Lourdes Dreyer
Maria Aparecida Caitano
Gracio Ricardo Barboza Petrone
Mari Eleda Migliorini
Maria de Lourdes Leiria
José Ernesto Manzi
Amarildo Carlos de Lima
Teresa Regina Cotosky

Estrutura Administrativa (biênio 2012/13)

| | |
|--|--|
| Secretário-Geral da Presidência | Eleonora Lebarbenchon Silveira de Borba |
| Diretor-Geral da Secretaria | Nezita Maria Hawerth Wiggers/Fernanda Gomes Ferreira |
| Secretário do Tribunal Pleno | Roberto Carlos de Almeida |
| Secretário da 1ª Turma | Luciana Ferro Borini |
| Secretário da 2ª Turma | Jefferson Neri Corbari |
| Secretário da 3ª Turma | Márcia Olegário Becker de Aquino |
| Secretário da Corregedoria | Christiane Reis Odebrecht |
| Diretor da Secretaria Judiciária | Silvana Schaarschmidt Carioni |
| Diretor da Secretaria de Recursos Humanos | Fernanda Gomes Ferreira/Vanessa Gesser de Miranda |
| Diretor da Secretaria Administrativa | Sandro Beltrame |
| Diretor da Secretaria de Informática | George Alexandre Silva |
| Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão | Rosângela Gomes Yamada |
| Assessor da Presidência | Flávio Kretzer |
| Assessor de Controle Interno | Sidônio Jacintho de Oliveira Neto |
| Assessor Jurídico | Ana Paula Volpato Wronski |
| Assessor Orçamentário | Luiz Carlos de Carvalho Cardoso |
| Assessor de Comunicação Social | Vanderlei Luiz Ricken |

Sumário

| | |
|---------------------------|----|
| Atuação Institucional | 06 |
| Gestão de Pessoas | 28 |
| Planejamento Estratégico | 40 |
| Infraestrutura | 46 |
| Tecnologia da Informação | 54 |
| Escola Judicial | 62 |
| Comunicação Institucional | 68 |
| Et Cetera | 74 |



M.V. Russomano

COMENTÁRIOS
Consolidação
DAS LEIS
DO TRABALHO

M.V. Russomano

COMENTÁRIOS
à Consolidação
DAS LEIS
DO TRABALHO

M.V. Russomano

COMENTÁRIOS
à Consolidação
DAS LEIS
DO TRABALHO

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL



Em busca do deficit zero

Gestão 2012/13 completou lotação de varas e gabinetes, recompôs áreas de apoio e flexibilizou remoção interna

A homologação do concurso público no final de outubro de 2013 criou, novamente, as condições para a Administração do TRT-SC completar a lotação-padrão das varas do trabalho, além de permitir a oxigenação e a profissionalização das áreas de apoio com a lotação de servidores ocupantes de cargos especializados.

O deficit das varas e dos gabinetes chegou a ser zerado em março de 2013, com o término de validade do concurso aberto em 2010. No decorrer da nova seleção, porém, foram surgindo novos deficit, um “processo bem dinâmico”, segundo a diretora da Secretaria de Recursos Humanos, Vanessa de Miranda. De acordo com ela, alguns deficit são justificados, pois muitos candidatos nomeados no concurso de 2010 não assumiram. Outros ingressaram, mas, em seguida, foram nomeados em outros concursos, solicitando desligamento da 12ª Região. Além do expressivo número de servidores que se aposentaram, de lá para cá a movimentação processual que norteia a lotação-padrão estabelecida na [Resolução 63/2010](#) também se alterou.

O preenchimento efetivo das vagas nas unidades deficitárias será de forma paulatina, e as prioridades de atendimento foram sugeridas pela Comissão de Remoção à Presidência, depois de uma análise minuciosa de cada situação.

Os processos de remoção interna foram iniciados em outubro de 2013, assim como os procedimentos para avaliação médica dos candidatos com deficiência, conforme previsto no edital de concurso, o que impõe limites a uma nomeação maior na fase inicial. De qualquer forma, os editais de remoção em andamento devem garantir a nomeação de um número expressivo de novos servidores no primeiro bimestre de 2014, acabando com os deficit

logo no início do ano, afirma a diretora do Serviço de Promoção e Acesso de Pessoal, Fabiana de Linhares.

As áreas de apoio administrativo e judiciário também serão contempladas com novos servidores. Segundo a Direção-Geral do Tribunal, ao longo dos últimos anos a instituição tem trabalhado muito para garantir a lotação adequada de servidores em sua atividade-fim, deslocando cargos da

| Concurso de 2010 (Vigência: 03/2011 a 03/2013) | | |
|---|--------------------------|-------------------------|
| | Analistas Judiciários | Técnicos Judiciários |
| Vagas previstas no edital | 6 | 7 |
| Nomeados | 148 | 175 |
| Empossados | 90 | 64 |

área administrativa. Dessa forma, mesmo com os limites impostos pela Resolução 63 e com o reduzido número de cargos existentes, na atual gestão também foi possível criar até superavit em varas do trabalho com servidores afastados por longos períodos.

Essa situação pode ser comprovada com números. De janeiro de 2010 a outubro de 2013, a primeira instância teve um acréscimo de 50 servidores (quase um por unidade), muitos decorrentes de cargos de aposentadorias da área-meio que foram deslocados para a área-fim. Nos gabinetes de desembargadores, de 2009 a 2013 a lotação passou de nove para 11 servidores por unidade. Em outubro de 2013, havia nove unidades de primeira instância com superavit de servidores, enquanto a área administrativa representava um percentual de 23,76% da lotação total, quando o previsto na Resolução 63/2010 é de 30%.

Profissionalização das áreas de apoio

Assim, mesmo com foco na atividade-fim, a profissionalização e o fortalecimento da área administrativa também mereceu atenção da atual gestão. “A administração pública está cada vez mais complexa e técnica, exigindo novas competências dos servidores. Também são inúmeras as resoluções e demandas dos conselhos superiores que exigem um quadro adequado e especializado”, afirma a presidente do TRT-SC, no biênio 2012/13, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino. “É gratificante saber que hoje podemos preencher a lotação da atividade-fim, sem descuidar das áreas de apoio administrativo e judiciário”, acrescenta.

Por esse motivo, o atual concurso público abrangeu categorias não previstas nas últimas edições, que se restringiram apenas a car-

gos sem especialidade. Abriu-se espaço, por exemplo, para candidatos graduados em Psicologia, Engenharia Civil, Estatística e Tecnologia de Informação. Alguns cargos foram incluídos por exigência dos conselhos superiores, como no caso do estatístico.

“Penso que isso permitirá um salto de gestão e refletirá de forma muito positiva na atividade-fim da instituição, já que as áreas de apoio têm como atribuição, por essência, subsidiar e garantir o perfeito funcionamento das unidades judiciárias. Cumprimos, também, uma importante missão de garantir profissionalização com carga adequada de trabalho”, afirma presidente do TRT-SC.

Outra mudança significativa diz respeito à flexibilização da remoção interna a todos os servidores. Agora, ninguém precisa esperar dois anos na primeira lotação para pedir remoção, prazo que passa a valer apenas para os deslocamentos subsequentes. “Essa medida garante o princípio da isonomia, dando aos servidores que já compõem o quadro o mesmo direito dos novos servidores”, explica a desembargadora Gisele. A iniciativa, esclarece ela, criará mais possibilidades de seleção para as unidades e, também, mais oportunidades para os servidores atuarem nas áreas e cidades de seus interesses.

“Sabemos que na área de gestão de pessoas é difícil construir uma regra universal, que atenda a todas as expectativas, mas esperamos com essas ações chegar mais perto do ideal”, afirma a presidente.



Desembargadora Gisele Alexandrino (e) dá posse ao primeiro grupo de aprovados no concurso de 2013. À direita, a diretora de RH, Vanessa Miranda



Mais de 150 candidatos tomaram posse durante a vigência do concurso de 2010

Composição plena

Promoções de 2012 completaram quadro de desembargadores

Todas as 18 cadeiras do TRT da 12ª Região estão ocupadas desde a posse da desembargadora **Teresa Regina Cotosky**, em novembro de 2012. Promovida pelo critério de antiguidade, a curitibana ingressou na magistratura trabalhista catarinense em 1990. Ela é formada em Direito pela Universidade Federal do Paraná e tem especialização em Ciências Jurídico-Comunitárias pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

O desembargador **Amarildo Carlos de Lima** também tomou

posse em 2012, em fevereiro, promovido pelo critério de merecimento. Assim como a colega, ele também é paranaense, de Ponta Grossa, e tem 23 anos de magistratura trabalhista. Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, é especialista em Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito de Joinville e mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Em 2002 publicou o livro “A ação pública e sua aplicação no processo do trabalho”.



Teresa Cotosky tem especialização pela Universidade de Lisboa



Amarildo de Lima é mestre em Ciências Jurídicas pela Univali



Famílias dos novos desembargadores prestigiaram o momento



Em 2013, composição do Pleno foi preenchida. Ausente na foto apenas a desembargadora Mari Eleda Migliorini

Primeira instância quase preenchida

No primeiro grau, até novembro de 2013, o quadro de 56 substitutos estava quase completo, com 53 cargos providos. O de titulares tem 57 providos e 3 vagos. Durante os dois anos da atual gestão, seis juízes substitutos foram promovidos à titularidade: Jayme Ferrolho Júnior, Nelzeli Moreira da Silva Lopes, Andréa Cristina de Souza Haus Bunn, Rosilaine Barbosa Ishimura Sousa, Miriam Maria D'Agostini, Rodrigo Goldschmidt e Régis Trindade de Mello. Além disso, o Tribunal Pleno

deferiu o pedido de remoção nacional de oito juízes substitutos: Paulo Cezar Herbst (4ª Região), Adriana Custódio Xavier de Camargo e Valdomiro Ribeiro Paes Landim (15ª Região), Mariana Antunes da Cruz Laus e Mariana Philippi de Negreiros (9ª Região), Herika Machado da Silveira Fischborn (2ª Região), Indira Socorro Tomaz de Sousa e Silva (11ª Região) e Alessandro Friedrich Saucedo (23ª Região).



Juízas Andréa (3ª VT de Lages) e Rosilaine (1ª VT de Criciúma) ingressaram e foram promovidas nas mesmas datas



Juiz Alessandro (segundo da direita para esquerda) veio ficar mais perto da família



Juiz Rodrigo assumiu a titularidade da VT de Joaçaba



Juíza Mariana Negreiros retorna ao TRT catarinense onde iniciou sua carreira no Judiciário



Posse do juiz Jayme (de gravata), que foi para a VT de Curitiba, foi prestigiada pelo juiz Silvio, da 4ª VT de Blumenau, e pelas desembargadoras Gisele e Maria de Lourdes



Antes de ingressarem na magistratura, a juíza Mariana Laus foi servidora do TRT-SC e o juiz Valdomiro exerceu a advocacia



Depois de 12 anos, juíza Miriam tomou posse como titular da 3ª VT de Criciúma



Juíza Indira (morena) veio para SC por escolha e juíza Herika regressou ao Regional onde foi estagiária

Juíza Nelzeli (VT de Timbó) entre a enteada Tháís e o marido Fabian



A promoção mais recente foi a do juiz Régis (d) para a VT de Xanxerê



Juiz Paulo, de volta ao TRT-SC após oito anos, e juíza Adriana integram o quadro de substitutos



Trabalho Seguro

TRT-SC conquista adesão de 20 parceiros ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e articula legislação inédita

Segundo dados do Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho do Ministério da Previdência Social, o Brasil registrou, em 2012, 705.239 acidentes, com 2.731 mortes. Santa Catarina é o sexto colocado no número de ocorrências, com 44.525 acidentes (6%) e 154 (5%) mortes.

Para reduzir estes números o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com diversas instituições públicas e privadas, criaram o **Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho**, ou simplesmente **Trabalho Seguro**, que tem formulado e executado projetos e ações voltados à prevenção.

A presidente do TRT-SC, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, diz que até pouco tempo o Poder Judiciário não estava focado na questão. “Agora foi aberto um leque de ações que está sendo assumido pelo Judiciário para ajudar a reverter essa situação”, afirma. Para a desembargadora Viviane Colucci, também do TRT-SC e integrante do Comitê Gestor Nacional do programa, a Justiça do Trabalho sempre acabava atuando quando a cadeia de prevenção dos acidentes já havia falhado. “Mas agora isso pode mudar”, analisa.

O juiz Alexandre Ramos, gestor regional do Trabalho Seguro ao lado da presidente do TRT-SC, conta que o estado catarinense foi um dos que mais atraíram adesões ao programa.

Até dezembro de 2013, 21 instituições haviam aderido ao Trabalho Seguro: Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis (Sinduscon), Sinduscon de Itapema, Serviço Social da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis (Seconci), Federação dos Trabalhadores das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc), Procuradoria Regional do Trabalho de Santa Catarina (MPT-SC), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (Acif), Associação Catarinense dos Advogados Trabalhistas (Acat), Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina (PGE-SC), Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina, Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina (Sindicarne), Associação dos Notários e Registradores do Estado de Santa Catarina (Anoreg-SC), Sindicato dos Notários e Registradores de Santa Catarina (Sinoreg), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (Crea-SC), Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc/Joaçaba), Universidade Regional de Blumenau (Furb) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (Campus Videira).

Semana de Prevenção

Na Semana Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, a Escola Judicial, com o apoio da Administração do TRT-SC e do Ministério Público do Trabalho (MPT-SC), promoveu o Seminário Trabalho Seguro em abril de 2013. Dentro da programação também houve a exibição do documentário “Carne e Osso”, que revela a rotina de trabalho nos frigoríficos, e a aprovação de uma lei inovadora.



Lei pioneira

No dia 26 de abril de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) a Lei Estadual 16.003, primeira do país a dispor sobre a obrigatoriedade de constar nos editais de licitação e respectivos contratos administrativos uma cláusula que exija a capacitação de trabalhadores terceirizados em saúde e segurança do trabalho. O projeto que originou a legislação foi encaminhado pelo deputado Gelson Merísio, a pedido dos gestores regionais do Trabalho Seguro.

Os magistrados do trabalho catarinenses também são os que mais têm auxiliado a União a buscar, com ações regressivas, o ressarcimento de valores desembolsados no tratamento e recuperação de vítimas de acidentes de trabalho. De cada quatro decisões enviadas à Procuradoria-Geral Federal (PGF), reconhecendo a culpa do empregador em processos que envolvem acidentes de trabalho, uma é da 12ª Região. Ao todo, foram 884 ofícios em 2012, seguindo à risca a recomendação expedida pelo TST e que integra o Trabalho Seguro.

Seminário nacional reúne magistrados

Uma delegação composta por 16 magistrados e uma servidora foi a Brasília participar do 2º Seminário Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, em setembro de 2013, promovido pelo TST e CSJT. O objetivo foi ampliar o debate sobre a saúde e a segurança no meio ambiente do trabalho.



Setentona

Justiça do Trabalho catarinense comemora sete décadas da CLT com entrevistas à imprensa e sessão especial na Assembleia Legislativa

Foi na Era Vargas, entre os anos 30 e 50, que se iniciou o processo de institucionalização dos direitos trabalhistas. Na época, o Brasil vivia a transição de um país rural para uma economia sustentada na industrialização. É nesse cenário que nasce a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1º de maio de 1943, pelo Decreto 5.452, assinado pelo presidente Getúlio Vargas. Considerada a maior conquista social dos trabalhadores, a Consolidação passou a regular as relações entre empregadores e empregados.

Depois de sete décadas de existência e mesmo sendo alvo de críticas, a CLT ainda é a principal fonte de equilíbrio das relações de trabalho. Para demonstrar a sua importância e legado, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula, exortou a Justiça do Trabalho a celebrar durante todo o ano de 2013 o aniversário de 70 anos da CLT.

O Tribunal catarinense programou uma agenda intensa para marcar essas sete décadas. Nos meses que antecederam o 1º de maio, desembargadores e juízes concederam entrevistas à imprensa, falando sobre as principais conquistas obtidas pelos trabalhadores e sobre o debate que permeia a necessidade de atualização de alguns dos seus dispositivos.

Mas, o ponto alto das comemorações foi a realização, em 29 de abril, de uma **sessão especial na Assembleia Legislativa de Santa Catarina** com a presença de deputados estaduais, magistrados do trabalho, advogados, representantes dos trabalhadores e empregadores e do ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias. Nesse mesmo dia, a Câmara de Vereadores de Lages, com a participação das juízas titulares das VTs do município, também celebrou a data. Em Blumenau, a Câmara de Vereadores, em conjunto com o foro local, realizou sessão solene com o mesmo objetivo, com participação do juiz-diretor do Foro e da desembargadora Maria de Lourdes Leiria.

Na avaliação da presidente do Tribunal, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, apesar da demanda por mais mudanças no texto, a essência da CLT precisa ser preservada. “Os dispositivos da Consolidação aí estão e as-



Sessão especial em homenagem à CLT: ministro do Trabalho, deputados e representantes de sindicatos de trabalhadores e empregadores integraram a mesa juntamente com a presidente do TRT-SC

sim precisam ser mantidos em sua essência para que o sonho de uma sociedade justa possa se realizar e que a economia não seja um fim em si mesma, mas apenas parte de um sistema maior, que tenha como centro o homem em sua mais ampla concepção”, defende a desembargadora, que ainda afirma: “a CLT constitui hoje o legado do Brasil para a construção de um país e de um mundo melhor.”



Banners no corredor da sede do Tribunal contam momentos históricos que antecederam a criação da Justiça do Trabalho, em 1941



De cima para baixo: ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias; advogado da Fecesc, Oswaldo Miqueluzzi; e diretor jurídico do Sistema Fiesc, Carlos José Kurtz, participaram da série de entrevistas do “Justiça do Trabalho na TV”

A equipe de produção do “Justiça do Trabalho na TV” preparou três entrevistas sobre os 70 anos da CLT. O ministro Manoel Dias estreou a série, que contou com a participação do advogado da Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina (Fecesc), Oswaldo Miqueluzzi, e do diretor jurídico da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), José Carlos Kurtz. As entrevistas foram veiculadas pela TV Justiça e por mais 12 emissoras da Capital e do interior do Estado, além de 7 emissoras que repercutem o programa na versão radiofônica.

Com foco no público interno, o Tribunal também organizou um “talk show” sobre o tema. O entrevistado dessa edição do evento – o terceiro de 2013 – foi o desembargador do TRT, Amarildo Carlos de Lima.

Encontro para entrar na história

Cinco dias dedicados integralmente à reflexão e debates entre magistrados. Assim foi o 1º Encontro Institucional da Magistratura do Trabalho de Santa Catarina, evento realizado em outubro de 2013 que, pela primeira vez, reuniu temas de natureza institucional e jurídica numa mesma programação.

“Nossa ideia foi criar um canal de debate direto e aberto entre a Administração do Tribunal e os magistrados, ouvir seus anseios e suas ponderações”, explicou a presidente do TRT-SC, Gisele Pereira Alexandrino. Para viabilizar a participação dos juízes, a Presidência, a Corregedoria e a Escola Judicial editaram um ato conjunto restringindo a atividade jurisdicional apenas aos casos urgentes, em sistema de plantão.

As discussões se deram em torno de três temas centrais, sugeridos pelos próprios magistrados: conciliação, perícias trabalhistas e gestão. Sobre o primeiro assunto, chamou a atenção a apresentação do desembargador César Marques Carvalho sobre o projeto de centralização de execuções implantado no TRT do Rio de Janeiro.

O tema das perícias foi pensado com

foco num dos principais programas institucionais da Justiça do Trabalho nacional, o Trabalho Seguro. Tanto que foram convidados mais de 40 médicos-peritos, sendo que 34 marcaram presença. As oficinas de gestão também ganharam um dia exclusivo da programação. Foram três ao todo: gerindo uma vara do trabalho, definição dos níveis de competência do diretor de secretaria e sobre como o princípio de pertencimento afeta o clima da equipe.

Pelo menos três palestras fugiram dos temas centrais, uma forma de espairecer a mente antes e depois das intensas discussões das oficinas e grupos de trabalho.

A abertura do evento ficou por conta de um ex-subcomandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) do Rio de Janeiro. Paulo Storani, que também tem mestrado em Antropologia Social, foi consultor do filme Tropa de Elite.

O filósofo Renato Janine Ribeiro, autor de diversos livros e reconhecido internacionalmente, encerrou o Encontro falando sobre o papel do magistrado na sociedade contemporânea.



Programa de Valorização da Magistratura

O TRT-SC sediou, em junho de 2012, o primeiro encontro do Programa de Valorização da Magistratura, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo foi esclarecer ao cidadão a importância dos serviços prestados pelo Judiciário, já que a valorização das atividades da magistratura tem impacto direto na qualidade dos serviços prestados à sociedade. O evento reuniu dirigentes e assessores de comunicação dos tribunais dos três estados do Sul, além de representantes das associações de juízes e escolas judiciais. A coordenação foi do juiz do

trabalho José Lúcio Munhoz, da 12ª Região, que à época era conselheiro do CNJ.



A união faz a eficiência

Serviço de Recursos zera estoque de recursos de revista cinco meses após a mudança

Com o objetivo de simplificar e padronizar o procedimento dos recursos de revista e dos agravos de instrumento, a Administração extinguiu, em junho de 2013, a Assessoria de Recurso de Revista e criou o Serviço de Recursos, ligado à Secretaria Judiciária (Sejud), que passou a ser responsável por ambos os processamentos.

Antes da mudança, o recurso de revista (RR) era encaminhado para a Assessoria de Recurso de Revista, que tinha a função de auxiliar a Presidência no exame dos pressupostos de admissibilidade e na preparação do despacho decisório. Por ter sua atribuição restrita à análise dos pressupostos do RR, a Assessoria, quando precisava praticar atos processuais como a publicação dos despachos, utilizava a estrutura da Sejud. O agravo de instrumento interposto para “destrancar” o RR, por sua vez, já era processado na Sejud.

A servidora Silvana Schaarschmidt, então diretora da Sejud, explica que a tramitação do agravo de instrumento “seguia uma dinâmica intimamente ligada à do RR, o que impunha forte intercâmbio entre a Sejud e a Assessoria, até para efeito de padronização das minutas de despachos”. Havia também casos de petições endereçadas aos processos que se encontravam na Assessoria sobre assuntos que não podiam ser analisados por ela. Os processos então eram encaminhados à Sejud, que os submetia à conclusão da Presidência. “Era uma burocratização desnecessária do trâmite processual. As duas áreas sempre estiveram muito ligadas, e nós observamos que elas deveriam caminhar juntas”, completa Silvana.

A necessidade de unificação dos setores também decorreu do crescimento significativo do prazo para análise do RR: de 28,50 dias em 2011, passou para 46,23 dias em 2012 e para 46,88 dias nos primeiros meses de 2013.

Padronização de procedimentos

O Serviço de Recursos passou a englobar dois setores: o Setor de Recurso de Revista – onde ficaram lotados todos os 14 servidores da antiga Assessoria do Recurso de Revista – e o Setor de Agravo de Instrumento, com duas servidoras da Sejud.

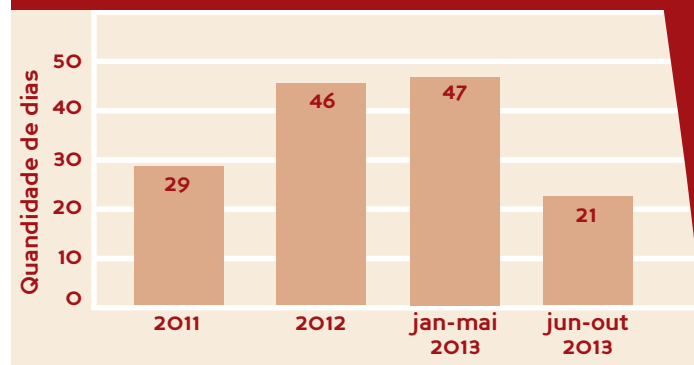
| Prazo médio (em dias) | 2011 | 2012 | jan- maio 2013 | jun- out 2013 |
|--|-------|-------|----------------------|---------------------|
| Da interposição do RR ao recebimento na Assessoria/Setor | 7,54 | 7,24 | 5,66 | 4,63 |
| Do recebimento da Assessoria/Setor até a assinatura do despacho de admissibilidade | 28,50 | 46,23 | 46,88 | 21,09 |
| Da assinatura do despacho de admissibilidade até o envio eletrônico ao TST | 41,77 | 36,19 | 38,87 | 33,93 |
| Total (da interposição do RR até o envio ao TST) | 77,81 | 89,66 | 91,41 | 59,65 |

Além da união das equipes, com a padronização de procedimentos, houve a efetiva interferência da Sejud na organização das atividades relativas ao RR: pré-análise do estoque, divisão por matérias, incremento do número de processos por servidor e auxílio nas atividades de correção e revisão.

Expectativa superada

O resultado fala por si. Depois de cinco meses da mudança, o estoque de RR aguardando distribuição entre os servidores, em torno de 1,2 mil no final de maio, foi completamente zerado. Em novembro, o prazo médio de análise do recurso era de apenas uma semana após a distribuição.

Prazo Recurso de Revista
(do recebimento até despacho)



Com eliminação da burocracia e nova estrutura, servidores da antiga Assessoria de Recurso de Revista conseguiram esvaziar prateleiras

Braço amigo

Presidência implanta núcleo para dar suporte permanente à primeira instância e auxiliar nas conciliações

A administração do TRT criou, em maio de 2012, uma unidade especial responsável pela coordenação das ações do programa Conciliar na Justiça do Trabalho de Santa Catarina é Legal. Batizado de Núcleo Permanente de Conciliação e Apoio às Unidades Judiciárias de Primeira Instância (Conap), o grupo foi capacitado para auxiliar nas iniciativas de conciliação na execução e incentivar a prática para aumentar a efetividade das decisões.

A ideia do Conap está afinada com a Política Nacional de Solução de Conflitos do Judiciário, estabelecida pelo CNJ. A unidade, formada por servidores, é responsável por alocar força de trabalho adicional em casos reconhecidos de carência temporária nas varas do trabalho, conforme previsto na Portaria 88/12.

Segundo o servidor Eduardo de Miranda Ribeiro Quintiere, que coordena as atividades executivas do Núcleo, o trabalho realizado pelo novo órgão é desgastante e, ao mesmo tempo, compensador. “Nós nunca chegamos num ambiente com normalidade plena. Geralmente, aparecemos para ajudar a apagar algum incêndio, se podemos assim dizer. Quem pede auxílio ao Conap é porque está em dificuldades, com serviço acumulado por falta eventual de servidores, em razão de afastamentos temporários, etc”, registra ele.

Além disso, cerca de 370 processos foram pesquisados em um mês e meio, sem prejuízo das demais atividades de auxílio e conciliação para a pesquisa alusiva ao Banco Nacional de Autos Findos, previstas em convênio firmado entre o TST e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Com menos de dois anos de atividade, o Conap já contabiliza importantes conquistas, como uma política permanente de conciliação com o Banco do Brasil e a preparação das segunda e terceira semanas nacionais da execução trabalhista, além da 8ª Semana Nacional da Conciliação, de 2013, mapeando e formulando convites a instituições, advogados e magistrados. O Núcleo está priorizando tratativas de conciliação em processos que envolvem muitos reclamantes e, inclusive, negociações com o INSS. Atualmente, está em conversações com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e com o TRT do Paraná sobre convênios de cooperação para participação em cursos, seminários e outros eventos voltados à conciliação e mediação.



Conciliação promovida pelo Conap: uma de suas atribuições é preparar a Semana Nacional da Execução Trabalhista

Locais onde o Conap atuou

| |
|--|
| VT de Araranguá |
| 1º VT de Balneário Camboriú |
| 1º VT de Chapecó |
| 1º, 3º e 4º VTs de Florianópolis |
| VT de Imbituba |
| VT de Navegantes |
| 1º, 2º e 3º VTs de São José |
| VT de Timbó |
| 2º VT de Tubarão |
| VT de Xanxerê |
| Central de Atendimento e Execução de Mandados de Chapecó |
| Central de Mandados de Balneário Camboriú |
| Central de Mandados de Lages |
| Serviço de Distribuição de Tubarão |
| VT de Videira (visita) |
| TRT da 1ª Região (visita) |

Eventos que o Conap participou

| |
|--|
| 2º Seminário de Conciliação e Mediação, Conferência Nacional de Conciliação e Mediação e 3º Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação |
| 2º e 3º Semanas Nacionais da Execução Trabalhista |
| 8ª Semana Nacional da Conciliação |
| Curso JurisCalc promovido pelo TRT 4ª Região |

Atividades desenvolvidas pelo Conap

- Atualização dos valores pagos e apuração do saldo devedor em processo específico, com aproximadamente 300 autores;
- Cumprimento de mandados por oficiais de justiça;
- Atuação em secretaria: recebimento de petições, protocolos, cumprimento de despachos, elaboração de certidões, despachos em petições, atendimentos em balcão, atividades de execução e de contadoria, expedições de mandados, alvarás e cartas precatórias, bloqueios no BacenJud, conferências e outras diligências;
- Treinamento de servidor na unidade judiciária para as atividades da Contadoria;
- Pesquisa em processos arquivados no primeiro semestre de 2012 a fim de alimentar o banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Estabelecimento de política permanente de conciliação com o Banco do Brasil em processos de 1ª e 2ª instâncias, nas fases de conhecimento e execução;
- Acompanhamento da forma de atuação do juiz Luiz Osmar Franchin, vencedor de seguidos prêmios nacionais na área da conciliação;
- Esforços concentrados na fase de execução nos 1º e 2º graus;
- Tentativa de conciliação em processos na fase de execução que se encontravam no Foro de São José e seriam redistribuídos à VT de Palhoça;
- Reuniões envolvendo três processos contra a empresa Jotur, que culminaram com a homologação de acordo durante a 3ª Semana Nacional da Execução Trabalhista;
- Troca de informações e conhecimento do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Apoio à Efetividade Processual (CAEP).

Sem deixar dúvidas

Compromisso da Ouvidoria é com rapidez no atendimento e no tempo de resposta

Um importante passo para a democratização das organizações do Estado foi dado com a aprovação da chamada Lei da Transparência, em junho de 2012. A partir de então, nenhum dado pode ser sigiloso na administração pública. No TRT-SC, a tarefa de atender prontamente todos os pedidos de informações dos cidadãos foi entregue à **Ouvidoria**, sob responsabilidade da Vice-Presidência do órgão.

A orientação é prestar todas as informações que forem solicitadas, mas nem sempre elas estão disponíveis na hora. Nesses casos, a Ouvidoria solicita à área responsável e repassa ao requerente o resultado. Os pedidos atendem aos mais variados interesses, desde estudantes solicitando dados para trabalhos escolares, até jornalistas buscando informações para reportagens, ou litigantes e advogados querendo informações sobre ações judiciais.

Quando há questionamentos referentes a direitos trabalhistas ou denúncias, os interessados são orientados a buscar ajuda de profissional habilitado, sindicato profissional ou da Superintendência Regional do Trabalho. Também há atendimento a pedidos com base

na Lei de Acesso à Informação. Nesse caso, cria-se um expediente administrativo e a resposta é dada por e-mail.

Reclamações que dizem respeito ao funcionamento do TRT-SC e seus servidores são encaminhadas aos setores competentes para análise e potencial solução.

Embora sejam admitidas várias formas de contato, a mais usada é a internet. Basta acessar o portal do TRT e, através dele, fazer o pedido. Para quem preferir, pode ser usado o e-mail ouvidoria@trt12.jus.br ou o telefone (48) 3216-4350.

O compromisso da Ouvidoria é com a rapidez no atendimento das solicitações e no tempo de resposta. Ela está inserida como órgão receptor das reivindicações dos usuários dos serviços públicos que, muitas vezes, não sabem a quem recorrer ou não compreendem a linguagem jurídica e os trâmites judiciais. Assim, o foco da Ouvidoria é a atuação como direcionador e facilitador na comunicação entre os agentes.

A média é de 25 atendimentos por mês, totalizando cerca de 500 de janeiro de 2012 a agosto de 2013.

Adequação à Resolução 63 exigiu esforço concentrado

Uma das questões mais complexas enfrentadas pela Administração no biênio 2012/13 foi as alterações promovidas na Resolução 63/2010, que trata da estrutura organizacional dos órgãos da Justiça do Trabalho.

Num primeiro momento, para atender às mudanças introduzidas pela Resolução 83/2011, o Tribunal Pleno aprovou, em 10 de dezembro de 2012, a Resolução Administrativa 17, encaminhada posteriormente ao Conselho.

Além disso, a Administração buscou observar a lotação-padrão nas varas do trabalho e nos gabinetes de desembargadores, a classificação das unidades judiciárias e administrativas, a margem de

70% de cargos em comissão e funções comissionadas e o limite de servidores vinculados às unidades de apoio administrativo.

A aplicação da Resolução 63/2010, bem como de suas alterações, porém, foi suspensa pelo CSJT até o término dos estudos voltados à adequação da norma ao Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT).

Diante disso, a presidente do TRT-SC, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, também determinou o sobrestamento da aplicação da resolução no tocante à estrutura administrativa das secretarias das varas e à estrutura hierárquica das unidades administrativas do Tribunal.

Choque de mudanças

Número de processos executados superou o de julgados no biênio 2012/13

Embora o ramo trabalhista seja o mais rápido no julgamento dos processos, apenas um terço dos trabalhadores com causas vitoriosas em todo o país recebem o que têm direito por conta das dificuldades em realizar a cobrança dos devedores.

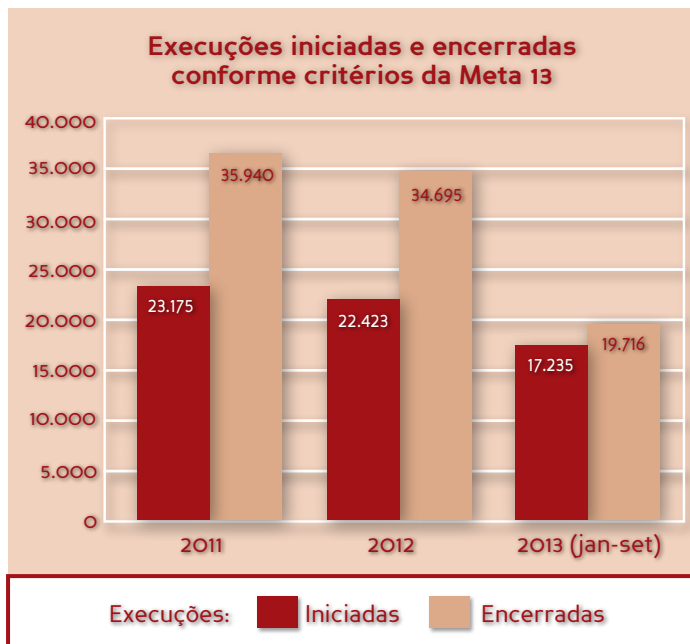
Em 2000, a Justiça do Trabalho catarinense conseguia executar (cobrar) pouco mais de 31% dos processos julgados. Isso acabava por gerar um crescente estoque de processos sem solução definitiva. Para enfrentar o problema o TST criou, em março de 2011, a Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista, com representantes de todos os regionais. O foco nesta fase também produziu uma das metas específicas do Judiciário para a Justiça do Trabalho e revelou números animadores nos últimos anos.

Desde 2011 os resultados de execuções encerradas estão sendo elevados e mantidos. Naquele ano, quando as iniciativas começaram, em Santa Catarina esse número excedeu em 55% as execuções iniciadas, começando a diminuir o estoque. Em 2012 essa relação entre encerradas e iniciadas continuou alta, em 54,7%. Até setembro de 2013, esse índice era de 14%.

O mais importante é que, a partir de 2010, a relação entre processos de execução iniciados e encerrados inverteu positivamente e a Justiça do Trabalho passou a resolver mais processos do que os ajuizados.

A partir daí, tendo a produtividade chegado ao nível possível, o **desempenho** vem sendo mantido num patamar elevado, com a continuidade de uma nova cultura. A Escola Judicial do TRT teve papel importante nessa mudança de mentalidade. Inúmeras atividades voltadas a juizes e servidores foram realizadas para troca de experiências exitosas.

Uma das formas de agilizar as execuções em Santa Catarina são os termos de cooperação como o que foi assinado em dezembro de 2012 com a Caixa Econômica Federal objetivando resolver por acordos os processos em fase de execução em que a instituição financeira é ré.



Uma nova cultura no processo trabalhista

Estimulados pelo debate, muitos juizes passaram a adotar a prática das pautas especiais para tentativas de conciliação na execução, o que levou ao fechamento de acordos. As semanas nacionais de conciliação se tornaram fato comum e estabeleceram, com frequência, uma saudável competição na busca da efetivação das decisões. A otimização de ferramentas como a penhora on-line nas contas bancárias dos devedores, bem como convênios com o Departamento Estadual de Trânsito (Detran/SC) e cartórios de registro de imóveis, para identificar mais rapidamente bens penhoráveis, têm ajudado os magistrados a agilizar a finalização dos processos.



A desembargadora Gisele Alexandrino e a advogada Raquel Aparecida da Silva, gerente jurídico da Caixa Econômica Federal (CEF) em Santa Catarina, assinam termo de cooperação

Dinheiro no bolso

Em duas edições da Semana Nacional da Execução, valor obtido com acordos e leilões chegou a quase R\$ 30 milhões

O TRT-SC conseguiu arrecadar quase R\$ 30 milhões durante as duas edições da Semana Nacional da Execução Trabalhista que transcorreram no biênio 2012/13, entre acordos e leilões judiciais. Ao todo, foram 2.256 audiências que resultaram em 1049 acordos, alcançando no biênio um índice de conciliação de 46%.

O melhor desempenho foi obtido em 2012, na segunda edição do evento promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O Tribunal obteve a sexta colocação entre os 24 Regionais, superando inclusive tribunais de maior porte, como Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia. Naquele ano, foram homologados R\$ 19,9 milhões – 84% por acordo e 16% em leilões judiciais.

Em Santa Catarina, 6,1 mil pessoas, entre credores e devedores, participaram da Semana de 2012, realizada de 11 a 15 de junho. O Tribunal e as 41 varas que colocaram processos em pauta realizaram quase 1.225 audiências, das quais 517 terminaram em acordo, alcançado um índice de conciliação de 42,2%. Para se ter uma ideia da eficácia do evento, durante todo o ano de 2012 os juízes de primeiro grau formalizaram 2.577 acordos na fase de execução. Em apenas uma semana, foram 517, 20% do total.

A Presidência do TRT-SC teve participação importante no desempenho geral, com o reiterado envio de ofícios e comunicados estimulando os magistrados a incluírem processos em pauta. “Os resultados demonstram que a Justiça do Trabalho catarinense está ciente não apenas da relevância desse evento, mas também da importância em se entregar, de forma efetiva, a prestação jurisdicional aos trabalhadores”, disse a presidente do Tribunal, Gisele Pereira Alexandrino, no encerramento da Semana em 2012.

Semana da Conciliação de 2013

Além da participação em duas edições da Semana da Execução, os juízes também colocaram processos em pauta na 8ª Semana Nacional da Conciliação, evento que integra o calendário anual do Conselho Nacional de Justiça. Até o fechamento deste Relatório de Gestão, já haviam sido marcadas 1.085 audiências para tentativa de acordo.

Dos R\$ 29,8 milhões arrecadados, **R\$ 4,3 milhões** foram com **leilões** de bens

Em 2012, os juízes de 1º grau firmaram **2.577 acordos** na fase de execução, **20%** deles somente na **Semana Nacional**

R\$ 29.795.237,77 foi o que TRT-SC arrecadou nas edições de 2012 e 2013 da **Semana Nacional da Execução**, entre créditos trabalhistas, contribuições para o INSS e imposto de renda



Conciliação realizada na edição de 2012, com mais de 125 beneficiados: naquele ano, o TRT-SC ficou na sexta colocação nacional em valores acordados

Em 2013, acordos da Semana da Execução chegaram perto de R\$ 10 milhões

Na terceira edição da Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada de 26 a 30 de agosto, a Justiça do Trabalho homologou 198 acordos em primeiro e segundo grau, arrecadando R\$ 6,2 milhões. Em todo o país, nos 24 tribunais regionais, o valor foi superior a R\$ 658 milhões, de acordo o CSJT. Algumas unidades judiciárias começaram a fazer o mutirão ainda em junho, mês inicialmente previsto para a realização da Semana Nacional. Na ocasião foram arrecadados outros R\$ 2,3 milhões.

Na 12ª Região, a Vara do Trabalho de Imbituba registrou o recorde de valor em acordos, arrecadando R\$ 706 mil num único dia. Paralelamente às conciliações nos processos em execução, houve mais 314 acordos nos que ainda estão na fase de conhecimento, ou seja, aquela em que a decisão definitiva ainda não foi proferida, totalizando mais R\$ 2,6 milhões.

Leilões

Além de audiências de conciliação, durante a Semana foram realizados diversos leilões de bens como imóveis, veículos, eletrodomésticos e equipamentos industriais. A Vara do Trabalho de Timbó conseguiu R\$ 765 mil com arrematações e, em todo o estado, elas somaram R\$ 1,3 milhão.

| | 2012 (11 a 15 de junho) | 2013 (26 a 30 de agosto)* | Total 2012/13 |
|-----------------------------------|----------------------------|------------------------------|-------------------|
| Audiências realizadas | 1.225 | 1.031 | 2.256 |
| Acordos | 517 | 532 | 1.049 |
| Índice de conciliação | 42,2% | 51,6% | 46,5% |
| Créditos trabalhistas homologados | R\$ 18.991.241,49 | R\$ 8.990.226,26 | R\$ 27.981.467,75 |
| Contribuição previdenciária | R\$ 769.498,87 | R\$ 782.242,56 | R\$ 1.551.741,43 |
| Imposto de Renda | R\$ 122.776,76 | R\$ 139.252,83 | R\$ 262.029,59 |
| Pessoas atendidas | 6.100 | 2.763 | 8.863 |

*Também foram consideradas as audiências designadas entre 3 e 7 de junho, período inicialmente definido pelo CSJT para a Semana da Execução

Mais de 26 mil empresas foram incluídas no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

A Justiça do Trabalho de Santa Catarina, no biênio 2012/13, foi responsável pela inclusão, no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), de 26.257 empresas ou pessoas físicas com débitos trabalhistas não garantidos e plenamente exigíveis. Além disso, 40.475 outros registros foram realizados no sistema. Os dados foram coletados até 19 de novembro de 2013.

O BNDT é centralizado no Tribunal Superior do Trabalho e alimentado com informações remetidas pelos 24 Regionais do país. A partir dele é gerada a Certidão Negativa de Débito Trabalhista, documento que passou a ser obrigatório para qualquer empresa que queira participar de uma licitação pública. Para se ter uma ideia, em 19 de novembro de 2013, o site do TST indicava a emissão de 38.582.238 CNDTs.



2ª Vara do Trabalho de Rio do Sul foi uma das unidades que participaram da Semana da Execução em 2012

VTs de Videira e Canoinhas conquistam destaque nacional

Em 2012, pelo segundo ano consecutivo, as varas trabalhistas de Videira e Canoinhas apareceram entre as três melhores unidades da Justiça do Trabalho no país na solução de processos por meio de acordo. A VT de Videira, com índice de

85,9%, repetiu o desempenho de 2011 e ficou em primeiro lugar na categoria conciliação (varas do trabalho) do "Prêmio Excelência", promovido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Já a VT de Canoinhas, que em 2011 ficou com a terceira colocação, no ano seguinte alcançou o segundo lugar, com 79,1% de pro-

cessos resolvidos por acordo.

A performance da 12ª Região em 2012, no tocante à conciliação na fase de conhecimento, progrediu meio ponto percentual em comparação aos números de 2011, alcançando 49%. Na fase de execução o índice de acordos de 2012 foi de 7,65%, superando os 5,91% de 2011.

Tribunal Pleno aprovou 30 súmulas no biênio 2012/13

A Secretaria do Tribunal Pleno (Setri) foi a responsável por organizar 72 sessões no biênio 2012/13, por meio da própria secretaria e também das seções especializadas a ela vinculadas.

Somente o Pleno reuniu-se 35 vezes (21 sessões administrativas e 14 judiciárias), o que resultou na modificação do Regimento Interno e na aprovação de 30 novas súmulas, com atuação destacada da Comissão de Uniformização de Jurisprudência. Para se ter ideia do esforço empreendido no biênio, nos últimos 10 anos haviam sido aprovadas apenas 17 súmulas.

As súmulas representam a pacificação do entendimento do Tribunal a respeito de matérias frequentemente debatidas nos processos trabalhistas. Dentre as matérias submetidas à uniformização de entendimento nesses últimos dois anos, pode-se destacar o direito da empregada a intervalo de 15 minutos antes de iniciadas

as horas extras; a isenção do imposto de renda sobre as indenizações de férias e adicional; o direito do trabalhador ao intervalo de uma hora nas jornadas de seis horas habitualmente prorrogadas; a necessidade de o empregador pagar em dobro a remuneração das férias, acrescidas do terço constitucional, se não observar o prazo legal para a quitação dessa verba.

O Pleno aprovou, ainda, duas resoluções que alteraram o Regimento Interno: a de número 2, de 6 de janeiro de 2012, e a de número 3, de 8 de outubro do mesmo ano. A primeira uniformizou as formas de tratamento dos desembargadores do Tribunal. A segunda instituiu a Comissão Permanente de Gestão Sócio-Ambiental e promoveu ajustes na redação até então vigente.

Direção-Geral analisa mais de 5 mil processos virtuais

A Direção-Geral (Diger) foi responsável, no biênio 2012/13, pela análise de 5.180 processos virtuais e pela elaboração das decisões em processos de aposentadoria, que culminaram com a inativação de 71 servidores em 2012 e 48 em 2013. Além disso, articulou a formalização e implementação de convênios com instituições financeiras, que contribuíram, por exemplo, para o aluguel do Centro Executivo Rio Branco, que passa a abrigar os gabinetes de desembargadores, as secretarias das turmas e alguns setores administrativos do Tribunal.

A Diger realizou, ainda, a abertura de procedimentos administrativos pelo descumprimento de contratos firmados por prestadores de serviços e fornecedores com o Tribunal, além de estabelecer dosimetria das penas a serem aplicadas, com respaldo do Tribunal Pleno e da Justiça Federal.

As atividades desempenhadas pela Diger foram coordenadas pela servidora Nezita Maria Hawerth Wiggers até 22 de setembro de 2013, data de sua aposentadoria, e, após isso, pela servidora Fernanda Gomes Ferreira.



Equipe da Direção-Geral despediu-se de sua ex-diretora, Nezita Wiggers (casaco preto), que esteve à frente da área por 12 anos

Orçamento transparente

Meta de execução orçamentária é superada em 2012

O biênio 2012/13 também foi marcado pela eficiência na **execução orçamentária**. No primeiro ano, a meta 5 do plano estratégico da Justiça do Trabalho catarinense era executar no mínimo 70% do orçamento de custeio e capital até agosto, 90% até novembro e 99% até dezembro. As expectativas foram superadas, uma vez que os índices alcançados foram 78,95% em agosto, 92,47% em novembro e 99,42% em dezembro.

Em 2013, foi reduzido o percentual da meta a ser cumprido até agosto, de 70% para 65%, mas os índices de novembro

e dezembro foram mantidos. Em agosto, o índice já era de 80,86%; em setembro, de 83,60%; e em outubro, de 88,66%, indicando que o Tribunal deverá alcançar a meta orçamentária do plano estratégico.

Em ambos os períodos, o orçamento contou com dotação aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho para a modernização das instalações, a implantação de novas varas e o aprimoramento do sistema de gestão da informação. Em 2012, foram R\$ 6.991.556,26; em 2013, 5.869.544,79.

Resumo da Situação Orçamentária e Financeira – 2012

| Ações Orçamentárias | Dotação Autorizada | Liquidado | % Exec | Empenhado a Liquidar | Disponível |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------|----------------------|---------------------|
| Pagamento de Aposentadorias e Pensões | 122.837.595,00 | 122.224.206,46 | 99,50% | 0,00 | 613.388,54 |
| Contribuição da União para o PSSS | 55.075.284,00 | 51.774.865,78 | 94,01% | 0,00 | 3.300.418,22 |
| Pagamento de Pessoal Ativo | 307.385.235,00 | 307.127.495,89 | 99,92% | 0,00 | 257.739,11 |
| Auxílio-Alimentação | 13.677.260,00 | 13.669.443,38 | 99,94% | 7.816,62 | 0,00 |
| Auxílio-Transporte | 33.121,00 | 30.446,61 | 91,93% | 2.674,39 | 0,00 |
| Assistência Pré-Escolar | 1.403.053,00 | 1.399.482,05 | 99,75% | 3.570,95 | 0,00 |
| Assistência Médica-Odontológica | 5.213.880,00 | 4.978.173,78 | 95,48% | 235.171,22 | 535,00 |
| Comunicação e Divulgação Institucional | 446.400,00 | 268.191,59 | 60,08% | 157.163,96 | 21.044,45 |
| Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | 36.523.144,00 | 26.202.699,69 | 71,74% | 7.570.023,44 | 2.750.420,87 |
| Assistência Jurídica a Pessoas Carentes | 1.300.000,00 | 1.230.575,20 | 94,66% | 69.424,80 | 0,00 |
| Capacitação de Recursos Humanos | 656.000,00 | 473.557,38 | 72,19% | 71.637,56 | 110.805,06 |
| Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados | 15.268,00 | 15.268,00 | 100,00% | 0,00 | 0,00 |
| Construção do Edifício-Sede da VT de Mafra | 609.207,00 | 609.206,59 | 100,00% | 0,00 | 0,41 |
| Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Rio do Sul | 850.000,00 | 2.000,80 | 0,24% | 0,00 | 847.999,20 |
| Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho | 3.234.359,13 | 2.059.557,98 | 63,68% | 1.174.801,15 | 0,00 |
| Manutenção do Sistema Integrado de Gestão da Informação | 67.512,69 | 0,00 | 0,00% | 67.509,45 | 3,24 |
| Implantação de Varas da Justiça do Trabalho – Nacional | 2.369.343,27 | 1.992.613,27 | 84,10% | 376.730,00 | 0,00 |
| Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação | 1.320.341,17 | 856.610,05 | 64,88% | 463.731,12 | 0,00 |
| Total Geral | 553.017.003,26 | 534.914.394,50 | 96,73% | 10.200.254,66 | 7.902.354,10 |

Observações:

- Não foram incluídos os valores para as Ações Cumprimento de Sentenças Judiciais de Pequeno Valor e Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado da Administração Direta/Indireta;
- Do valor de R\$ 2.750.420,87 que restou disponível na Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, R\$ 2.747.559,87 refere-se a recursos provenientes dos convênios de administração de depósitos judiciais que foram disponibilizados no orçamento de 2013.

Resumo da Situação Orçamentária e Financeira – 2013 (até setembro)

| Ações Orçamentárias | Dotação Autorizada | Liquidado | % Exec | Empenhado a Liquidar | Disponível |
|--|-----------------------|-----------------------|---------------|----------------------|-----------------------|
| Pagamento de Aposentadorias e Pensões | 90.176.270,00 | 74.598.924,02 | 82,73% | 0,00 | 15.577.345,98 |
| Contribuição da União para o PSSS | 51.766.862,00 | 35.989.230,17 | 69,52% | 0,00 | 15.777.631,83 |
| Pagamento de Pessoal Ativo | 270.528.808,00 | 211.549.814,47 | 78,20% | 0,00 | 58.978.993,53 |
| Auxílio-Alimentação | 13.440.000,00 | 10.325.530,14 | 76,83% | 3.114.469,86 | 0,00 |
| Auxílio-Transporte | 42.000,00 | 17.087,54 | 40,68% | 24.912,46 | 0,00 |
| Assistência Pré-Escolar | 1.418.100,00 | 1.156.940,37 | 81,58% | 261.159,63 | 0,00 |
| Assistência Médica-Odontológica | 7.328.160,00 | 4.798.985,57 | 65,49% | 2.457.665,73 | 71.508,70 |
| Comunicação e Divulgação Institucional | 191.800,00 | 41.941,67 | 21,87% | 59.343,34 | 90.514,99 |
| Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho | 32.348.645,14 | 16.275.879,63 | 50,31% | 7.651.625,01 | 8.421.140,50 |
| Assistência Jurídica a Pessoas Carentes | 4.000.000,00 | 3.396.929,71 | 84,92% | 603.070,29 | 0,00 |
| Capacitação de Recursos Humanos | 750.000,00 | 256.020,68 | 34,14% | 169.475,41 | 324.503,91 |
| Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de São José | 3.146.422,09 | 0,00 | 0,00% | 2.640,00 | 3.143.782,09 |
| Modernização de Instalações da Justiça do Trabalho | 2.323.259,70 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 2.323.259,70 |
| Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho | 41.948,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 41.948,00 |
| Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação | 415.818,89 | 91.228,64 | 21,94% | 324.590,25 | 0,00 |
| Implantação de Varas da Justiça do Trabalho – Nacional | 2.466.320,00 | 126.313,50 | 5,12% | 1.045.489,21 | 1.294.517,29 |
| Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação | 622.198,20 | 95.817,64 | 15,40% | 526.380,56 | 0,00 |
| Total Geral | 481.006.612,02 | 358.720.643,75 | 74,58% | 16.240.821,75 | 106.045.146,52 |

Observação: Não foram incluídos os valores para as Ações Cumprimento de Sentenças Judiciais de Pequeno Valor e Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado da Administração Direta/Indireta.

Setor de Precatórios movimentou mais de R\$ 70 milhões em dois anos

O Setor de Precatórios do TRT-SC, vinculado ao Gabinete da Presidência, movimentou R\$ 70,3 milhões no biênio 2012/13, incluídas aí as requisições de pequeno valor contra a Fazenda Pública Federal.

Somente em 2012, foram recebidos 144 e quitados 192 precatórios, totalizando R\$ 62,1 milhões. Uma única reclamatória, ajuizada em 1997, envolveu a quantia de R\$ 53,6 milhões. Em 2013, foram recebidos 129 e quitados 130 precatórios, somando R\$ 6,4 milhões.

Os números demonstram o equilíbrio entre os precatórios recebidos e quitados, o que acabou mantendo estável o estoque de processos em andamento – atualmente, 698 precatórios. Nesse conjunto, encontram-se precatórios vencidos e não pagos, submetidos

ao regime especial previsto no art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, e aqueles requisitados na forma do art. 100 e aguardando o pagamento no exercício correspondente.

As requisições de pequeno valor (RPV) expedidas contra a Fazenda Pública Federal vêm sendo quitadas regularmente mediante repasses do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Aquelas cujos devedores são o Estado e os municípios são executadas diretamente nas unidades judiciárias de origem, com prazo de 60 dias para quitação.

Em 2012, foram recebidas e pagas 60 requisições de pequeno valor, no total de R\$ 924,3 mil. Em 2013, foram recebidas 57 e quitadas 46, que somaram R\$ 795,6 mil.

Memória eternizada

Administração enfrentou desafio de resgatar, preservar e divulgar história da Justiça do Trabalho de Santa Catarina

O resgate da memória, passados vários anos da instalação do TRT, estimula a consciência cultural da sociedade em relação à pesquisa e à conservação do seu patrimônio histórico. Preservar processos e documentos da Justiça do Trabalho é direito do cidadão e dever do Estado. Quanto mais se avança no futuro, mais necessidade se tem de preservar o passado.

Preservar a memória em uma sociedade digital, que é movida pelas inovações tecnológicas e de comunicação, pelo processo judicial eletrônico, não é tarefa fácil. A dificuldade encontrada atualmente na pesquisa da história é o que incentiva e direciona no sentido da preservação, e esta administração enfrentou o desafio de resgatar, preservar e divulgar a história da Justiça do Trabalho de Santa Catarina, adotando políticas e ações que foram indispensáveis para a preservação do patrimônio histórico do Tribunal.

Baseada no diagnóstico apresentado pelo Setor de Memória Institucional, a administração deu efetividade às propostas de ações demonstrando a vontade de valorizar a preservação da memória.

Dentre as ações que contaram com o total apoio da administração, destacam-se:

- Participação dos servidores do Setor de Memória Institucional em cursos e eventos de capacitação de nível nacional e internacional;
- Convênio com a Universidade de Desenvolvimento de Santa Catarina (Udesc) para contratação de estagiários de História e de Biblioteconomia para ações que envolvam identificação, levantamento, estudo, organização e produção de pesquisa com a utilização dos processos judiciais históricos;
- Instalação em um espaço físico adequado para reunir, preservar e guardar em um único local todo o acervo histórico institucional;
- Lotação de mais três servidores no Setor de Memória;
- Criação e implantação do Memorial da Justiça do Trabalho de Santa Catarina, que apresentará exposições e servirá como espaço cultural a serviço da sociedade catarinense;
- Edição do livro institucional “Justiça Seja Feita! 32 anos de História do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina”, que registra a trajetória do Tribunal descrita em uma linha do tempo que inicia com a sua instalação, em 1981, e chega até o atual panorama, em 2013. Além de resgatar e preservar a memória do TRT catarinense, o livro é também uma homenagem a todos aqueles que participaram da construção dessa história.

Acervo bem cuidado

O Setor de Memória Institucional, criado em 2009, tem um trabalho que envolve a preservação do acervo, formado por objetos e equipamentos originais utilizados por servidores e magistrados desde a criação e instalação da 12ª Região, em 1981. São móveis, máquinas de escrever e carimbos, que foram cedendo espaço a outras ferramentas de trabalho na esteira da evolução experimentada, inclusive, com as facilidades oferecidas pela tecnologia da informação. Além disso, um acervo fotográfico reúne milhares de imagens desde a década de 1930, quando foi instalada a pioneira Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de Florianópolis, vinculada à 16ª Inspeção Regional de Santa Catarina.

Quanto aos processos, aqueles considerados mais importantes e de relevância permanente ganham o Selo Acervo Histórico de identificação. Um exemplo é o de número 122/48, autuado em 30 de agosto de 1948 e que tramitou na antiga JCJ de Florianópolis.

Segundo a diretora do Serviço de Documentação, Divulgação e Jurisprudência (Sedjur), Luciana Pimenta de Oliveira Botelho, são ações trabalhistas que, em razão da relevância do tema, das partes ou dos fatos tratados, vão ficar



Setor de Memória Institucional tem como uma de suas atribuições a preservação do acervo do Tribunal e das varas

preservadas porque contam um pouco da história das comunidades onde tramitaram e da própria Justiça do Trabalho. “Quem observa o valor são os magistrados, servidores ou advogados que atuam na causa e conhecem bem os detalhes. Depois de solucionado, o processo fica guardado no Setor de Memória para consultas futuras”, explica Luciana. O setor ainda pretende que essa aposição do selo, que não exige qualquer burocracia, se torne um hábito nas unidades judiciárias.

Inspeção em dose dupla

TRT-SC foi avaliado pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho em 2012 e 2013

Durante o biênio 2012/13, o TRT-SC recebeu a equipe da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) em duas ocasiões: em maio de 2012, em correição ordinária do ministro Antônio José de Barros Levenhagen, então corregedor-geral, e em novembro de 2013, durante inspeção do ministro Ives Gandra Martins Filho, sucessor de Levenhagen no cargo.

Ao concluir os trabalhos de correição em 2012, o ministro Levenhagen elogiou magistrados e servidores pelo desempenho do Tribunal no atendimento de sua função jurisdicional. Ele destacou a importância da continuidade administrativa, prática constatada no Tribunal catarinense. A leitura da ata de correição demonstrou que não foram encontradas irregularidades processuais.

O ministro fez uma ressalva, contudo, ao convênio que chegou a ser firmado com a empresa Serasa Experian, que possibilitava ao Tribunal a inscrição de devedores em ações transitadas em julgado num cadastro de inadimplentes. A Presidência, na única recomendação recebida, providenciou prontamente o distrato do convênio, com a exclusão de todos os processos incluídos na base de dados e descadastramento dos usuários credenciados pelo Tribunal por força do convênio.

Levenhagen também recomendou à Corregedoria Regional que conclamasse os juízes de primeiro grau a concentrar esforços para reduzir o número de processos arquivados provisoriamente e encurtar os prazos médios de tramitação de processos na fase de conhecimento. O corregedor regional, desembargador Edson Mendes de Oliveira, consignou que tais ações já faziam parte das práticas adotadas pela Corregedoria do Tribunal. Outra iniciativa do desembargador Edson Mendes foi a recomendação sistemática, aos juízes de primeiro grau, para que adotassem todas as medidas legais e procedimentais disponíveis para tornar mais célere e efetiva a execução trabalhista.

O ministro também registrou em ata que, apesar de equipes reduzidas, especialmente na área de informática, técnicos de

reconhecida qualidade e capacitação conseguiram levar a bom termo, por exemplo, o desenvolvimento do módulo de 2º Grau do PJe-JT. O corregedor-geral ainda elogiou os números de audiências de conciliação, bem como os resultados obtidos através de acordos, na faixa de 50% dos processos. Também qualificou de excepcional a atuação judicante dos desembargadores do TRT catarinense. “Considero o TRT da 12ª Região habilitado a dar pronta e enriquecedora resposta aos anseios dos jurisdicionados deste Estado”, afirmou.

Quarta maior produtividade

Em 2013, o Tribunal recebeu outro corregedor-geral, Ives Gandra Martins Filho, que veio ao Estado realizar uma inspeção correicional, uma espécie de correição sem atendimento ao público. Foram diversas atividades, como encontros com juízes de primeira instância e desembargadores do Tribunal, além de visitas às instalações do edifício-sede, ao Fórum Trabalhista da Capital e ao prédio da área judiciária.

Novamente, o TRT-SC recebeu elogios do corregedor. Ives Gandra destacou a produtividade dos desembargadores, a quarta maior do país: em 2012, cada um deles julgou, em média, 2.026 processos, 25% acima da média nacional. Outro bom índice destacado no relatório foi o de conciliações, de cerca de 50%, a 3ª mais efetiva do país em 2012. “É um Regional que se destaca no quadro geral de tribunais do trabalho de todo o país, seja pelo 2º grau julgar mais processos do que recebe, seja pela conciliação”, constatou o ministro.



Ministro Levenhagen (c) realizou a correição de 2012



Inspeção de 2013 foi realizada pelo ministro Ives Gandra

Modelo consolidado

Análise antecipada dos processos reduz a quantidade de servidores envolvidos e tempo de permanência nas unidades inspecionadas

As correções ordinárias realizadas nas unidades judiciárias têm como principal finalidade buscar soluções que aperfeiçoem a prestação jurisdicional. A Corregedoria manteve o controle permanente da atividade jurisdicional de 1º grau por meio da gestão dos dados relativos à tramitação dos processos disponibilizados no Sistema de Acompanhamento de Processos de 1º Grau (SAP1) e de Apoio à Decisão (SIAD), pelas informações estatísticas e, ainda, por meio das solicitações de providências a ela encaminhadas.

O desembargador-corregedor, Edson Mendes de Oliveira, explica que nas visitas correccionais procura conhecer a realidade local, colher subsídios e oferecer sugestões de procedimentos e inovações constatadas em outras unidades judiciárias, além de se colocar à disposição dos advogados e demais interessados em cada foro trabalhista. Na prática, o corregedor recebe, em entrevista pessoal, demandas e reclamações sobre processos em trâmite nas unidades, bem como sobre procedimentos adotados que, eventualmente, estejam causando tumulto processual ou retardando a prestação jurisdicional.

A Corregedoria, a exemplo do que já era praticado nos anos de 2010 e 2011, adotou por sistemática de trabalho a análise da maioria dos processos de forma antecipada em sua secretaria (Secor). Isso possibilitou significativa redução da quantidade de servidores que acompanham o corregedor durante as inspeções – a secretária da corregedoria, um assessor e o motorista –, e o tempo de permanência da equipe nas unidades inspecionadas.

Essa nova sistemática traz, segundo o desembargador Mendes de Oliveira, maior tranquilidade e segurança na análise dos processos, menos incômodos e transtornos no desempenho das rotinas de trabalho e, por fim, redução expressiva no pagamento de diárias.



A análise dos processos é realizada previamente em Florianópolis, após triagem no sistema de acompanhamento processual. Aqueles cujos prazos podem ser suspensos são enviados pela vara à Corregedoria duas semanas antes da inspeção, permitindo um trabalho mais minucioso. Assim, no período da inspeção, a análise do corregedor ocorre apenas nos processos em que os prazos não podem ser suspensos. Por isso, são menos dias de inspeção e, por consequência, menos diárias pagas. Em média, são analisados 47 processos por unidade.

Desse modo, a atuação correccional acontece não apenas nos dias efetivos das inspeções, mas até mesmo um mês antes da data agendada para a correção. Também são solicitadas regularizações de fases processuais, registros no sistema SAP1, acompanhamento dos relatórios de processos sem movimentação, dentre outros procedimentos que auxiliam as unidades, com seus juízes e servidores, a atuar com mais efetividade e celeridade.

Foco na execução

O foco da Corregedoria sempre é assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, com ênfase na execução, fase do processo que apresenta maiores desafios. É intensificada a cobrança da utilização com regularidade de todos os convênios disponíveis (Bacenjud, Infojud, Renajud, Infoseg, Serpro e cartórios), do cadastramento dos devedores no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), e quanto à expedição da Certidão de Créditos Trabalhistas, instrumentos importantes para a solução dos processos na fase de execução.

A Corregedoria ainda supervisiona o panorama da movimentação processual, com o respectivo cumprimento de prazos e metas, percentuais de efetividade e solução de processos, assim como datas e prazos para designação das audiências iniciais, de instrução e de rito sumaríssimo, e também relatórios de processos em carga, quantidade de audiências realizadas, situação e fase dos processos em tramitação, relatórios de processos sem movimentação, e outros dados obtidos com sistemas de informação.



Inspeções em números

Concluídos os trabalhos de cada inspeção correcional, é feito um levantamento de processos. Em 2012 foi consignado o percentual dos processos com observação. Em 2013, a Corregedoria calcula o percentual de acerto nos feitos analisados.

Em 2012, foram realizadas **inspeções correcionais** em 55 varas do trabalho, 12 serviços de distribuição dos feitos de 1ª instância e centralização de mandados e na então Unidade Judiciária Avançada (UJA) de Palhoça. Também em 2012, foi inaugurada a inspeção correcional de uma unidade com tramitação exclusiva de processos pelo novo sistema nacional, o PJe-JT. Trata-se da VT de Navegantes, a primeira do país a operar com a novidade.

As inspeções correcionais de 2013 tiveram início em fevereiro, no Foro Trabalhista de Tubarão, prosseguindo nos Foros de Lages, Rio do Sul, Itajaí, Balneário Camboriú, Jaraguá do Sul e Joinville, e nas Varas do Trabalho de Imbituba, Curitiba, Brusque, Canoinhas, Mafra e São Bento do Sul. O trabalho foi concluído em novembro, no Foro Trabalhista de Florianópolis.

Os números demonstram que, em 2012, 19% dos processos examinados tiveram observações específicas. Em 2013, com os dados obtidos até julho, esse percentual chega a 8,5%. A queda proporcional no número de observações, leva à conclusão que o trabalho vem sendo significativamente melhorado.

A nota geral do desempenho das varas do trabalho em 2012 foi 81 – 81% dos processos estavam com o andamento sem necessidade de nenhum reparo. Em 2013, a nota subiu para 91,5, o que significa que 91,5% dos processos dispensaram qualquer tipo de anotação.

Mesmo com a melhora do desempenho, a Corregedoria aponta a necessidade de incremento nas conciliações judiciais e na produtividade das unidades judiciárias, bem como na adoção de providências visando à redução dos prazos das audiências e de prolação das sentenças.

O corregedor exerce cobrança permanente dos juizes de primeira instância, para que não ultrapassem o prazo legal para prolação de decisões. Para os magistrados com número elevado de sentenças em atraso, tem sido cobrada a apresentação de um cronograma para a regularização da situação. A prática, segundo o desembargador Mendes de Oliveira, tem rendido bons resultados. Esgotadas as possibilidades de regularização dessas situações, resta ao corregedor solicitar a abertura de procedimento disciplinar.

Quadro de correições e de processos analisados

| Ano | Correições realizadas | Processos analisados | Observações específicas |
|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|
| 2012 | 69 | 3.732 | 709 |
| 2013 (até 25/9/13) | 41 | 1.388 | 122 |

Intervenções pontuais

A atuação do desembargador-corregedor não ficou apenas nas inspeções correcionais ordinárias. Em 2012, ele esteve em Itajaí para intermediar com os juizes daquela região a melhoria da viabilidade do trabalho na já instalada Vara do Trabalho de Navegantes. Também se deslocou até Joinville para resolver polêmica com a OAB/SC, decorrente de procedimento dos juizes locais quanto ao recebimento de contestações no Provi – sistema de processo virtual –, então recentemente implantado naquela jurisdição.

“Em ambos os casos as soluções encontradas foram boas e tiveram como fio condutor o diálogo aberto entre os envolvidos”, assinala o corregedor.

Durante todo o ano de 2012 a Corregedoria se empenhou na conclusão do trabalho iniciado durante a passagem da presidente do TRT, Gisele Pereira Alexandrino pela Corregedoria, referente à nova Consolidação dos Provimentos. Durante o processo de elaboração do texto, foi disponibilizada a minuta aos juizes do trabalho e aos servidores das unidades judiciárias e para os serviços de distribuição de 1ª instância, para que apresentassem as sugestões de melhoria do texto que entendessem pertinentes. “As 150 sugestões foram analisadas e contribuíram muito para a melhoria do texto final”, registra a secretária da Corregedoria do biênio 2012/13, Christiane Reis Odebrecht.

A nova Consolidação – 01/2013 –, que revogou todos os provimentos anteriores, está vigente desde 18 de fevereiro de 2013. Sua versão digital está disponível na página da Corregedoria na internet, junto com o calendário de correições da Justiça do Trabalho de Santa Catarina.

Em 2013, o corregedor também intermediou junto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) a disponibilidade do cadastro de senha para servidores e juizes consultarem o banco de dados, por solicitação da juíza titular da 1ª Vara do Trabalho de Balneário Camboriú, Sônia Maria Ferreira Roberts. Também está sendo encaminhada a celebração de convênio com o INSS, para acesso ao banco de dados da instituição por magistrados e servidores.

Portal de certidões de crédito trabalhista

O portal de certidões trabalhistas é uma facilidade que começou a ser implementada em outubro de 2013 pela Secretaria da Corregedoria em conjunto com a Secretaria de Informática. Trata-se de uma ferramenta que permite mais agilidade aos diretores de secretaria de primeiro grau para geração, assinatura, consulta e verificação de autenticidade de certidões de crédito trabalhista e certidões de habilitação de crédito.

A agilidade é conquistada por meio de acesso ao banco de dados dos processos, que permite ao diretor escolher, entre itens de uma lista, quais dados vão constar das certidões, sem perda de tempo com digitação de nomes, razões sociais e endereços, por exemplo. Cada certidão gera um código, permitindo que o público em geral também verifique sua autenticidade.



GESTÃO DE PESSOAS

Gestão por competências

Novo modelo de gestão de pessoas promete tornar mais objetiva ocupação de cargos gerenciais

Um dos maiores desafios para a gestão de pessoas, tanto no setor público quanto no privado, é recrutar, alocar, desenvolver e manter trabalhadores qualificados. Um recurso bastante utilizado para resolver essa questão é a introdução de um sistema baseado na meritocracia, capaz de identificar habilidades, conhecimentos e, acima de tudo, a entrega dessas aptidões no exercício de suas atribuições. Considerada pela administração moderna uma das ferramentas mais eficientes para gerir pessoas numa instituição com base em critérios técnicos e transparentes, a gestão por competências estabelece requisitos necessários para a ocupação de um determinado cargo ou função. E com base na verificação dos conhecimentos, habilidades e atitudes existentes, estabelece parâmetros a serem alcançados por meio de capacitação e outras estratégias de gestão de pessoas.

Ciente das transformações que impactam a gestão de recursos humanos, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) produziu a Resolução 92/2012, estabelecendo as diretrizes básicas e um prazo para que todos os TRTs do país implantem o modelo de gestão por competências. Para uniformizar o procedimento, foi instituído um comitê nacional. Fernanda Gomes Ferreira, atual diretora-geral e ex-titular da Secretaria

de Recursos Humanos (Serhu), representa os três TRTs da Região Sul no comitê.

Além de Fernanda, outros servidores da área de recursos humanos se capacitaram no conhecimento da gestão por competências. Em função disso, a implantação do modelo tem sido feita internamente, por equipe multidisciplinar do próprio Tribunal. “Desde 2006 a equipe já estava se preparando para a gestão por competências. Foram anos de estudo e análise e, quando chegou o momento da implantação, a equipe já estava apta para executar a tarefa”, conta Fernanda.

Treinamento conjunto

A preparação dos servidores envolvidos na implantação da gestão por competências aconteceu de forma conjunta entre os três regionais do sul. A equipe técnica do TRT catarinense se juntou aos colegas do Paraná e do Rio Grande do Sul para elaborar o planejamento e participar de um curso sobre a metodologia de implantação. Após essa capacitação, a equipe da 12ª Região partiu para a elaboração do projeto, optando por iniciar a implantação sem o auxílio de consultoria.



O passo inicial da implantação foi dado em uma videoconferência entre a equipe de mapeamento de competências (acima) e os diretores de secretarias

Implantação progressiva

O primeiro grupo mapeado foi o de diretores das varas trabalhistas. A escolha foi devido ao grande número de pessoas ocupando a mesma posição na Justiça do Trabalho catarinense, o que permite maior impacto institucional, além de possibilitar o alcance da meta prevista na Resolução 92/2012, de mapear 50% dos cargos de natureza gerencial até junho de 2013.

“O processo de implantação tem ocorrido de forma participativa, paulatina e progressiva”, relata Vanessa. “Vemos uma grande oportunidade de melhorar nossa gestão de pessoas, pois a gestão por competências explicita o que se tem de bom e indica o que precisa ser desenvolvido. Isso permite à instituição investir de forma mais eficiente e ter um olhar mais direcionado em termos de capacitação.

Para aqueles que almejam cargos de gestão, os critérios estão mais claros e formalizados, facilitando o desenvolvimento das competências necessárias à ascensão profissional”, explica Vanessa, que também é especialista na matéria.

Já foram realizados os mapeamentos técnicos dos cargos de diretor de secretaria de vara e o mapeamento comportamental de toda a organização, com ampla participação de servidores e magistrados. O resultado disso foi um rol de competências organizacionais construído com base nos valores da própria comunidade da Justiça do Trabalho catarinense, já validado pela Administração e que servirá de norte para os mapeamentos seguintes.

O próximo passo será a definição dos níveis de competência para o cargo de diretor de vara e, na sequência, a verificação das competências que devem ser desenvolvidas para o ocupante desse cargo. A fase seguinte envolve ações de desenvolvimento gerencial e, por fim, com a adoção de um sistema de informática para tratamento dos dados levantados, estará tudo pronto para o início da expansão.

Sete mil horas de conhecimento

Capacitação valoriza os servidores e profissionaliza o serviço público

Várias ações foram desenvolvidas pelo Serviço de Capacitação e Desenvolvimento buscando a formação e o aperfeiçoamento contínuo dos servidores, em diversos ramos do conhecimento.

No biênio 2012-13 foram oferecidas 6.994 horas de capacitação aos servidores, com quase R\$ 1 milhão investidos em eventos internos e externos, presenciais e a distância.

Foram realizados cursos e ações nas áreas jurídica, administrativa, de gestão e liderança, saúde e qualidade de vida, língua portuguesa, sistemas de informática (com atenção especial para

o PJe), entre outras, todas vinculadas ao cumprimento da missão institucional e alinhadas ao planejamento estratégico.

Além dos temas obrigatórios (desenvolvimento de competências gerenciais, formação de agentes de segurança e Libras), o SCD ofereceu também cursos *in company*, de participação espontânea, além de oportunizar a participação de servidores em cursos oferecidos no mercado, com o objetivo de adquirir novas competências.



Servidores participam de curso sobre Proad



O curso de tópicos de gramática relativos à reforma ortográfica também fez parte da programação

Metas

O SCD tem conseguido atingir várias metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no quesito capacitação. Em 2012, foi ultrapassada a meta 3 do planejamento estratégico regional, que previa a participação de metade dos servidores da 12ª Região em pelo menos um evento de capacitação, não incluídos os obrigatórios por lei. O resultado chegou a 74%.

Para que isso acontecesse, além do oferecimento dos cursos que compõem o planejamento anual da área, foram realizados outras ações. Entre elas, o estabelecimento de critérios de preferência quando o número de interessados ultrapassava o de vagas oferecidas (preferência a servidores que ainda não haviam participado).

Outra foi a realização de cursos assíncronos. Essa modalidade de ensino a distância (EaD) permite que o aluno assista às aulas conforme sua disponibilidade de tempo, garantindo tam-

bém a participação de um número maior de pessoas em relação aos cursos presenciais. Outra vantagem do curso assíncrono é que sua reedição é prática, com custo zero para a Administração. A contratação de empresa externa para oferecer cursos a distância de interesse geral foi outra ação empreendida pelo SCD que auxiliou no atingimento da meta 3 de 2012.

Também naquele ano, em torno de 30% dos magistrados e servidores da área judiciária foram treinados em pelo menos 20 horas para a utilização do PJe-JT, batendo a meta estabelecida de 20%. Em 2013, a meta ficou mais difícil. Além de aumentá-la para 50%, o CNJ determinou que, nesse mesmo percentual, servidores e magistrados sejam capacitados também em gestão estratégica, em pelo menos 20 horas. Até outubro, 42,42% dos servidores da área judiciária e 76% dos servidores de TI já haviam sido capacitados em PJe-JT, e 38,24% dos servidores do Tribunal em gestão estratégica.

O investimento atualizado até 24 de outubro de 2013 foi de R\$ 938.489,65. Foram 6.994 horas de capacitação oferecidas.

Presenciais: 322

Exemplos: Gestão de Contratos Administrativos, Prática de Sentença e Prática Processual, BR Office Calc, Redação Oficial, PROAD e Autoatendimento, PJE.

EAD/Semipresenciais: 29

Exemplos: Libras, Competências Gerenciais, Estatística, Talk Shows.

Externos: 190

Exemplos: Negociação e Mediação, Processo Administrativo Disciplinar, Gestão de Documentos em Meio Eletrônico, Ergonomia, Linux Security in Cloud, Licitação de Obras e Serviços de Engenharia.

Internos: 161

Exemplos: Gestão de Contratos Administrativos, Prática de Sentença e Prática Processual, Cálculo Trabalhista, BR Office Calc, Redação Oficial, PROAD e Autoatendimento, PJE, Desenvolvimento de Novas Lideranças, Reciclagem de Motoristas.

Programa Descentralizado de Capacitação

Durante 2012 e 2013, o Programa Descentralizado de Capacitação desenvolvido pelo SCD ganhou força, o que possibilitou aos servidores das diversas unidades planejar, organizar e executar atividades de capacitação de um modo mais autônomo.

Com esse sistema, os interessados identificam os cursos prioritários, escolhem o público-alvo, o conteúdo programático, o profissional ou a empresa ministrante, além da carga horária, o período, o horário e o local da realização do evento. Isso proporciona maior flexibilidade, envolvimento e adequação às necessidades e à realidade de cada um.

O objetivo é garantir a qualificação dos servidores na sua própria cidade e evitar o deslocamento e as dificuldades decorrentes, como gastos com diárias e transporte, além da alteração da rotina da unidade judiciária e do próprio servidor.

Para a diretora do SCD, Maristela Antonieta Linhares dos Santos, a capacitação vem assumindo um papel importante para a valorização dos servidores, a profissionalização do serviço público e o alcance dos resultados institucionais. "É a melhor estratégia para garantir perspectivas de carreira e a prestação de um serviço público eficiente, eficaz e efetivo", garante.

Diversas unidades do estado já utilizaram o programa. Na Vara do Trabalho de Canoinhas, dez servi-

dores participaram de cursos como Direito e Processo do Trabalho, Direito Constitucional, Contabilidade Geral, Informática, entre outros. As VTs de Videira e Fraiburgo se reuniram e 19 de seus servidores realizaram o curso de Gestão das Relações Humanas. As varas de Blumenau e Timbó também solicitaram em conjunto e proporcionaram a 14 servidores a participação no curso de Cálculos Trabalhistas e Liquidação de Sentença. Ao todo, foram 155 servidores capacitados por meio desse programa.



Programa de Treinamento para Desenvolvimento de Lideranças, ministrado pela Fundação Dom Cabral em março de 2013

Direto ao Assunto

Talk shows mobilizam servidores em todo o estado

O Direito material é tão dinâmico quanto a própria realidade e quando se fala em Direito do Trabalho, então, quem não corre fica para trás. Os avanços tecnológicos e as mudanças cada vez mais frequentes nos processos produtivos colocam diante de juízes e servidores da Justiça Trabalhista o desafio de acompanhar tais transformações.

Com o objetivo de atualizar os interessados sobre as mudanças de legislação, de interpretações jurídicas e das condições de trabalho, o SCD deu continuidade no biênio 2012/13 ao Talk Show Direto ao Assunto, que é realizado com o apoio da Assessoria de Comunicação (Ascom). O programa de duas horas de duração vem acontecendo no auditório do TRT e é transmitido via internet para as unidades do interior do estado. Uma autoridade no tema é entrevistada a partir de pauta pré-elaborada, com auxílio de perguntas encaminhadas por e-mail. Durante o debate, tanto os presentes quanto os que acompanham a distância podem fazer perguntas diretamente ao entrevistado, contribuindo para o aprofundamento da discussão.



Atividade ocorre no auditório do Tribunal...

Interatividade a distância

A interatividade e a abrangência, características dos talk shows, vêm se mostrando extremamente eficazes. Depois de cada evento é solicitada uma avaliação on-line aos participantes. Perguntados se o debate esclareceu corretamente o tema tratado, a média de aprovação pelos participantes é de 73%. No quesito metodologia a aprovação média é de 76%, e sobre a pertinência do tema, 88% em média respondem positivamente. Outro aspecto importante é que cerca de sete em cada dez participantes são do interior do estado. Além disso, muitos dos inscritos retornam opiniões pessoais acerca dos debates, que são levadas em consideração pela equipe organizadora para o aperfeiçoamento do projeto.

Nos anos de 2012 e 2013, dando continuidade ao trabalho iniciado em 2006, foram abordados os temas: Regulamentação do Teletrabalho, Semana da Execução Trabalhista, Terceirização, Aviso Prévio Proporcional, Súmula 331 do TST, PJe-JT, 30 anos da CLT e, por último, Aposentadoria: planejar para bem viver.

Ao todo, 944 servidores puderam assistir e interagir com os palestrantes.



... e é transmitida simultaneamente pela internet para as unidades fora da sede

Quem é do mar não enjoa

Experiência com o Provi contribui para a capacitação no PJe-JT

Navegar nas águas nem sempre plácidas do PJe-JT tem sido um desafio também para o Serviço de Capacitação e Desenvolvimento (SCD), responsável pelo desenvolvimento do Plano de Capacitação de usuários do novo sistema nacional. Mas um detalhe, nessas horas de mares mais revoltos, pode fazer toda a diferença. E ela se fez sentir em função do conhecimento adquirido com a experiência de implantação e expansão do Processo Virtual (Provi), o processo eletrônico caseiro do TRT catarinense, que precedeu o PJe-JT.

O plano de capacitação do Provi, aliás, já havia conquistado reconhecimento nacional, sendo adotado como referência pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Foi assim que para o PJe-JT o SCD passou a planejar, coordenar e executar as mesmas etapas de capacitação do Provi, que hoje integram o Plano de Capacitação em desenvolvimento. Foi assim que, para o PJe-JT, o SCD ofereceu a mesma estratégia de capacitação anteriormente adotada para o PROVI, baseada em algumas premissas: a necessidade de diagnóstico inicial de capacitação das unidades foco da expansão, a utilização de instrutores internos, o estabelecimento de turmas de acordo com o perfil de usuário do sistema. Além disso, houve a necessidade de intensificar a preparação dos servidores para a mudança na forma de execução das atividades, oferecendo mais eventos nas áreas de direito material e processual do trabalho, não apenas na ferramenta PJe-JT.

A primeira etapa a cumprir é a do diagnóstico das necessidades da vara do trabalho ou do foro trabalhista que é objeto da expansão. Os passos iniciais consistem na sensibilização de servidores e magistrados para a mudança. É preciso conhecer os perfis de usuários – grupos de servidores –, avaliar os que têm potencial para funcionar como multiplicadores, identificar as novas competências necessárias e dimensionar a necessidade de acompanhamento técnico após a implantação.

Isso tudo para preparar para a mudança de paradigma – do processo de papel ou do Provi para o PJe-JT –, além de servidores e magistrados, usuários de entidades externas como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC), a Procuradoria Regional do Trabalho (PRT-SC) e a Advocacia Geral da União (AGU).

A primazia nacional da implantação em primeiro e segundo grau, rendeu desafios e entraves típicos de uma empreitada pioneira, como a resistência de usuários internos e externos, além de dificuldades de alguns deles no domínio de ferramentas de informática necessárias à implantação, aliados à instabilidade de um sistema ainda em formação.

A experiência pioneira serviu como um laboratório para toda a equipe de implantação, que conseguiu sedimentar uma série de procedimentos em fase de aprimoramento pelas diversas áreas e profissionais que prestam apoio à implantação do PJe.

A palavra de ordem, a partir de Navegantes e da implantação na Câmara do TRT, foi trabalhar na construção de uma proposta mais elaborada, que melhor servisse ao desenvolvimento das atividades de capacitação indispensáveis para a expansão às demais unidades judiciárias. “Por se tratar de nova forma de trabalho, percebeu-se a necessidade de oferecer cursos voltados ao desenvolvimento de um conjunto amplo de competências, porque muitas atividades hoje realizadas tendem a desaparecer e dar lugar a outras”, explica Maristela Antonieta Linhares dos Santos, diretora do SCD.



Março de 2012: desembargador Cláudio Brandão, hoje ministro do TST, apresenta telas do sistema para servidores da área judiciária

Figura central na capacitação dos magistrados, o juiz Luiz Carlos Roveda, titular da VT de Navegantes, lembra que a multiplicação das técnicas de uso exigiu nova abordagem sobre a metodologia de ensino. “Para replicar o conhecimento é necessário que haja um sistema em funcionamento e isto exige toda uma estrutura tecnológica à parte”, afirma o magistrado, que integra grupo de trabalho no CSJT com o objetivo de propor melhorias ao sistema.

Além das ações direcionadas às unidades em que o sistema está em processo de implantação – um total 55 eventos em 2012-13, com 1.387 vagas oferecidas e 663 horas-aula ministradas – o SCD mantém o programa PJe-JT Permanente, dirigido a servidores que não receberam treinamento antes da implantação. Outro objetivo desse programa é a atualizar conhecimentos daqueles que já foram capacitados em PJe-JT.

Também está sendo elaborado o Treinamento Avançado em PJe-JT, que sugere a realização das seguintes ações: videoconferência para capacitação de servidores das unidades sempre que lançadas novas versões do PJe-JT, ou ainda quando surgirem demandas identificadas pelo grupo de implantação; videoconferências direcionadas a servidores das centrais de atendimento, para orientá-los na correta utilização do protocolo de atendimento; e o fórum virtual de discussões, para abrir canal de comunicação entre os usuários do sistema.

A amplitude e a capilaridade das ações para a expansão já realizada são o resultado de um amplo envolvimento. E Maristela faz questão de atribuir o crédito a todos: “O que foi feito até agora com relação à implantação e expansão do PJe-JT, só foi possível graças à integração e comunicação entre todas as áreas envolvidas, como a Seinfo, a Serhu, o SCD, a Secad, o Saser e a Ascom, além dos próprios usuários que foram capacitados”, reconhece.



Instrutor Alexandre Bergmann:
treinamento em PJe-JT no
laboratório de informática

Capacitação para o PJe-JT*

| | 2012 | 2013 |
|----------------------------|------|------|
| Eventos de capacitação | 28 | 27 |
| Horas de capacitação | 303 | 360 |
| Vagas oferecidas em cursos | 587 | 800 |

* consideradas atividades planejadas até o fim de 2013

Confira o que o SCD batizou de “espinha dorsal” da capacitação para o PJe-JT

- Disponibilização, no ambiente de ensino, de trilhas de aprendizagem e fóruns de discussão para magistrados, servidores e advogados relacionadas ao PJe-JT de 1º e 2º graus.
- Realização de diagnóstico para conhecimento do perfil e das necessidades de capacitação do público-alvo.
- Promoção de palestras de sensibilização do público interno e externo e capacitação via ensino a distância (EaD).
- Identificação e capacitação de potenciais multiplicadores em cada unidade judiciária (varas e gabinetes), bem como entre os usuários externos (OAB, PRT e AGU).
- Atividades de orientação para Gestão da Mudança, conjunto de ações articuladas entre SCD, Saser e Serhu.
- Capacitação de usuários internos e externos para utilização do sistema PJe-JT no 1º e no 2º grau.
- Acompanhamento pós-treinamento.
- Avaliação das lições aprendidas e das melhores práticas relacionadas ao processo de implantação em cada unidade instalada.



Ministro Brandão, com desembargadores do
Tribunal, em reunião de apresentação do sistema

Foco na prevenção

Programas desenvolvidos pelo Saser monitoram com mais precisão a saúde de servidores e magistrados

O Serviço de Assistência aos Servidores (Saser), vinculado à Secretaria de Recursos Humanos, vem monitorando sistematicamente a saúde de magistrados e servidores do Tribunal. Isto tem sido feito com a realização de programas de prevenção à saúde, como exames periódicos, blitzes ergonômicas, programa de prevenção de riscos ambientais, vacinação contra gripe, testes de fadiga visual e gestão de estresse.

Os exames periódicos são parte do Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO), que tem como objetivo principal a promoção, a prevenção e a preservação da saúde no ambiente de trabalho. Os exames constituem a principal fonte coletora de dados sobre a saúde dos magistrados e servidores, representando uma importante ferramenta gerencial a partir da elaboração dos relatórios. Como resultado desse diagnóstico foi possível, por exemplo, descobrir que as doenças respiratórias são as prevalentes no Tribunal, fator determinante para a compra de vacinas e a intensificação das campanhas de vacinação contra a gripe.

A vacinação tem sido feita desde 2011. No ano seguinte, a ação imunizou cerca de 60% do quadro permanente. Em 2013, esse índice subiu para 62%. “A

vacinação tem impactos bastante positivos na saúde, iniciando por si só um círculo virtuoso e produtivo de qualidade de vida. É uma ação essencialmente preventiva e de eficácia garantida. E não é uma iniciativa isolada, pois os benefícios da imunização são extensivos para as pessoas que convivem com o imunizado, em ambiente familiar ou laboral”, assinala Jacson Alexandre Pereira, diretor do Saser.

Todas as informações geradas a partir da coleta de dados, na realização dos exames periódicos e nos atendimentos médicos gerais, são essenciais para o conhecimento do perfil epidemiológico da comunidade de servidores e magistrados. Segundo o diretor do Saser, é isso que tem permitido o planejamento de ações convergentes às necessidades diagnosticadas, à análise da eficácia de programas e projetos desenvolvidos e à otimização de recursos financeiros.

A cada ano, mais pessoas realizam os exames aplicados pelo Saser. Em 2008, o número de participantes foi 542. Em 2012 e 2013, a quantidade saltou para aproximadamente mil pessoas, o que representa a cobertura de 76% das unidades judiciárias e administrativas, superando a meta de 60% estabelecida pelo CSJT. São realizados exames para detectar disfunções como diabetes, hipertensão arterial, sobrepeso, obesidade e colesterol elevado, entre outros, e levantados índices de tabagismo, sedentarismo e nível de estresse dos participantes.

Conjunto de ações

“O exame médico periódico tem por finalidade investigar a ocorrência de alteração na saúde dos servidores, se possível antes do aparecimento das manifestações clínicas, possibilitando um tratamento adequado. É uma ação preventiva, que faz uso da vigilância como fator de favorecimento da saúde”, observa o diretor do Saser.

O programa de gestão de estresse, pioneiro no Judiciário Trabalhista, foi introduzido junto

aos exames periódicos em 2010 e, desde então, vem identificando os níveis de estresse e seus estressores, que podem ser individuais ou relacionados ao trabalho. Como resultado, o programa busca o desenvolvimento de ações específicas para a prevenção e redução desses níveis, tais como: entrevistas individuais, orientações nas unidades de trabalho, coaching com lideranças, promoção de palestras e oficinas, dentre outras. Em 2012, 69% dos testes realizados não apresentaram riscos.

O Saser também promove periodicamente a blitz ergonômica, para orientar e



Blitz ergonômica auxilia os usuários a manter a postura correta com ajustes nos postos de trabalho



Presidente do TRT-SC fez questão de participar da campanha de vacinação contra a gripe

ajustar os postos de trabalho. Com ela são identificadas posturas inadequadas, fornecidos equipamentos ergonômicos e coletadas informações, que serão objeto de análise e desenvolvimento de novas soluções.

Foram também realizadas pesquisas na área de ergonomia, que tornaram viáveis a aquisição de mouses e cadeiras ergonômicas. Mais um trabalho inédito na Justiça do Trabalho, ao trazer justificativas técnicas da área de saúde para aquisição de produtos ergonômicos.

Em 2012, foram disponibilizados 271 mouses ergonômicos, que possuem caracte-

terísticas diferenciadas: adoção da posição funcional da mão – dedo polegar em oposição aos outros dedos –, utilização dos botões de rolagem de texto pelo polegar, além da opção de escolher o tamanho da empunhadura. Em pesquisa de satisfação realizada com os usuários, 87,6% consideraram ótimo e bom o relaxamento e o conforto proporcionados pelo novo mouse. Mais unidades serão adquiridas e repassadas para os usuários do PJe-JT e para aqueles que relataram queixas osteomusculares na região do punho, mão e cotovelo durante a realização dos exames periódicos de saúde e blitz ergonômica.

Outras aquisições implementadas após pesquisas realizadas pelo Saser foram as cadeiras ergonômicas, com encosto alto e ajuste na tensão do apoio lombar. A atual gestão entregou 462, distribuídas prioritariamente entre magistrados e servidores que manifestaram problemas na coluna lombar. Mais 500 cadeiras estão em processo de compra. Uma outra ação de saúde preventiva foi a distribuição dessas cadeiras para os gabinetes de desembargadores e as unidades judiciárias que implantaram o PJe-JT.

O Saser também está investindo em suporte duplo para monitores. Na VT de Navegantes, onde tramitam apenas processos eletrônicos, todos os postos de trabalho possuem. Estão em processo de compra mais 300 unidades. Outro item bastante requisitado por servidores e magistrados são os apoios de pés, com a entrega de 155 unidades no biênio 2012/13.

Fadiga visual

Outro projeto inédito iniciado em 2013 diz respeito à fadiga visual de servidores e magistrados, a popular ‘vista cansada’. O Saser contratou um oftalmologista que realizou estudo para identificar e analisar a influência do uso de computadores na qualidade e quantidade do filme lacrimal (lubrificação dos olhos) de servidores que utilizam o Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT).

Foram avaliados 81 servidores do prédio-sede e nas unidades de Florianópolis, São José, Navegantes e Joinville. Os resultados alertam para a importância do posicionamento correto do monitor (topo do monitor na linha dos olhos e distância de 50 centímetros dos olhos até a tela). A posição correta aumenta em 30% o tempo de evaporação da lágrima, fazendo com que os olhos se mantenham lubrificados por mais tempo.

Orienta-se também para que a tela do monitor e as lentes dos óculos sejam limpas frequentemente, além dos ajustes em contraste, brilho e tamanho da fonte – tudo para dar mais conforto. Além disso, e não menos importante, a prática de pausas regulares de cinco minutos para cada hora trabalhada.

Mapeamento de riscos e doenças

O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), em consonância com a Resolução CSJT 84/2011, visa à preservação da saúde e da integridade dos magistrados e servidores através da antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes ou que venham a surgir no ambiente de trabalho. Ele funciona articulado com o PCMSO.

Em 2012, o PPRA foi feito em 60% das unidades judiciárias e administrativas do TRT, atingindo a meta estabelecida pelo CNJ para o período. Em 2013, a meta subiu para 65% e também foi cumprida

O servidor Edson Luiz Balestrim, diretor da VT de São Miguel do Oeste, foi um dos que recebeu a cadeira, em agosto de 2012. De acordo com ele, que sofre de hérnia de disco lombar, desde então o seu quadro está estabilizado. “As dores diminuíram bastante depois que comecei a usar a cadeira ergonômica. Além de possuir um desenho que proporciona mais conforto, ela ‘educa’ o usuário a permanecer com a postura correta”, afirma o diretor.



Diretor do Saser explica a servidor como usar cadeira ergonômica



Testes para medir tempo de evaporação da lágrima foram realizados, preferencialmente, com quem trabalha no processo eletrônico

pelo Tribunal. Foram providenciadas entrevistas nos locais de trabalho por uma engenheira de segurança, que identificou as melhorias a serem efetivadas.

No biênio 2012/13, o Saser também deu continuidade aos programas que já fazem parte de seu planejamento anual, como ginástica laboral, desenvolvimento interpessoal, odontologia do trabalho, promoção da qualidade de vida, da saúde ocupacional e da segurança no trabalho, entre outros.

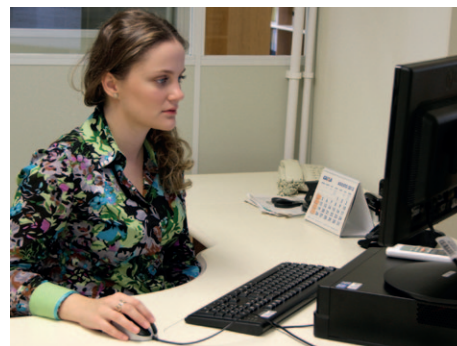
Programa de estágio tem nova dinâmica de seleção

As **seleções de estagiários**, que até abril de 2013 aconteciam três vezes ao ano – em fevereiro, maio e agosto – agora são feitas de forma automática, sem precisar aguardar os períodos determinados. As vagas podem ser supridas a qualquer momento, assim que surgirem, desde que haja estudantes inscritos.

A mudança foi proporcionada pela publicação da Portaria 104/2013, que alterou a redação do artigo 14 da Portaria 1.644/08, que regula o programa de estágio no âmbito do TRT catarinense. A solicitação partiu do Serviço de Capacitação e Desenvolvimento (SCD), área responsável pelo programa e que recebe os pedidos dos diretores.

Como as seleções eram restritas a três períodos do ano, havia muitos locais e candidatos para administrar, criando dificuldades na gestão do programa. “Complicava porque a contratação de um estagiário é semelhante a de um servidor, com diversos trâmites, e envolve diferentes setores do Tribunal”, explica o servidor Felipe Oalace de Abreu, do SCD, responsável pela coordenação do programa de estágios.

Além disso, no último biênio também houve aumento do valor da bolsa de estágio. O objetivo é acompanhar o que está sendo pago por outras instituições públicas e evitar que o jovem abandone o estágio prematuramente na busca de melhor auxílio financeiro a seus estudos. “Isso diminui a rotatividade dos estagiários e mantém os alunos em con-



Estagiária da 4ª VT de Florianópolis: vagas podem ser supridas em qualquer período do ano

tato com a Justiça do Trabalho, o que reflete positivamente em sua futura atuação profissional junto ao Judiciário Trabalhista”, explica Vanessa Gesser de Miranda, diretora da SERHU.

Novo concurso para servidores disponibiliza 75 vagas

Com o fim do prazo de validade do concurso de 2010, que expirou em 21 de março de 2013, a Administração do Tribunal prontamente iniciou o planejamento para a realização de um **novo certame**. Foi criada uma comissão de concurso, formada por um desembargador e seis servidores, para coordenar os trabalhos. A organização ficou com a Fundação Carlos Chagas.

O edital foi publicado em 14 de maio e previa as seguintes vagas: 53 para analista judiciário (nível superior) e 22 para técnico judiciário (nível médio). No caso dos analistas, elas foram distribuídas por diversas graduações: Direito (36 vagas, sendo 7

para quem se habilitasse ao cargo de Oficial de Justiça), Contabilidade (3), Tecnologia da Informação (1), Estatística (1), Psicologia (1) e Engenharia Civil (1). Também foram abertas dez vagas para o cargo de analista, área administrativa, sem especialidade, ou seja, para quem fosse graduado em qualquer curso superior. Das vagas de técnico, uma era para a especialidade Tecnologia da Informação.

No total, 49.792 pessoas se inscreveram para realizar a prova, que foi aplicada em 21 de julho nas cidades de Florianópolis, Blumenau, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Lages, Mafra e Tubarão. Independentemente do cargo, todas as provas tiveram 60 questões divididas entre conhecimentos gerais e específicos, além de redação. O índice de abstenção foi, em média, de 20% dos candidatos.

A servidora Cláudia Voigt Espinola, secretária da Comissão de Concurso Público, relata que as atividades desempenhadas pela Comissão transcorreram normalmente, sem percalços. “Houve uma reedição do edital – novo prazo para inscrições com isenção de pagamento – e alguns pequenos incidentes durante a prova, com os quais a empresa organizadora já está acostumada. Mas, de forma geral, todo o processo de realização do concurso ocorreu sem problemas”, afirmou.

O resultado do concurso foi divulgado no último dia 13 de setembro e a homologação final, em 25 de outubro. O certame tem prazo de validade de um ano, podendo ser prorrogado por igual período. As primeiras nomeações, em torno de 25, foram iniciadas em novembro.

Integração de sistemas agiliza folha de pagamento

No biênio 2012/13 também foi concluído o segundo módulo da integração entre os sistemas de Recursos Humanos, que contém as informações sobre a vida funcional dos servidores e magistrados, e o de Folha de Pagamento. Com isso,

vários benefícios podem ser incluídos uma única vez e são automaticamente exportados para o sistema que realiza os cálculos para pagamento, sem necessidade de novo cadastro.

Com esse módulo, substituições, auxílio-alimentação, assistência pré-escolar, auxílio-saúde, Gratificação de Atividade de

Segurança (GAS), Gratificação de Atividade Externa (GAE), adicionais de insalubridade e periculosidade, abono de permanência, gratificação de localidade e férias de juízes, passaram a fazer parte desse modelo integrado, aumentando não só a agilidade e racionalização dos procedimentos, como também a confiabilidade das informações.

Em boa hora...

Atividade promovida pelo Setor de Serviço Social busca preparar servidores e magistrados para a aposentadoria

Uns chegando, outros partindo. Assim como muitos servidores ingressaram na Justiça do Trabalho catarinense nos últimos dois anos, outros tantos a deixaram. Os números impressionam: de janeiro de 2012 a 4 de dezembro de 2013, 121 servidores se aposentaram.

Para melhor preparar servidores e juízes próximos da aposentadoria para o momento do desligamento, o Setor de Serviço Social (Sess), que integra o Serviço de Assistência aos Servidores (Saser), desenvolve diversas atividades como palestras, workshops, cursos e acompanhamentos individuais. Essas ações integram o **Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA)**, criado em 2005 com a finalidade de orientar servidores e magistrados em fase de pré-aposentadoria a enfrentar a mudança de forma tranquila, com reflexões sobre a carreira, a trajetória de vida no trabalho e a construção de projetos para o futuro.

“A aposentadoria é um momento de grandes mudanças na vida profissional, pessoal, social e familiar do trabalhador. O objetivo do programa é apresentar métodos e técnicas que auxiliem cada um a descobrir a sua melhor forma de viver esse momento”, explica Maria Aparecida Cavalcanti Phillipi, que atuou como assistente social do Tribunal por mais de três décadas e foi uma das idealizadoras do programa. Cida, como é conhecida, se aposentou em março de 2013 e, em 2012, além de organizar, também participou do programa.

Cerimônia de Desligamento

Além dos cursos e palestras, um evento anual também vindo sendo promovido para homenagear os recém-aposentados. Trata-se da cerimônia de desligamento, que em 2013 chegou à sexta edição. Realizada em novembro, a solenidade arrancou lágrimas da presidente do TRT-SC, Gisele Pereira Alexandrino, num discurso comovente.

“Todos os homenageados construíram uma trajetória de dedicação, zelo, responsabilidade e amor pelo trabalho. Por isso, a instituição não pode deixar de homenagear, reconhecer e agradecer aos seus servidores neste marco que representa a conquista do direito ao desfrute de outras possibilidades, inaugurando uma nova fase de vida”, disse ela.

A **cerimônia de 2013** marcou também a despedida de Nezita Wiggers, diretora-geral do TRT-SC durante 12 anos. Na **cerimônia de 2012** também não faltou emoção. Houve apresentação de vídeo e da cantora mirim Giulia Soncini a 30 servidores e um desembargador, que concluíram suas carreiras na Justiça do Trabalho.



A cantora mirim Giulia Soncini emocionou a todos durante sua apresentação na Cerimônia de Desligamento de 2012



Anísio Martins, homenageado em 2013, foi garçom da Presidência, atuou na limpeza, lavou carros e encerrou carreira no Protocolo



Outros homenageados de 2013: Nezita Wiggers (e), diretora-geral por 12 anos, e o perito contábil Antônio Ramos. Entre eles, a desembargadora Gisele Alexandrino.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

No rumo da efetividade

Novas ferramentas de gestão implantadas pela Secretaria de Planejamento auxiliam na execução da estratégia

No TRT-SC, é a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan) que auxilia a Administração na criação de uma visão integrada dos esforços empreendidos e dos resultados obtidos. Tudo, obviamente, de acordo com as metas e os objetivos estratégicos do Tribunal.

Em 2013, acolhendo sugestão da Seplan, a Presidência do Tribunal editou a Portaria GP 38/2013, que atualizou a composição do Comitê de Gestão Estratégica e ampliou a participação de magistrados e servidores.



Primeira reunião de análise estratégica de 2013: integrantes do Comitê de Gestão Estratégica repassaram os números das 10 metas do CNJ e das cinco regionais, com o grau de cumprimento pela JT-SC

Reuniões de Análise Estratégica (RAE)

Em 2012 foram realizadas duas RAEs e, em 2013, mais duas. As reuniões servem para definir metas e avaliar o desempenho, buscando medidas para auxiliar no cumprimento das metas gerais e específicas – definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – e das regionais, definidas pelo próprio TRT-SC. Além disso, nas RAEs são informados os dados alcançados.

Desdobramento da estratégia

A Escola Judicial é uma área fundamental para a Gestão Estratégica do Tribunal. Assim, em 2012, a Seplan assessorou a Escola Judicial na elaboração do seu Plano Estratégico 2013-2016. A implantação de gestão estratégica na Escola Judicial cria sinergia entre as ações executadas cotidianamente e as iniciativas estratégicas eleitas para auxiliar a Escola na formação de magistrados.

TRT-SC integra o Comitê Gestor da JT

Em 2013, o CNJ criou a Rede de Governança Colaborativa para desenvolver um sistema conectado com a realidade de cada segmento de Justiça ou região geográfica, permitindo um maior diálogo. “A gestão estratégica está ficando mais democrática. O CNJ abriu um espaço e temos que aproveitar para fazer proposições de acordo com a nossa realidade”, comemora a diretora da Seplan no biênio 2012/13, Rosângela Yamada.

O TRT-SC foi eleito como Tribunal que, em conjunto com o CSJT, coordena o Comitê Gestor da JT e integra o Comitê Gestor Nacional. Atualmente, integram os comitês o juiz Alexandre Luiz Ramos, gestor de metas, e Rosângela.

A participação contribuiu para o aperfeiçoamento de propostas de metas para a JT em 2014, apreciadas pelos presidentes e corregedores dos Tribunais durante o 7º Encontro Nacional do Judiciário, que aconteceu em novembro de 2013.

Metas estratégicas

A Presidência envidou esforços direcionando a atuação das diversas áreas para atendimento das metas estratégicas definidas pelo CNJ e pelo próprio Tribunal. Veja quais foram cumpridas:

| Metas gerais 2012 – CNJ | |
|-------------------------|---|
| Meta 2 | Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008, na Justiça do Trabalho. |
| Meta 4 | Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação. |
| Meta 5 | Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento. |

| Metas específicas para a JT 2012 – CNJ | |
|--|--|
| Meta 14 | Estabelecer o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em pelo menos 60% das unidades judiciárias e administrativas. |
| Meta 15 | Capacitar, com carga-horária mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica (GE). |
| Meta 16 | Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em, pelo menos, 10% das varas de trabalho de cada tribunal. |

| Metas 2012 – JT-SC | |
|--------------------|---|
| Meta 3 | Oportunizar que 50% dos servidores participem de, pelo menos, um evento de capacitação para 2012, não incluídos os cursos obrigatórios por lei. |
| Meta 5 | Executar no mínimo 70% do orçamento (custeio e capital) até agosto, 90% até novembro e 99% até dezembro. |

Até o mês de setembro de 2013 o Tribunal já havia cumprido as seguintes metas:

| Metas gerais 2013 – CNJ | |
|-------------------------|--|
| Meta 2 | Julgar, até 31/12/2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009, na Justiça do Trabalho. |
| Meta 9 | Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas. |
| Meta 10 | Realizar adequação ergonômica em 20% das unidades judiciárias de 1º e 2º Graus. |

| Metas 2013 – JT-SC | |
|--------------------|---|
| Meta 1 | Realizar ações de prevenção na área de saúde ocupacional em 100% das unidades judiciárias e administrativas do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. |
| Meta 2 | Fortalecer a prática de aquisição de materiais que atenda a critérios de sustentabilidade mediante o incremento de 5% do número de itens de aquisição que contemplem esses critérios. |
| Meta 3 | Executar no mínimo 65% do orçamento (custeio e capital) até agosto, 90% até novembro e 99% até dezembro. |

Novas ferramentas de gestão

Para possibilitar o monitoramento da Gestão Estratégica, a Seplan, na gestão 2012-13, continuou aperfeiçoando os métodos e fluxos de trabalho para a elaboração, a implementação e o acompanhamento da estratégia. Uma delas é o Sistema de Gestão Estratégica (Sigest), um sistema informatizado que confere transparência, maior agilidade e autonomia às áreas no monitoramento e na inserção de dados e informações pertinentes à sua área de atuação. No Tribunal, diversas áreas já alimentam os dados relativos à sua atuação e que servem como subsídio para a medição de metas e indicadores. O Sigest permite o conhecimento dos dados relacionados à Gestão Estratégica de todos os Regionais Trabalhistas.

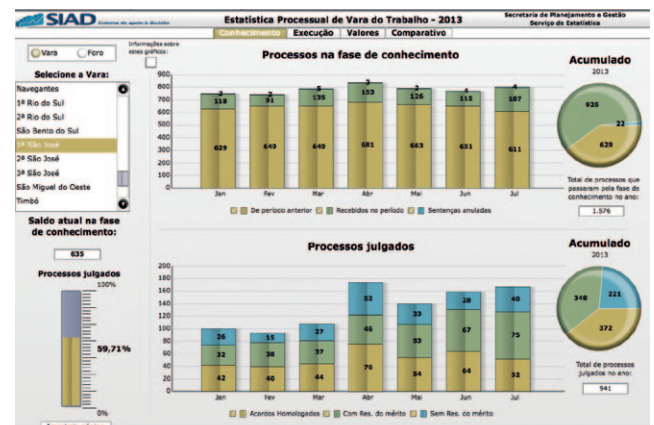
Sistema de Apoio à Decisão

Gerar conhecimento para subsidiar as decisões da Administração. Foi com esse objetivo que a Seplan implementou o Sistema de Apoio à Decisão (Siad), sistema moderno de gestão construído com base em uma ferramenta de Inteligência Organizacional (Business Intelligence)

Segundo a diretora da Seplan, é “a realização de um grande objetivo nosso desde que a área funcionava como Assessoria da Presidência, pois se fazia necessária uma ferramenta que desse autonomia aos gestores para gerar os relatórios, com dados de diversos sistemas combinados entre si e que lhes permitisse gerar relatórios com base nas suas necessidades”.

O Siad confere agilidade e autonomia na geração de relatórios, sem a necessidade de programação, auxiliando no atendimento das demandas da área de informática.

O sistema também permitiu o aperfeiçoamento da estatística do TRT. “Estamos mudando o foco deste trabalho, que está deixando de ser apenas um registro e passando a gerar conhecimento”, destaca Rosângela, mencionando também os novos e interativos painéis disponíveis no site do Tribunal.



Os painéis são de fácil acesso e estão disponíveis na internet

Divisor de águas

Novo modelo de gerenciamento de informações, e-Gestão vai possibilitar criação de um grande banco de dados para a Justiça do Trabalho

No TRT-SC, a implantação completa do e-Gestão foi uma das prioridades da Administração 2012/13. A Seplan, responsável pela execução do projeto, realizou a reunião de encerramento no dia 24 de outubro de 2013, entregando o sistema implantado à Presidência. Mas, afinal, como ele funciona? Antes, os dados estatísticos relativos à tramitação processual das varas do trabalho eram gerados pelas próprias unidades judiciárias no Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP), por meio do boletim estatístico, e encaminhados à área própria do Tribunal, responsável pela análise.

As unidades podiam fazer ajustes manuais, se necessário, e o tempo médio de processamento dos boletins era de 15 dias. Com o e-Gestão, o encaminhamento é automático. Os dados são extraídos diretamente da base de dados do SAP.

Lançamento sem erros

A partir da priorização em 2012, foi criado um novo plano de ação e formadas equipes multidisciplinares compostas por servidores das áreas técnicas, Seplan e TI, unidades de primeiro e segundo grau e da área administrativa.

Rosângela garante que “o e-Gestão é uma ferramenta importante para a gestão dos 24 Regionais Trabalhistas e para cada uma das unidades de primeira ou segunda instância e administrativa, pois elas podem acessar seus dados de forma autônoma e ágil, permitindo o planejamento de suas atividades”.

A alimentação correta do SAP passa a ser fundamental. “Em virtude da geração automática das informações, sem interferência manual, é de extrema importância que os lançamentos dos eventos nos sistemas espelhem de forma inequívoca o andamento do processo, pois são eles que servirão de base para a consolidação dos dados estatísticos”, explica Marco Antônio Bazzegio, gerente do projeto.

Transparência

Com o e-Gestão, a inserção dos dados passa a ter um papel muito mais relevante. “O magistrado é o gerente do projeto dentro da sua unidade. Ele tem de conhecer o e-Gestão e promover a administração dos seus servidores, que terão um papel essencial na alimentação do sistema, pois a inserção indevida dos dados pode gerar um efeito danoso muito grande”, adverte a desembargadora do TRT de Campinas Ana Paula Pellegrina Lockmann, coordenadora do comitê nacional do sistema. De acordo com a magistrada, a intenção é disponibilizar à sociedade todas as informações coletadas dos 24 regionais: “A Justiça do Trabalho vai mostrar o seu verdadeiro rosto. É a transparência da JT. Isso para mim é a grande melhoria do e-Gestão”.

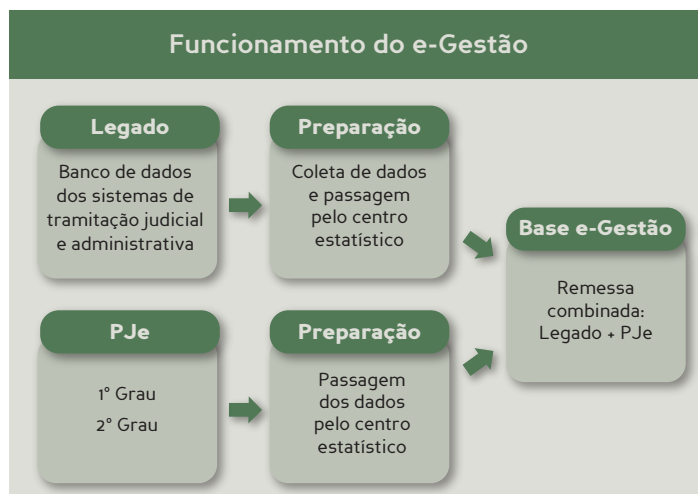


Diferencial catarinense

O que chama a atenção, quanto ao projeto e-Gestão no TRT catarinense, é a sua construção, por meio de um software de inteligência organizacional que permite, dentre outros recursos, o conhecimento prévio das informações que alimentarão o banco de dados do e-Gestão nacional. “Com esse sistema, o ambiente é preparado para que qualquer pessoa consiga entrar e produzir relatórios. Desta forma, conseguimos fazer uma avaliação dos dados antes do envio ao TST”, explica a diretora da Seplan.

Acesso ao e-Gestão

Em dezembro de 2013 todas as áreas judiciárias tinham recebido seu login e senha para acesso ao e-Gestão. Depois, será a vez das áreas administrativas. A página do projeto, na intranet do Tribunal, conta com o Manual de Acesso e o Guia Rápido de Acesso aos Relatórios.



Sociedade

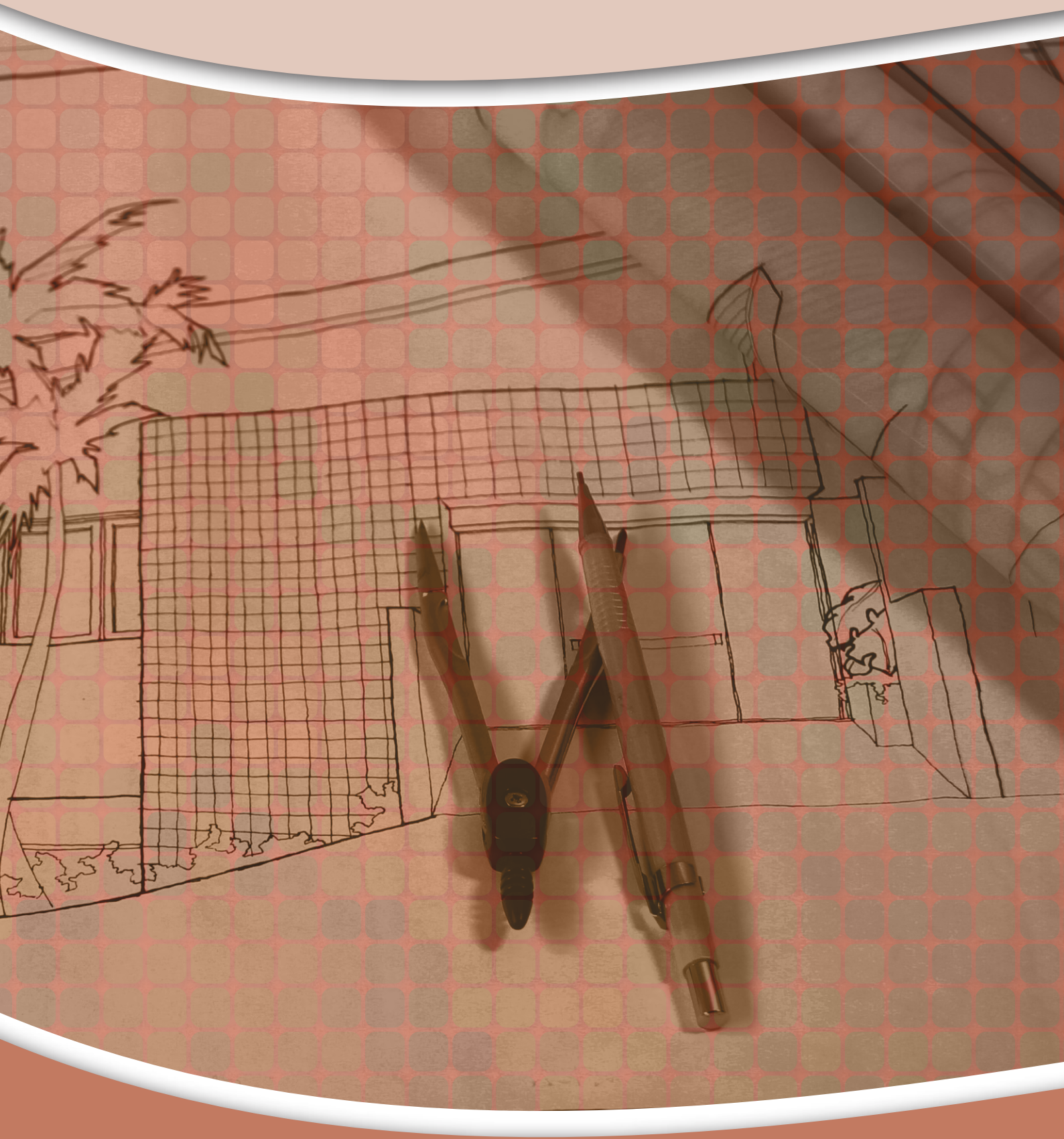
| | | |
|---|--|--|
| <p>Missão</p> <p>Realizar justiça com celeridade e efetividade no âmbito das relações de trabalho.</p> | <p>Visão</p> <p>Ser reconhecida pela sociedade por sua excelência na prestação dos serviços e pela credibilidade, até 2014.</p> | <p>Valores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ética • Justiça • Moralidade • Celeridade • Credibilidade • Transparência • Respeito ao cidadão • Imparcialidade • Valorização das pessoas • Dignidade humana |
|---|--|--|

Processos Internos

| | | | | |
|--|--|--|---|--|
| <p>Eficiência Operacional</p> <ul style="list-style-type: none"> Aprimorar e uniformizar os métodos de trabalho. Aprimorar continuamente a gestão de custos operacionais. Promover a adequada lotação dos servidores nas unidades, priorizando a 1ª instância. | | | <p>Acesso à Justiça e Efetividade</p> <ul style="list-style-type: none"> Aproximar a Justiça do Trabalho do cidadão. Promover a efetividade no cumprimento das decisões. | |
| <p>Alinhamento e Integração</p> <p>Promover o alinhamento estratégico e a integração de todas as unidades.</p> | <p>Atuação Institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> Estimular a conciliação e buscar formas de prevenção de conflitos. Aprimorar a comunicação com o público interno e externo. Fortalecer as relações com instituições públicas e privadas. | | | <p>Responsabilidade Socioambiental</p> <p>Promover a responsabilidade socioambiental.</p> |

Recursos

| | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|
| <p>Gestão de Pessoas</p> <ul style="list-style-type: none"> Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos juizes e servidores, com foco na estratégia. Melhorar continuamente o clima organizacional. | | <p>Infraestrutura e Tecnologia</p> <ul style="list-style-type: none"> Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais. Garantir a disponibilidade, a atualização, a ampliação e a integração dos sistemas de Tecnologia da Informação. | | <p>Orçamento</p> <ul style="list-style-type: none"> Buscar a excelência na gestão orçamentária, assegurando a execução da estratégia. Assegurar recursos orçamentários necessários ao funcionamento da Instituição. | |
|--|--|--|--|--|--|



INFRAESTRUTURA

Identidade, sustentabilidade e conforto

Gestão 2012/13 seguiu política institucional de construir sedes próprias e melhorar a infraestrutura das edificações

Com foco no fortalecimento da identidade que caracteriza o padrão construtivo das varas do trabalho, na economia de recursos e no maior conforto para magistrados, servidores, advogados e partes, o Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina segue, desde 2008, um padrão de edificação para as sedes próprias. O trabalho das administrações para viabilizar as obras é árduo e incessante. Isso porque, na maioria das vezes, um projeto que se inicia numa gestão só encerra na outra. Mas o esforço tem valido a pena. Das 30 sedes da Justiça do Trabalho no estado, 20 desfrutam de prédio próprio. Deste total, duas delas – Chapecó e Blumenau – estão em situação híbrida, ou seja, metade em prédio próprio e metade em imóvel alugado.

Para o biênio 2012/13, estavam na pauta da administração os projetos das obras dos fóruns de São José e Rio do Sul. Para se ter uma ideia da extensão do caminho a ser percorrido, foram mais de 12 meses de trabalho para conseguir a aprovação dos projetos pelo Conselho Nacional da Justiça do Trabalho (CSJT). “Houve a necessidade de se repensar o projeto algumas vezes por diversos motivos, desde as aprovações pelas prefeituras, corpos de bombeiros, CSJT, Administração, até a implementação do PJe”, explica a arquiteta Kristina Natália Cancelier, chefe do Núcleo de Projetos e Obras (NPO). A boa notícia é que os recursos já foram disponibilizados, a licitação concluída e o início das obras está previsto para o primeiro semestre de 2014.

Definir um projeto não é tarefa fácil. O Tribunal segue o sistema de priorização das obras instituído pela Resolução 114/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é ordenar aquelas que são necessárias à prestação jurisdicional. Para uma obra ter preferência, ela precisa se encaixar num elenco de critérios como solidez da estrutura, acabamento, instalações elétricas, além de movimentação processual e população atendida pela unidade jurisdicio-

nal, dentre outros. Mas a lista não para por aí. Disponibilidade de terreno para execução da obra e projetos aprovados pelos órgãos públicos competentes também precisam ser equacionados.

Em síntese, os passos para a construção de uma sede nova envolvem estudos que começam com o plano de obras, passam pela liberação de orçamento, aquisição de



São José: nova sede terá cinco mil metros quadrados

terreno, consulta de viabilidade, projeto e licitação. Depois de tudo isso é que se inicia a construção ou a reforma de uma unidade judiciária. O TRT-SC segue também a Resolução 70/2010, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que disciplina o processo de planejamento, execução e monitoramento de obras da Justiça do Trabalho.



Novo Fórum Trabalhista de Rio do Sul vai ter área reservada para estacionamento

Evolução de padrão

A concepção da padronização das varas do trabalho começou em 1999, com a construção da sede própria da VT de Imbituba. Arquitetos e engenheiros do Tribunal apresentaram aquele que seria o primeiro modelo de uma unidade judiciária trabalhista em solo barriga-verde. Mais tarde, em 2008, já com algumas adaptações, foram inauguradas as VTs de Xanxerê, Indaial, Fraiburgo, Videira, São Bento do Sul e de São Miguel do Oeste, esta em 2009.

O aperfeiçoamento dos projetos é constante. A criação de quatro novas varas – Lages, Chapecó (duas unidades) e Palhoça – representou um desafio para a equipe do Regional. “A implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) nos obrigou a revisar os conceitos até então aplicados às edificações nas questões de mobiliário e leiaute”, destaca o diretor do Serviço de Obras e Manutenção (Serom), Alexandre Koenig S. Thiago.

A padronização alcançada pelo TRT-SC não se limita ao dimensionamento dos espaços. Ela avança, em especial, quanto ao material usado nas edificações. Detalhes que vão desde o tipo de piso utilizado até as cores aplicadas na pintura das paredes, além de servirem como identificação institucional, traduzem funcionalidade e economia nos serviços de manutenção.

A sustentabilidade e a acessibilidade são grandes aliadas na busca pela padronização das instalações físicas. Concepções como ventilação cruzada nos ambientes, luminárias econômicas com acendimento setorizado e torneiras e válvulas de descarga dosadoras de água são critérios presentes em todos os projetos. Quanto à acessibilidade, além do cumprimento das normativas legais,



Padronização das instalações também pode ser constatada na identidade visual

os conceitos de desenho universal norteiam arquitetos e engenheiros do Tribunal. O desenho universal recria o conceito de homem padrão usado na arquitetura, definindo projetos de ambientes que possam ser usados por todos. Daí a construção de banheiros para cadeirantes, rampas, elevadores acessíveis, pisos táteis, dentre outros.

“Apesar da tendência natural do usuário em querer um atendimento exclusivo e específico para sua situação, a utilização de padrões que atendam a todos, indistintamente e de forma satisfatória, contribui significativamente para a operacionalização, racionalidade e economia no âmbito das atividades judiciárias”, garante Nezita Maria Hawerth Wiggers, que até setembro de 2013 foi titular da Direção-Geral do Tribunal.

Investimento na sustentabilidade

Os projetos são elaborados a partir de conceitos que refletem a responsabilidade ambiental do Tribunal. Economia de recursos naturais, maior eficiência energética e redução dos impactos socioambientais nas construções são alguns dos princípios adotados.

Na prática, esses parâmetros podem ser vistos no melhor aproveitamento da ventilação e luminosidade natural, sempre presentes nos projetos. Outro exemplo é a instalação de sistema de ar condicionado que consome 30% menos do que os splits convencionais, além de brises de proteção solar nas janelas e esquadrias com sistema de abertura diferenciado. A coleta de água de chuva para utilização em descargas de banheiros, limpeza e irrigação e sistema de torneiras e descargas dosadoras nos toaletes completam as medidas pela sustentabilidade.

“Acredito que a arquitetura judiciária deva visar, antes de qualquer coisa, a efetividade da justiça, acompanhando-a na sua proposta de transparência e acessibilidade para todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, já não é possível pensar a arquitetura focando-se apenas nas questões funcionais e formais. Novos e importantes critérios têm sido incorporados, entre eles, a sustentabilidade socioambiental”, argumenta o arquiteto Breno Cláudio Bauer.



Brises de proteção solar auxiliam na economia de energia



Novo Fórum da Capital foi planejado com acessibilidade para pessoas com problemas de mobilidade



Edifício de 14 andares abriga as sete VTs de Florianópolis, a Central de Atendimento e Execução de Mandados, as salas de reuniões, multiuso e da OAB, a Escola Judicial, além de postos bancários e cafeteria

Fórum Trabalhista da Capital: modernidade sem luxo

O novo Fórum Trabalhista da Capital, inaugurado em 30 de janeiro de 2013, foi o projeto que despendeu mais atenção das últimas administrações. Todos os olhares estavam voltados para o edifício Utrillo. Foram cerca de cinco anos de muitas etapas vencidas, até a conclusão da maior obra de reforma executada pela JT catarinense. Com localização privilegiada na Avenida Beira-Mar Norte, magistrados, servidores e usuários desfrutaram de um dos mais belos cenários de Florianópolis: a vista da Baía Norte.

O prédio de 14 andares possui 6,8 mil metros quadrados, o triplo da área construída em relação à sede anterior do foro trabalhista. Segundo Alexandre S. Thiago, o grande desafio foi a modernização de um prédio de 37 anos de existência. “A adaptação constituía tarefa árdua. Foram quase 7 mil metros quadrados de serviços voltados para recuperação e modernização da edificação, buscando trazer conforto, ergonomia e acessibilidade a seus usuários”, informa.

O reaproveitamento da edificação superou expectativas e recebeu elogios do ministro João Oreste Dalazen, presidente do TST na época, que prestigiou a inauguração. “É muito reconfortante para nós dotarmos as instalações dos órgãos da JT de forma adequada, porque nós exigimos o mesmo dos empregadores. Precisamos criar um ambiente de trabalho saudável para que servidores e juízes possam produzir mais e melhor, e é isso que se constata no belíssimo Fórum Trabalhista de Florianópolis”, discursou.



Ministro Dalazen e desembargadora Gisele inauguraram o novo Fórum de Florianópolis

A presidente do TRT-SC no biênio 2012/13, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, enfatizou a melhora na qualidade do ambiente de trabalho. “Essa obra representa uma melhora considerável na qualidade do nosso ambiente de trabalho, permitindo um aperfeiçoamento ainda maior da nossa prestação jurisdicional”, comemorou. Só para dar uma ideia do pessoal envolvido, uma obra desse porte reúne esforços da Direção-Geral, da Assessoria Jurídica, das Secretarias Administrativa e de Informática, além dos Serviços de Obras e Manutenção, de Administração e Suporte aos Recursos de Informática, de Material e Patrimônio e Gerais.

Mudança de leiaute na Segep

A Secretaria-Geral da Presidência (Segep) também passou por algumas mudanças. O leiaute foi adaptado, a partir da reorganização dos postos de trabalho, para que os servidores tivessem mais interação. Outra novidade foi a colocação de um pôster da ponte Hercílio Luz na antessala da Segep, uma homenagem da Administração ao esforço dos trabalhadores que ergueram a primeira ligação entre a ilha e a parte continental da cidade.



Infraestrutura adequada beneficia usuários

A garantia da infraestrutura adequada às atividades administrativas e judiciais integra o Planejamento Estratégico do Tribunal. O objetivo é a dotação de recursos – materiais e tecnológicos – que permitam o bom desempenho das unidades da Justiça do Trabalho catarinense.

A sede própria da VT de Mafra, inaugurada em 21 de março de 2012, foi a primeira a ser construída após a entrada em vigor das resoluções 114, do CNJ, e 70, do CSJT. Com quase



Depois de cinco anos de funcionamento, UJA de Palhoça vira Vara do Trabalho



Reivindicação antiga: sociedade lageana fez questão de comparecer à inauguração da 3ª VT



Com a inauguração de duas varas, Chapecó passa a contar com quatro unidades



Mafra foi a décima sede própria construída dentro das diretrizes adotadas pelo TRT-SC

100 metros quadrados a mais que a antiga, a nova vara foi projetada sob medida para atender às necessidades de todos que utilizam o espaço. Uma das novidades dessa obra é a adoção de novos padrões de revestimentos, como a utilização de um vidro especial, que diminui a incidência solar e age como isolante térmico, reduzindo o uso do ar-condicionado. “Assim, não vamos precisar manter o ar ligado o tempo todo, aproveitando melhor a ventilação natural”, observa a diretora de secretaria da unidade, Lucia Juraszek.

A Unidade Judiciária Avançada de Palhoça (UJA), que desde 2008 estava instalada provisoriamente em um imóvel de 263 metros quadrados, **ganhou sede nova** em fevereiro de 2013. Já instalada apropriadamente num espaço de 472 metros quadrados, a UJA deu lugar à Vara do Trabalho de Palhoça, inaugurada em agosto de 2013. O prédio, mais moderno, fica próximo a outros órgãos públicos, como a Prefeitura e as Justiças Estadual e Eleitoral.

As mudanças não pararam por aí. Depois de anos de espera, com a movimentação processual sempre em alta, o Fórum Trabalhista de Chapecó passou a contar com mais duas unidades judiciais – as 3ª e 4ª varas – que **foram inauguradas em 10 de maio de 2013**. O prédio onde elas estão instaladas é alugado. Isso porque o Tribunal espera a liberação no orçamento da União para iniciar a construção do novo fórum. O terreno de 2,3 mil metros quadrados, que vai abrigar as varas, já está destinado ao Tribunal, e o projeto de seis andares, com quase 6 mil metros quadrados de área construída, está pronto.

Outra novidade foi a inauguração em novembro de 2013 da **3ª Vara do Trabalho de Lages**. A comunidade foi agraciada com mais uma unidade graças à mobilização de juízes e servidores do foro, além da OAB local, trabalhadores, empregadores e entidades sindicais. Isso porque a lei que criou as quatro novas unidades judiciais instaladas em 2013 contemplava a cidade de São Bento do Sul. Mais tarde, atendendo aos critérios estabelecidos pelo CSJT e às reivindicações do povo lageano, por decisão do Tribunal Pleno a lei foi alterada. A nova VT foi instalada no mesmo prédio onde funcionam as outras duas. Para isso, o pavimento térreo passou

por uma ampla reforma.

Além de investir diretamente na atividade jurisdicional, o Tribunal dedicou esforços para aquisição do terreno de 3,5 mil metros quadrados onde desde 1994 funciona o almoxarifado. Com um custo de R\$ 3,5 milhões, a intenção da Administração é reformar o local para que seja transferido o Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos (Sedig), que hoje funciona em imóvel alugado. Quando a mudança estiver concluída, a economia anual com os dois aluguéis pode chegar a R\$ 400 mil.

A gestão 2012/13 encerra com o projeto de reforma do prédio que abrigava as varas da Capital. Esse imóvel será ocupado pelo Serviço de Assistência aos Servidores (Saser) e pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), que vai passar a contar, a partir de meados de 2014, com um moderno estúdio de gravação.

Novas varas foram criadas sem FCs

A criação das quatro varas do trabalho instaladas em 2013 nas cidades de Palhoça, Chapecó (2) e Lages foram criadas sem as devidas funções comissionadas. Isso porque no período de apreciação dos anteprojetos de lei para instituição das unidades, o TRT-SC possuía um número maior de cargos em comissão e funções comissionadas do que o estabelecido na Resolução CSJT 63/2010, que previa na época um percentual de 62,5% em relação ao total de cargos efetivos do órgão. Em virtude disso, a administração enfrentou um verdadeiro desafio para dotar as varas com as devidas funções. Atualmente essa percentagem subiu para 70%.

Segurança em ação

Ampliação do sistema de vigilância por câmeras para 12 jurisdições foi uma entre diversas iniciativas implementadas

No biênio 2012/13, a Administração do TRT-SC destinou em torno de R\$ 1,7 milhão para a política de segurança institucional, buscando atender ao máximo à resolução do Conselho Nacional de Justiça (104/2010) que dispõe sobre o assunto. Com essa verba, foi possível adquirir equipamentos mais modernos, aperfeiçoar o controle de acesso às unidades judiciárias e intensificar ações de treinamento aos agentes de segurança.

Os investimentos focaram principalmente as unidades fora da Capital. Tanto é assim que está em fase de compra sistemas de vigilância por câmeras digitais (CFTV) para 12 jurisdições: Blumenau, Itajaí, Criciúma, Tubarão, Balneário Camboriú, Chapecó, Lages, Mafra, Araranguá, Timbó, Navegantes e Palhoça.

Também em processo de compra estão cinco portas giratórias com detectores de metais, que serão destinadas às jurisdições de Lages, Joinville, Itajaí, Criciúma e Palhoça.

O Tribunal também contratou serviços de vigilância armada para os foros de Blumenau e Lages. Em Florianópolis, para o Serviço de Assistência ao Servidor, Setor de Almoxarifado – onde ficam armazenados suprimentos e material de escritório e de consumo – e também para a nova sede da área judiciária do TRT-SC, na avenida Rio Branco.

Uso de armas não letais

Outra importante medida tomada pela Presidência, em conjunto com a Comissão Permanente de Segurança, foi a edição da Portaria 281/2013, que regulamenta o uso de armas não letais (pistola e bastão de choque) pelos agentes de segurança. “O objetivo não é agredir ninguém, queremos apenas continuar a profissionalização de nossos agentes e permitir que trabalhem com mais segurança”, afirma o presidente da comissão, desembargador José Ernesto Manzi.

A própria comissão foi criada na gestão 2012/13 e seu objetivo primordial é planejar, no longo prazo, as ações de segurança institucional. Um passo importante já foi cumprido: a aprovação da Política de Segurança Institucional, cujos termos deverão ser detalhados em 2014.

A criação de um grupo de inteligência é outra iniciativa que a comissão pretende colocar em prática. De acordo com Manzi, esse grupo agiria principalmente na prevenção de riscos (durante uma greve, por exemplo), podendo também auxiliar a Administração na tomada de decisões.



Agente monitora imagens transmitidas por câmeras instaladas no prédio-sede do Tribunal e no antigo prédio do Foro da Capital

Atividades de segurança institucional

Ações implementadas

- Treinamento continuado em segurança pessoal para agentes de segurança (Capital)
- Norma para utilização de armas não letais
- Aprovação da Política de Segurança Institucional do TRT-SC
- Aprovação no Detran para uso de iluminação rotativa em veículos de escolta
- Licenciamento, junto a Anatel, para utilização de radiocomunicadores, estação-base e repetidora, para comunicação de segurança
- Monitoramento de imagens dos sistemas de CFTV implantados, centralizado na Capital.

Unidades administrativas e judiciais

Ações implementadas

- Ampliação do sistema de CFTV
- Vigilância Armada
- Vigilância Eletrônica
- Treinamento de combate a incêndio para todos os servidores
- Contratada empresa para revisão e manutenção do sistema de CFTV analógico



Capacitação continuada: agentes fizeram curso de defesa pessoal

Mudança provisória

Área judiciária de segunda instância irá para prédio alugado a fim de viabilizar construção de sede com mais acessibilidade e conforto ao cidadão

Considerada a maior obra construída pela Justiça do Trabalho de Santa Catarina, a sede do TRT-SC foi resultado de muito empenho e trabalho das administrações da época. Depois de cinco anos de construção, foi finalmente inaugurada em 11 de dezembro de 1989 e durante 24 anos serviu à JT catarinense. O Tribunal cresceu e o prédio-sede já não consegue abrigar, com o conforto adequado, as cerca de 420 pessoas – entre servidores e magistrados – que trabalham diariamente no local, número que se amplia com os terceirizados e estagiários.

Além da Presidência, Corregedoria e Vice-Presidência, o prédio – com 6,3 mil metros quadrados – hospeda os 18 gabinetes de desembargadores, as turmas de julgamento, a Secretaria Judiciária e alguns setores administrativos do Tribunal. Segundo o arquiteto Breno Claudio Bauer, do Núcleo de Projetos e Obras (NPO), o imóvel apresenta problemas e precisa de reformas. “Algumas instalações já estão defasadas com relação aos parâmetros de mercado, como é o caso dos elevadores, que suportam com dificuldades o grande fluxo de pessoas que transitam diariamente”, constata.

A presidente do TRT-SC no biênio 2012/13, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, atenta a essa situação, assinou o contrato de [locação de um prédio](#), localizado na Avenida Rio Branco, 919, a 450 metros de distância da atual sede. Com 8,6 mil metros quadrados, o Centro Executivo Rio Branco vai acolher várias áreas do Tribunal por aproximadamente cinco anos.

A intenção é aproveitar o espaço onde se encontra o prédio dos fundos da Rua Esteves Júnior para construção de um edifício novo, que observe os padrões exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). “Estão sendo feitos estudos de viabilidade para uma edificação no espaço hoje ocupado pela área administrativa, com projeto moderno que permita atender aos magistrados, servidores e jurisdicionados de forma digna e com o conforto necessário ao desempenho das atividades institucionais”, esclarece a presidente.



Proprietários do imóvel alugado fizeram adaptações necessárias para a mudança

Infraestrutura inadequada

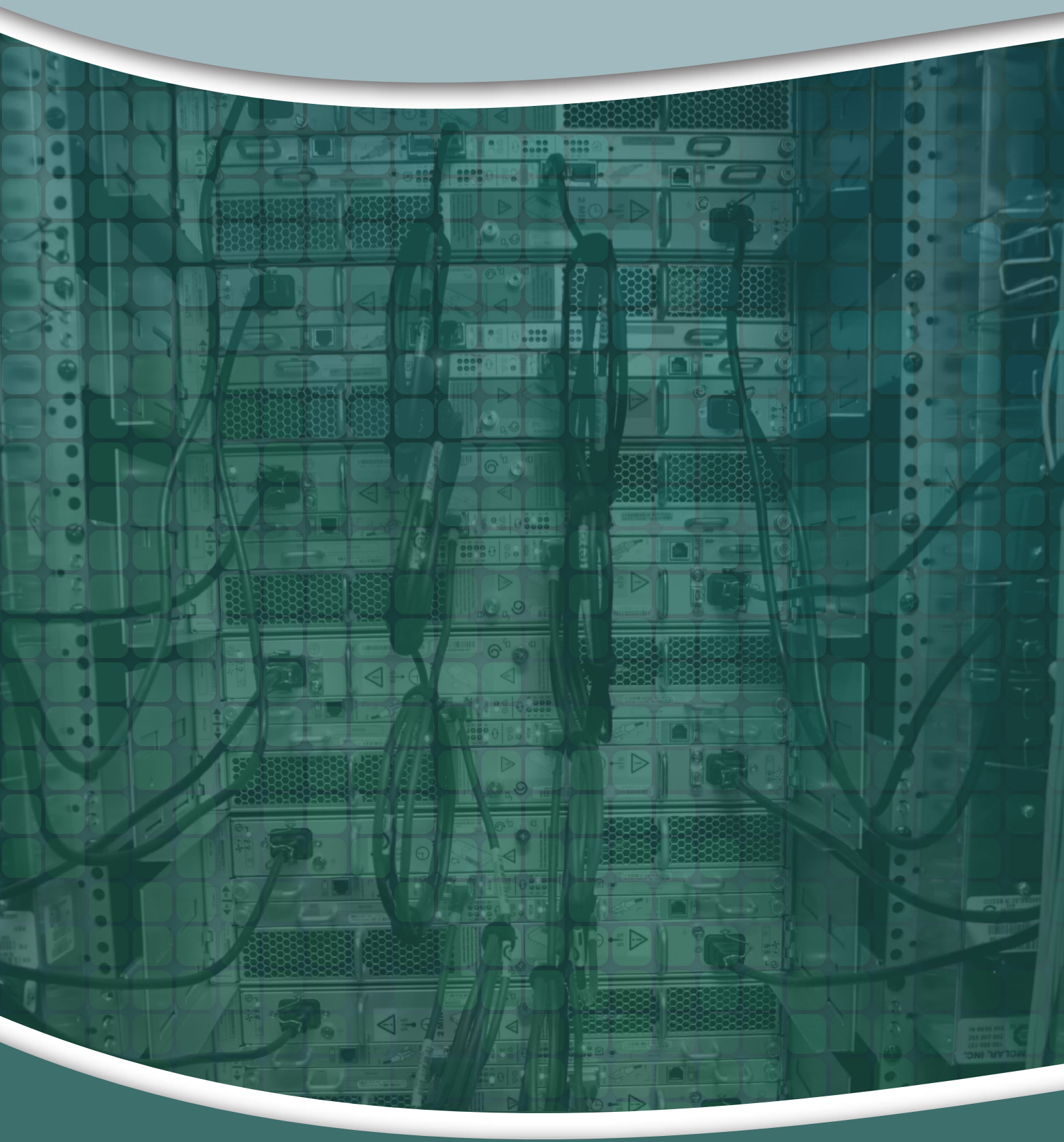
De acordo com o diretor do Serviço de Obras e Manutenção (Serom), Alexandre Koenig S. Thiago, os problemas da edificação são de ordem quantitativa e qualitativa. “Os espaços estão bem aquém das normativas estabelecidas pelo CNJ e pelo CSJT, que estabelecem referenciais mínimos de áreas”, explicou.

Como exemplo prático ele citou o recente estudo para lotação de mais um servidor em cada um dos gabinetes, conforme critérios estabelecidos pela Resolução 63 do CSJT. Para providenciar a acomodação, foi necessário comprometer não apenas a funcionalidade, diminuindo espaços de circulação e distância entre mesas, como também a própria ergonomia, com redução no tamanho dos móveis.

Outro problema relevante é que existe apenas um sanitário para cada gabinete e nenhum para pessoas com deficiência. Atualmente, cada gabinete ocupa 60 metros quadrados, que serão substituídos por áreas entre 92 e 115 m², proporcionando mais conforto aos usuários.



Novos espaços serão maiores e mais adequados ao desempenho das atividades institucionais



TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Virada de página

Expansão do PJe-JT, que já funciona em 24 varas, teve como diretrizes cautela e segurança ao jurisdicionado

Um divisor de águas dentro do Poder Judiciário. É assim que vem sendo considerado o Processo Judicial Eletrônico (PJe), projeto abraçado principalmente pela Justiça do Trabalho. No TRT de Santa Catarina, pioneiro na implantação tanto em primeiro quanto em segundo grau, os anos de 2012 e 2013 foram dedicados à expansão do sistema.

Atualmente, o **PJe-JT** já funciona em 24 das 59 varas da 12ª Região, abrangendo sete jurisdições: Navegantes (uma vara), **Joinville** (cinco), Florianópolis (sete), Chapecó (quatro), Palhoça (uma), São José (três) e Lages (três). Dessas, apenas em Navegantes o sistema não foi implantado pela gestão 2012/13. No segundo grau, a implantação para todas as ações originárias foi concluída em julho de 2013.

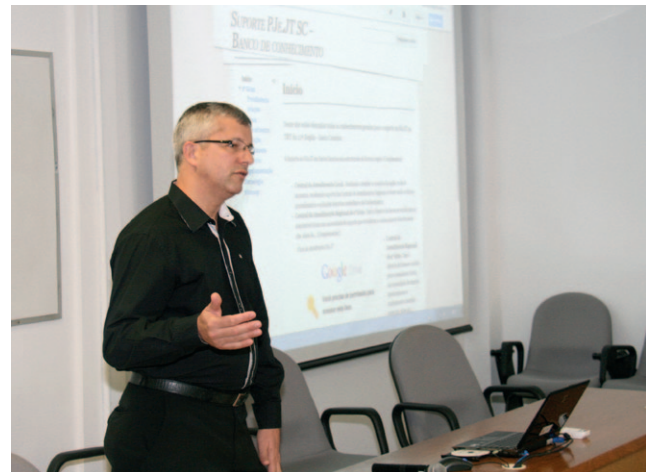
As dificuldades enfrentadas com o projeto-piloto em Navegantes levaram a presidente do TRT-SC, Gisele Pereira Alexandrino, a definir as principais diretrizes para a expansão: cautela nas instalações do novo sistema, capacitação, acompanhamento pós-implantação e segurança aos jurisdicionados. E foi dessa forma que se chegou ao cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT): 10% das unidades em 2012 e 40% em 2013.

Para garantir o sucesso da empreitada, a presidente do TRT-SC tomou duas medidas logo no início de sua gestão. A primeira foi trazer a coordenação do PJe-JT para o Gabinete da Presidência, deixando-o sob a responsabilidade do assessor Flávio Kretzer. Na sequência, vinculou os servidores da equipe de implantação, Luiz Alexandre Constante Bergmann e Eder Bráulio Leone, diretamente à Presidência. “Isso permitiu o compartilhamento de toda a bagagem de conhecimentos gerados na Vara de Navegantes de forma mais ex-

clusiva e contínua”, explica Kretzer.

Na retaguarda, as equipes de desenvolvimento, infraestrutura e atendimento da Secretaria de Informática (Seinfo) forneceram o suporte necessário, resolvendo questões emergenciais e buscando a solução de problemas junto à equipe técnica do CSJT.

O pioneirismo do TRT catarinense trouxe a reboque o compromisso de auxiliar na implantação do PJe-JT em outros tribunais. Os servidores Roberto Carlos de Almeida e Jefferson Corbari e os magistrados Luiz Carlos Roveda e Gilmar Cavalieri, além de ministrarem cursos na 12ª Região, auxiliaram na implantação em outros Regionais, em especial no Espírito Santo (17ª Região), “apadrinhado” de Santa Catarina.



Nomeação de Flávio Kretzer para a coordenação do PJe-JT permitiu à Presidência monitorar mais de perto a expansão



Desembargadora Gisele Alexandrino vinculou Bergmann, da equipe de implantação, diretamente à Presidência

PJe-JT extinguiu Distribuição e levou a mudanças no atendimento ao usuário

Uma das principais mudanças observadas no dia a dia das unidades judiciárias com a implantação do PJe-JT foi no atendimento ao público. O assunto chegou a ser objeto de estudo da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan), na intenção de descobrir qual seria o impacto do processo eletrônico nas distribuições dos foros, áreas responsáveis pela autuação do processos.

Autuar um processo físico envolve uma série de atividades mecânicas. Cadastro dos dados das partes e dos advogados, colocação de capa, numeração de folhas, aposição de carimbos, impressão de etiqueta com o nome das partes etc. No caso dos foros, ainda é realizada a distribuição, ou seja, o sorteio da vara que irá julgar o processo.

O PJe-JT revirou todos esses conceitos. Como o processo tramita sem papel, a autuação acaba sendo realizada pelo próprio advogado, no momento do protocolo on-line da ação. Logo após, o sistema informa também o número do processo, a vara para a qual foi distribuído e também a data e a hora da audiência inicial.

De acordo com a Seplan, os Serviços de Distribuição (Sedis) passaram a receber um outro tipo de demanda. “Houve um aumento da necessidade de atendimento ao público no que se refere às peculiaridades do PJe-JT”, explica Rosângela Gomes Yamada, diretora da área na gestão 2012/13.

Com a virtualização dos processos, os advogados se viram às voltas com uma série de novidades e termos típicos da era da informática. Entender de digitalização, bytes e dpi (resolução de um arquivo digitalizado) passou a fazer parte da rotina de trabalho. Foi nesse momento que os Sedis ganharam status de centrais de atendimento e passaram a atuar mais como suporte, auxiliando o usuário nas questões técnicas do processo eletrônico, como a digitalização de documentos.

Em relação ao PJe-JT, ainda estão na pauta da Secretaria de Planejamento três ações. A identificação, gestão e aperfeiçoamento dos processos de trabalho nas varas; a disseminação de boas práticas, tanto em primeira quanto em segunda instância; e a elaboração de análises estatísticas quanto à movimentação processual.

“Qualquer análise que envolva o impacto do PJe-JT nas rotinas de trabalho das varas é preliminar, principalmente porque o sistema ainda passa por atualizações das versões e não está totalmente estabilizado”, diz Rosângela.



Atendimento: novo sistema envolveu servidores na solução de dúvidas técnicas

Equipe de expansão: esforço incondicional mesmo longe de casa

A implantação do PJe-JT em Santa Catarina envolveu o trabalho de servidores de diversas áreas. Mas não há como negar que a dedicação incondicional de três servidores, em especial, foi decisiva para consolidar o sistema na 12ª Região.

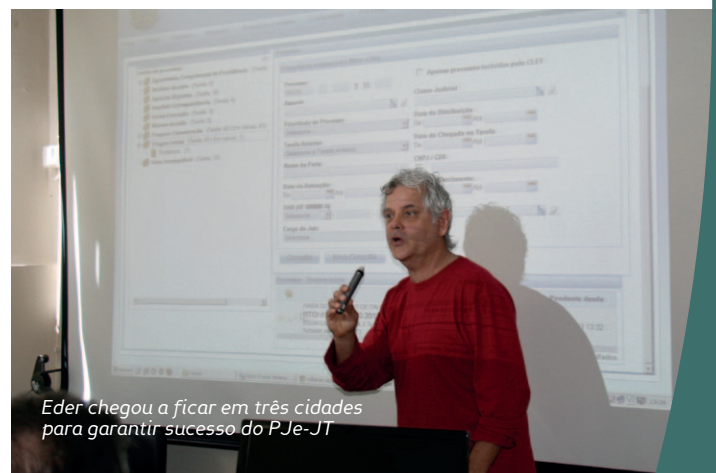
Sempre que o PJe-JT é instalado em alguma jurisdição, Luiz Alexandre Constante Bergmann, Eder Braúlio Leone e Jefferson Baumgarten Baptista deslocam-se para a localidade para dar suporte aos colegas que vão experimentar a novidade. Eles são o núcleo da chamada “Equipe de Expansão do PJe-JT” e chegam a permanecer nos municípios durante os dias úteis para garantir que a implantação seja bem sucedida.

Desde que o PJe foi inaugurado, em dezembro de 2011, Eder passou em torno de sete meses longe de casa. Somente em Navegantes, primeira vara do trabalho do país totalmente eletrônica, foram três. Depois, mais 45 dias em Joinville, igual período em Chapecô e outros 30 dias entre idas e vindas de Brasília para treinamento e participação nos grupos de trabalho.

A saudade era amenizada, segundo ele, porque aos finais de semana retornava a Florianópolis para ficar com a esposa. Sem filhos, ele diz que o sacrifício compensa. “Apesar de todas as dificuldades, continuo acreditando que o PJe é, sim, um instrumento fundamen-

tal para garantir mais agilidade aos processos judiciais”, afirma.

Além da equipe itinerante, outros servidores da área técnica desempenham importante papel para o sucesso do PJe-JT. Volmar Machado está à disposição do CSJT integrando a equipe nacional de desenvolvimento do sistema. Everton Garcia, Felipe Pompeu Pereira, Sandro Vieira de Paula e Alexandre Dias participaram de cursos de formação para sustentação ao sistema.



Eder chegou a ficar em três cidades para garantir sucesso do PJe-JT

PJe-JT trouxe mudança na estrutura física das unidades judiciárias

A implantação do PJe-JT trouxe reflexos diretos na estrutura física das unidades judiciárias. Um deles foi a criação das Centrais de Atendimento, que passaram a ser cruciais na resolução dos problemas dos principais usuários externos do sistema – os advogados.

De acordo com a Secretaria Administrativa (Secad), essa situação já tinha sido vivenciada com a implantação do Provi (processo eletrônico regional do TRT-SC). “O problema é que, desta vez, a maioria das instalações físicas estavam totalmente ocupadas, e as soluções exigiram bastante estudo e dedicação de nossos profissionais”, explica Sandro Beltrame, diretor da área no biênio 2012/13.

Outra mudança na infraestrutura é a remodelação do mobiliário padrão das unidades judiciárias. Com o PJe-JT, cada estação de trabalho passa obrigatoriamente a contar com dois monitores – um para visualizar o processo, outro para trabalhar nele. As salas de audiência também são modificadas em razão do aumento do número de monitores.

A implantação do processo eletrônico também tem reflexos no controle e fornecimento de materiais permanentes e de consumo. O Tribunal Superior do Trabalho estima que, após a instalação do PJe-JT nos 24 Regionais, haverá uma economia de mais de duas mil toneladas de papel por ano. Além do papel,

o engajamento abrange o fornecimento de materiais de expediente, como canetas, grampeadores, perfuradores, colchetes etc.

Por outro lado, explica Beltrame, o PJe-JT aumentou as necessidades de equipamentos ergonomicamente mais apropriados, como cadeiras, suportes, mouses, entre outros. “Isso exige intensa avaliação dos produtos ofertados no mercado pelas nossas equipes de material, patrimônio e também dos profissionais de saúde”.



Utilização de dois monitores é requisito básico para se trabalhar com processo eletrônico

Parcerias foram determinantes para consolidação do processo eletrônico

Um projeto com a dimensão do PJe-JT, que afeta não apenas o trabalho, mas a forma como todos estão acostumados a lidar com o processo, é impossível de se consolidar sem parceiros. Pensando nisso, o TRT-SC firmou uma importante parceria com a seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC) para capacitação e acompanhamento dos advogados, os usuários finais do PJe-JT.

A equipe de implantação capacitou um grupo de quatro multiplicadores contratados pela OAB, exclusivamente, para repassar o conhecimento aos advogados trabalhistas. A experiência iniciou em Joinville e foi aperfeiçoada em Florianópolis, em janeiro e fevereiro, quando mais de 1,1 mil profissionais do Direito foram capacitados num intervalo de 15 dias.

A própria Escola Superior de Advocacia (ESA) da

OAB-SC mergulhou fundo na proposta e ofereceu cursos em várias subseções, inclusive em jurisdições que ainda sequer constavam do cronograma de implantação, como Rio do Sul.

Para ajudar na construção desse novo conceito de processo, em que a participação do usuário deve ser sempre estimulada, foi constituído o Comitê Gestor Regional do PJe. Seu objetivo é o de apreciar as propostas de melhorias no sistema. Nele, além da OAB, tem assento o Ministério Público do Trabalho (MPT-SC).

O Tribunal também firmou convênios para garantir as prerrogativas de atuação das procuradorias, incluindo aí o MPT-SC, Procuradoria Federal, Procuradoria da Fazenda Nacional, Procuradoria da União e Procuradoria Geral do Estado. Foram definidos procedimentos para o recebimento e gerenciamento das comunicações processuais realizados pelo PJe-JT. O plano de capacitação para procuradores e servidores desses órgãos também ficou a cargo do TRT catarinense.



Treinamentos para advogados tiveram suporte da OAB-SC

Informação a jato

Nova rede de fibra ótica garante mais estabilidade e velocidade na comunicação de dados entre as unidades da Capital

O biênio 2012/13 foi marcado por um elenco de melhorias na infraestrutura e no suporte da tecnologia da informação. Para o diretor, no período, da Secretaria de Informática (Seinfo), George Alexandre Silva, a instalação da nova rede de dados na sede do Tribunal foi uma das mais importantes.

Pela rede há a interligação de todas as unidades judiciárias e administrativas de Florianópolis, com a comunicação digital entre elas. Além disso, a estrutura física da rede (fibra ótica) que interliga o prédio-sede, o administrativo e o Fórum foi duplicada. Isso é importante porque permite que os sistemas de informática fiquem disponíveis, na mesma velocidade de conexão, mesmo na ocorrência de um problema mais grave em algum equipamento. Se uma rede falha, utiliza-se a outra, a exemplo do que já acontece na comunicação entre as varas do interior e o Tribunal.

Outro ponto forte da nova rede é o contrato de manutenção. Caso haja falha de mais de um equipamento, a solução definitiva do problema deve acontecer em menos de 24 horas. Isso poderá evitar, por exemplo, algum tipo de pane que possa deixar a sede do TRT sem rede.

É pela rede que as unidades podem acessar todos os serviços disponíveis na intranet, correio eletrônico, internet, PJe-JT, malote digital, receber os dados do peticionamento, além de transmitir para a sede o andamento processual e as publicações dos sistemas SAP1, Provi e DOE, entre outros.

Outro dado relevante diz respeito ao parque de microinformática. Houve uma atualização parcial com instalação de 270 computadores novos, em substituição a equipamentos defasados. Em relação a impressoras e multifuncionais, foi possível a disponibilização de 285 novas máquinas.



Hardware da sala-cofre do TRT: nova rede conta com equipamentos de maior capacidade e confiabilidade

Processo eletrônico exigiu melhorias na infraestrutura de TI

Segundo George Alexandre, anteriormente o foco do Tribunal estava especialmente voltado para o desenvolvimento das soluções para a área judiciária. “Com o PJe-JT sendo desenvolvido e fornecido pelo CSJT, pudemos nos concentrar na melhoria da infraestrutura para suportar a implantação do sistema nacional. Quanto ao desenvolvimento interno de soluções, o cenário atual também permitiu avanços na área administrativa, com a informatização da Secretaria Administrativa, a implementação do SAF (Sistema de Assentamento Funcional), adequações normativas do Autoatendimento e Sistemas de RH, por exemplo”, explica George.

Todos os servidores de rede da sede foram migrados para hardware de maior capacidade, virtualizado e duplicado, permitindo, assim, maior continuidade de todos os serviços de informática residentes na sede, com especial atenção ao PJe-JT.

Houve, ainda, a substituição da rede de dados que conecta o prédio-sede às unidades localizadas no continente (Serviço de Digitalização, Setor de Almoxarifado e Setor de Cadastro de Bens e Móveis) e às varas de São José e Palhoça. Isso aumentou em 25 vezes a velocidade de conexão entre o Tribunal e essas unidades, criando praticamente uma rede metropolitana de fibra ótica.

Por meio de convênio firmado entre o TRT e a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), para utilização dos postes, também foram construídos dois circuitos independentes de fibra ótica entre a sede e o Fórum da Capital – um via Rua Esteves Júnior e outro pela Rua Arno Hoeschell. Com 12 canais cada, esses circuitos permitem uma conexão de 2 Gigabytes entre os prédios.

Unidades do interior recebem nova rede nacional

Outras ações ainda estão em curso, como a substituição dos servidores de rede do interior do estado. A primeira etapa está em andamento e contemplou cerca de 50% das unidades em 2013, com migração dos equipamentos para hardware de maior capacidade e confiabilidade. O projeto, que atende ao sistema SAP1 e ao servidor de arquivos, será implementado tanto nas varas onde só há processo físico, quanto naquelas onde já funciona o PJe-JT e que precisam tratar do estoque remanescente de autos em papel.

A implementação da nova rede nacional multiplica por quatro a velocidade de conexão das varas do interior com a sede, chegando a oito vezes em algumas delas. O aumento da velocidade melhora o desempenho dos serviços SAP1, intranet e internet de todas as unidades do interior.

Outras ações executadas no período:

- Instalação de novos IPs (Intrusion Prevention System): segurança da rede do Tribunal contra ataques externos (a partir da internet);
- Instalação de novo Firewall: segurança da rede do TRT contra ataques externos (a partir da internet);
- Substituição de equipamentos de rede da sede, para atender projetos wireless – rede sem fio – e segurança (câmeras)
- Instalação de novo anti-vírus: segurança das estações

Central de dados de recuperação e sistema autônomo

A ativação da central de dados de recuperação (datacenter de backup, no informatiquês) no Fórum de Florianópolis também está concluída. Ela serve para garantir a recuperação de alguns serviços hospedados na sala-cofre e que a Seinfo considera como críticos. Assim, fica garantida a continuidade do trabalho em caso de necessidade de interrupção desses serviços.

Também em fase de conclusão está a implantação de um sistema autônomo (autonomous system) que visa do-

tar o Tribunal de saídas duplicadas (redundantes, na linguagem técnica) para a internet, utilizando numeração IP – que identifica a máquina – própria. “Com o número do IP pertencendo ao TRT, fica mais fácil trocar a operadora de internet sem afetar os serviços de informática”, esclarece Paulo de Moraes Rodrigues, gerente do processo. “A mudança também vai possibilitar maior disponibilidade e velocidade do serviço de internet para os usuários internos e, também, dos serviços da página do Tribunal para os usuários externos”, conclui.



Central de dados do Fórum da Capital: conexão física com prédio-sede foi duplicada para que trabalho não seja interrompido em caso de falhas

Burocracia na gaveta

Novo sistema de assentamento funcional (SAF) promove mudança de cultura na gestão de documentos

Uma nova maneira de gerenciar e arquivar as informações funcionais de servidores e magistrados começou a ser implantada no TRT catarinense em junho de 2013. Desenvolvido pela Secretaria de Informática (Seinfo) do Tribunal, o novo Sistema de Assentamento Funcional (SAF) foi concebido para concentrar todas as informações funcionais de magistrados e servidores em um único repositório.

O avanço foi motivado pelos problemas de comunicação entre o Proad – meio de tramitação dos processos administrativos – e o Prodlmage – sistema utilizado para a digitalização das pastas físicas dos servidores e magistrados. Dentre as complicações, estavam a perda da assinatura digital de diversos documentos e a réplica ou falta de arquivos em determinadas pastas.

A solução desses problemas foi considerada prioritária pela Administração. Assim, foram criadas duas frentes de trabalho: uma no Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos (Sedig), para a auditoria das pastas físicas e digitais, e outra na Seinfo, para a criação de um sistema eletrônico que pudesse automatizar o encaminhamento dos documentos funcionais do Proad para as pastas.

O novo sistema trouxe diversos benefícios, como a racionalização de processos de trabalho – com eliminação de tramitações desnecessárias no Proad. Outro desdobramento foi a diminuição no tempo total para arquivamento de processos no Proad e a inclusão imediata de documentos no assentamento funcional. O novo SAF também será integrado, além do próprio Proad, ao Autoatendimento e ao Sistema de Recursos Humanos e de folha de pagamento.

“Estávamos trabalhando no passado, mas o futuro está garantido com o novo sistema”, afirma a presidente do TRT-SC no biênio 2012/13, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino. “Acredito que o novo SAF tenha sido um dos encaminhamentos mais importantes desta Administração, especialmente para o público interno, para quem integra a instituição”, avalia a desembargadora.

Praticidade e segurança

Antes, funcionava assim: o Proad, depois de protocolado, era encaminhado ao setor encarregado do assunto. Após os trâmites, a área encaminhava o processo para a Sedig, que, em seguida, convertia os documentos que deveriam ser anexados ao assentamento funcional para o formato TIFF e os inseria no Prodlmage. Em seguida, o Sedig devolvia o Proad ao setor responsável, que então o arquivava. Diariamente, o Sedig recebia aproximadamente 60 processos e destinava dois servidores para realizar tal procedimento.

Com o SAF, a própria área responsável seleciona os documentos que devem ser anexados à pasta funcional, realiza o procedimento e arquiva o Proad, sem necessidade de encaminhamento ao Sedig. “O novo SAF liberou o setor dessa função e permitiu que nos dedicássemos à atualização e auditoria das quase três mil pastas funcionais físicas e digitais”, explica a servidora Antônia Maria Boff, diretora do Sedig no período. Luiz Henrique Soares, coordenador do projeto, complementa: “Para se ter uma noção da grandeza da mis-

são que nos foi dada, somente na fase de saneamento das pastas, preparatória à própria auditoria, já foram digitalizados 186 mil e corrigidos 111,6 mil documentos. Com isso, conseguimos auditar, até outubro de 2013, todas as pastas dos desembargadores, juízes titulares e substitutos ativos. O próximo passo são as pastas dos servidores ativos. A tarefa é árdua mas chegaremos lá”, completa o servidor.

| SAF - Principais Mudanças | |
|---|---|
| Como era | Como vai ficar |
| 3 tramitações do processo | 1 tramitação |
| 2 áreas envolvidas | 1 área envolvida |
| 13 processos de trabalho | 8 processos de trabalho |
| Aproximadamente 39 minutos para arquivar um Proad | Aproximadamente 24 minutos para arquivar um Proad |
| Documentos em imagens | Documentos em PDF-A |
| Não mantém assinaturas | Mantém assinaturas |
| Não atende às regulamentações | Atende às regulamentações |

Gestão documental

Outra questão relevante foi a possibilidade da manutenção da assinatura digital. No sistema antigo, ao converter o documento em PDF/A com as assinaturas digitais para TIFF, formato de imagem aceito pelo Prodlmage, todas eram perdidas. Com o SAF, os documentos passaram a ser arquivados em PDF/A, formato que mantém as assinaturas digitais e garante a autenticidade e integridade do documento.

O SAF é um dos reflexos da atualização, pela Resolução Administrativa 8, de 11 de junho de 2012, das normas relativas à política de gestão documental do TRT catarinense. A modernização, nesse aspecto, atende às diretrizes traçadas pela Resolução 26/2008, do Conselho Nacional de Arquivos, e pelo Manual de Gestão Documental do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Ato 262/2011).



ESCOLA JUDICIAL

Sintonizada com a realidade

Com plano pedagógico, planejamento estratégico e gestão participativa, Escola Judicial aperfeiçoa formação de magistrados

Comprometimento, credibilidade, espírito crítico, ética, excelência nas ações e serviços, incentivo à produção científica, inovação, interdisciplinariedade, pertencimento e respeito à liberdade de expressão. Este é o vasto elenco de valores demarcados como pilares para a **Escola Judicial** do TRT catarinense, que funcionam como bússola para as ações de natureza formativa ou de gestão.

E a missão da Instituição? Ela também é resultante da ainda incipiente inflexão sobre o significado semântico da palavra solucionado, quando se remete aos milhões de processos trabalhistas que ainda não renderam, em todo o país, o recebimento dos créditos reconhecidos em decisão judicial. “Compartilhar saberes que ampliem competências e habilidades

para tornar mais efetiva a atividade judicante” é, portanto, a missão definida para a Escola Judicial.

Realizado em 2012, com a contribuição de representantes de magistrados e servidores de áreas administrativas do Tribunal, o planejamento estratégico demarcou valores, objetivos e ações estratégicas. Ao longo de 2012 e 2013, a implantação da gestão estratégica na Escola Judicial tem propiciado a definição e a condução das atividades de modo a estabelecer uma maior sinergia entre as ações executadas no dia a dia e as iniciativas estratégicas.

Humanização e transparência

Outra ação da Escola Judicial que merece destaque foi a definição e a implementação de seu Plano Pedagógico. Esse importante documento passou a orientar o planejamento e a execução das diversas atividades formativas dos magistrados. Isso tudo para enfrentar os desafios das formações inicial e continuada, para que

aconteçam em sintonia com o dinamismo da própria realidade, em permanente mutação.

A Escola, aliás, tem estimulado a participação dos magistrados na indicação dos temas, no planejamento e na condução dos debates das atividades formativas. A ideia tem sido eleger assuntos sintonizados com o cotidiano das práticas judicantes e as necessidades institucionais.

Os módulos fixos deram lugar a planos flexíveis de estudos, em que as abordagens das temáticas são construídas a partir de olhares múltiplos, para permitir o exercício do diálogo entre os saberes que constituem a compreensão do mundo. Nesse sentido, os debates sobre questões polêmicas são pro-



O 5º módulo de 2012 abordou o tema Gestão Estratégica

movidos com a garantia da liberdade de expressão e com a finalidade de embasar a construção de diretrizes para ações da Escola e da atividade judicante.

Múltiplos formatos, com diferentes metodologias, têm sido adotados na promoção dos eventos de formação. Além de cursos e seminários, a Escola tem procurado utilizar reuniões técnicas, diálogos entre práticas jurídicas e práticas sociais, além de oficinas ou laboratórios, formação interinstitucional e produção científica.

Outra mudança importante que marcou o período foi o aprofundamento, em ambiente virtual e interativo, dos estudos e debates realizados ao longo do ano nos encontros presenciais.

Nessa plataforma, além de acesso a uma diversidade de materiais como documentos, artigos, vídeos, links para sites, entre outros, os magistrados têm construído, de forma colaborativa, novos conhecimentos e práticas para enfrentar desafios e questões da rotina da atividade judicante.

A Revista do TRT também passou a ser tida como um importante meio de fomento e elaboração de saberes multidisciplinares e de compartilhamento da produção científica dos magistrados. O lançamento da sua 26ª edição ocorreu em 4 de dezembro de 2013 e inaugurou um novo projeto editorial.

O desembargador Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira, diretor da entidade, define o principal objetivo da Escola: “É criar espaços e situações de aprendizagem que permitam, inclusive, interação entre magistrados, com ênfase na problematização e no diálogo, como instrumentos de apropriação do conhecimento, oportunizando o despertar das sensibilidades garantidoras de saberes mais eficazes. Todas essas diretrizes visam à humanização e à transparência na atividade judicante”, resume.



Nova sede

A Escola Judicial se mudou, em setembro de 2013, para o prédio do Fórum Trabalhista de Florianópolis (SC), no 11º andar. O novo espaço, oficialmente inaugurado em dezembro, possui área total de aproximadamente 250 metros quadrados, com salas apropriadas para direção, secretaria, sala de reuniões, biblioteca/videoteca, sala de aula multiuso, ministúdio EaD e espaço para coffee break.

Atividades lúdicas com música, lógica e literatura incrementaram encontros de magistrados

Um momento aberto à reflexão e ao debate com a apresentação de músicas brasileiras. Assim começou o primeiro encontro de 2013 da Escola Judicial, com o tema Música e Justiça, e Qualidade de Vida, realizado em Florianópolis.

Por meio de letras de canções previamente sugeridas por juízes, o grupo discutiu questões como a atividade judicante nos dias atuais e temas afetos à Justiça do Trabalho. As músicas foram interpretadas ao vivo por uma banda formada pelo juiz

Roberto Basilone Leite e pelos servidores Luciano Kern Nogueira e Cesar Augusto Weber Pereira, todos do Fórum da Capital. A desembargadora Ligia Maria Teixeira Gouvêa também colaborou e deu o toque feminino ao grupo.

O debate foi enriquecido com a participação do juiz Jorge Luiz Souto Maior, do TRT de Campinas, autor de diversos livros. “Achei o formato do encontro extremamente interessante, pois criou-se um momento, ao mesmo tempo, de autorreflexão e reflexão da profissão”, comentou Souto Maior. “A participação dos magistrados foi muito importante. A partir dessas manifestações é possível chegar a uma autocrítica, o que permite crescer na vida pessoal e na profissional”, completou.



A Escola Judicial desenvolveu diversas atividades em 2012 e 2013, estimulando a participação dos magistrados e buscando interpretar, debater e apontar diretrizes sobre o que se revelasse polêmico.

Um dos módulos mais procurados pelos magistrados foi o de Direito e Literatura. Na atividade foi feita uma análise sociológica, filosófica e jurídica de duas obras literárias: “A Morte de Ivan Ilich”, de Leon Tolstói, e “O Mercador de Veneza”, de William Shakespeare.

Na obra de Tolstói, o personagem central do conto é um juiz frustrado que faz um balanço de sua existência ao se deparar com a iminência da morte. Os painelistas Luiz Fernando Barzotto, professor de Filosofia do Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o doutor em Teoria e Filosofia do Direito, André Karam Trindade, analisaram aspectos da obra e discorreram sobre a prática do ensino do Direito pela literatura.

Houve concorrido debate entre os magistrados e as intervenções enveredaram pelas inquietações existenciais dos juízes e pela leitura da obra

sob a ótica do Direito.

Para discutir Shakespeare, Barzotto foi substituído na mesa pelo professor Luis Carlos Cancellier de Olivo, da UFSC, que, a partir dos exemplos e personagens da peça teatral, discorreu sobre economia, religião e Direito. André Karam mostrou a amplitude das possibilidades de interpretações da peça através dos anos, nos quatro cantos do mundo, até a identificação nela dos princípios do Direito Civil atual.

Vários outros temas foram abordados nos módulos como Segurança do Magistrado e Coleta de Prova Oral e Análise de Audiências, Meio Ambiente do Trabalho – com as temáticas Assédio Moral e Insalubridade e Periculosidade –, mudanças trazidas pelo PJe-JT e Gestão Estratégica.

Também aconteceram fóruns virtuais sobre Música e Justiça, e Qualidade de Vida; Seminário Trabalho Seguro e Argumentação; e Lógica na Fundamentação das Decisões Judiciais.

Doutor em Direito e Educação, André Peixoto de Souza palestrou durante o tercei-



Desembargador Garibaldi Ferreira, vice-presidente do TRT-SC, coordenou a Escola Judicial no biênio 2012/13

ro módulo de 2013 – Argumentação e Lógica na Fundamentação das Decisões Judiciais – sobre a teoria dos jogos e fundamentação.

André abordou a questão do paradoxo, uma declaração aparentemente verdadeira que leva a uma contradição lógica, ou a uma situação que contradiz a intuição comum. “Muitas vezes um juiz se depara com um paradoxo, aparentemente sem solução. Se não for possível a via da conciliação, o caminho a ser seguido é a análise do conjunto de argumentos e provas, para se chegar o mais próximo do resultado judicial da verdade”, disse o especialista.



Módulo Justiça e Qualidade de Vida reuniu magistrados e servidores em apresentação musical

Atividades formativas da Escola Judicial

| 2012: 88 horas-aula | Data | Objetivo |
|--|--------------|--|
| 1º Módulo – Direito e Literatura | 15 e 16/03 | Análise sociológica, filosófica e jurídica das obras literárias “A morte de Ivan Ilich” (Leon Tolstói) e “O Mercador de Veneza” (William Shakespeare). |
| 2º Módulo – Segurança do Magistrado e Coleta de Prova Oral e Análise de Audiências | 19 e 20/04 | Plano de segurança e técnicas eficientes para ajudar na elucidação dos fatos nas audiências. |
| 3º Módulo – Meio Ambiente do Trabalho | 21 e 22/06 | Estudo e debate sobre assédio moral, insalubridade e periculosidade. |
| 4º Módulo – Processo Judicial Eletrônico | 16 e 17/08 | Estudo e debate sobre aspectos gerais do funcionamento do PJe-JT; gestão da mudança e apresentação de modelos possíveis de gestão de secretaria de vara com processos virtuais. |
| Curso Virtual: Elementos do Processo Judicial Eletrônico | 24/9 a 4/11 | Proporcionar aos participantes compreensão e reflexão sobre o atual momento do serviço judiciário, quando se vive a transição para o suporte digital, que deixa de ter o papel como regra. |
| 5º Módulo – Gestão Estratégica | 18 e 19/10 | Estudo e debate sobre: planejamento estratégico da Escola Judicial e do TRT; Gestão Estratégica e Gestão por Competências. Realização de oficina para execução da estratégia. |
| 2013: 146 horas-aula | Data | Objetivo |
| 1º Módulo – Música e Justiça. Qualidade de Vida | 14 e 15/03 | Destacar que a prática da humanização e da transparência na atividade judicante envolve o exercício permanente da sensibilidade, da participação, do pertencimento e da solidariedade. Promover a aproximação entre os magistrados de primeiro e segundo graus. |
| 2º Módulo – Seminário Trabalho Seguro | 25 e 26/04 | Estudar questões relativas ao trabalho seguro, com destaque para as temáticas: Epidemiologia e saúde do trabalhador, acidentes de trabalho e doenças profissionais (evento presencial e fórum virtual). |
| 3º Módulo – Argumentação e lógica na fundamentação das decisões judiciais | 16 e 17/05 | Apresentar ao magistrado modelos de argumentação que podem auxiliá-lo na tarefa de demonstrar a consequência jurídica aplicável ao caso concreto que lhe é apresentado (evento presencial e fórum virtual). |
| Curso sobre Regime de Previdência da Magistratura – EaD | 24/6 a 28/07 | Habilitar os magistrados a reconhecer e aplicar as normas constitucionais e legais vigentes sobre o Regime Próprio de Previdência de que trata o art. 40 da Constituição. |
| 4º Módulo – Execução Trabalhista | 15 e 16/08 | Compartilhar boas práticas da execução trabalhista, com o objetivo de torná-la mais efetiva (evento presencial e fórum virtual). |
| 5º Módulo – Gestão Estratégica | 18 e 19/10 | Estudo e debate sobre planejamento estratégico da Escola Judicial e do TRT; Gestão Estratégica e Gestão por Competências. Realização de oficina para execução da estratégia. |
| 1º Encontro Institucional da Magistratura do TRT da 12ª Região | 14 a 18/10 | Promover debates relacionados às práticas diárias dos magistrados, e a integração e a aproximação dos dois graus de jurisdição. Propiciar estudos sobre os temas: Gestão Estratégica e Gestão de Pessoas, Teoria Geral do Juízo Conciliatório; Trabalho Seguro /Perícia. |

Concurso de fotos abordou trabalho em SC

Um pescador jogando sua tarrafa na baía norte de Florianópolis, sob um intenso pôr do sol que perpassa a estrutura da ponte Hercílio Luz. A imagem ao lado foi a vencedora do primeiro concurso de fotos promovido pela Escola Judicial, aberto a magistrados, servidores e estagiários da 12ª Região. A autora da foto foi a servidora Adriana de Miranda Stodieck, da área administrativa.

Ao todo, 28 fotos concorreram. Além de estimular o desabrochar de talentos, a iniciativa teve como objetivo, literalmente, colocar uma lente sobre o trabalho. Tanto que o tema escolhido foi o “Mundo do trabalho em Santa Catarina”.

A premiação aconteceu em 29 de outubro, em evento organizado pelo Centro Artístico Cultural (Cenacult) para homenagear o Dia do Servidor Público. Os valores da premiação também saíram dos cofres do Cenacult: R\$ 800,00 para a foto vencedora, R\$ 600,00 para a segunda colocada e um livro do fotógrafo Sebastião Salgado para a terceira melhor imagem.



Foto: Adriana de Miranda Stodieck



COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Comunicar é preciso

Fenômeno da convergência dita necessidade de comunicação multimídia

Nos últimos anos o mundo assistiu a uma revolução nos meios de comunicação, que remete à ideia de aldeia global, que Mc Luhan já anunciava em 1962, no livro *A Galáxia de Gutenberg*. A reviravolta patrocinada com a criação de novas mídias na rede mundial de computadores, as redes sociais e o fenômeno da convergência digital transformaram o celular, a internet, o rádio e a televisão, praticamente numa coisa só. E a velocidade com que a informação passou a circular tornou a notícia quase instantânea em qualquer parte do mundo.

Ao mesmo tempo, a cobrança pela sociedade de transparência de entes estatais, como o Judiciário, aliada à evolução tecnológica, trouxeram para as assessorias de comunicação a demanda inadiável da profissionalização. Isso se deu na esteira da necessidade de se comunicar com a sociedade, até para

interpretar o que se passa além das portas dos tribunais e conhecer a opinião das pessoas sobre a sua própria atuação. E também para explicar com a exatidão possível, o que faz o Judiciário, como faz e por que faz.

Para dar conta dessa agenda complexa a Assessoria de Comunicação Social (Ascom) do TRT-SC, em sintonia com os avanços tecnológicos, políticos e sociais, ampliou o seu leque de atuação, a ponto de se transformar numa agência de notícias para os públicos interno e externo. A Ascom conta hoje com uma equipe de profissionais de jornalismo, publicidade, design, rádio e televisão, preparada para a produção, clipagem e veiculação de conteúdos de interesse social e institucional.



Então presidente do TST, ministro Dalazen foi fonte requisitada com frequência pela imprensa durante sua gestão à frente do Órgão

Telejornalismo na pauta

As produções em vídeo do TRT não se restringem ao programa semanal de entrevistas, o *Justiça do Trabalho na TV*. A Ascom é responsável pela produção de reportagens que resultam da cobertura jornalística de todos os eventos importantes promovidos pelo Tribunal, como inaugurações, posses de desembargadores, simpósios e solenidades. Também atua na

gravação e edição de mensagens institucionais, quando há necessidade de uma comunicação direta entre a direção do TRT e os servidores e magistrados. A evolução da comunicação via internet vem permitindo a circulação de informação audiovisual pela rede, ampliando as possibilidades de utilização de produções de televisão, fora dos meios tradicionais.



Equipamentos de última geração garantem qualidade em alta definição

Justiça do Trabalho na TV

Se a internet e as novas mídias passaram a se constituir num espaço novo a ser explorado pela comunicação, a televisão ainda se sustenta como o grande veículo de comunicação de massa. Atento a essa constatação, o TRT catarinense mantém o programa semanal de entrevistas *Justiça do Trabalho na TV*, veiculado em rede nacional pela TV Justiça e por mais 11 emissoras regionais que cobrem quase todo o estado barriga-verde.

O programa, inicialmente exibido via TV por assinatura, hoje já chega pelo sinal aberto digital da TV Justiça às casas de Brasília e de São Paulo (Capital). Em Florianópolis, a população está contemplada pelo sinal aberto da TV UFSC.

Para isso, em 2012 e 2013 foram feitos investimentos em equipamentos HD de última geração, em substituição aos antigos que já contavam mais de dez anos de uso, desgastados pelo tempo e tecnologicamente defasados. Já foi aprovado o projeto e o local para o novo estúdio, mais amplo e com cenário repaginado, que permitirá dinâmica nova aos programas, com debates envolvendo vários interlocutores.

Os novos equipamentos e instalações também vão permitir a ampliação das produções e uma ocupação cada vez maior do espaço público de televisão.

Vídeos recordistas de acessos no **Youtube** (dez. 13)



Mário Sergio Cortella: 145 mil



Flávio Gikovate: 25,7 mil



Justiça em Movimento – Minas de Carvão: 20,5 mil



Personalidades de projeção nacional e internacional, como o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, são presença constante nos programas produzidos pelo TRT

Interação profissional com os meios de comunicação

Um dos maiores “ruídos” na comunicação do Judiciário com a sociedade sempre foi a dificuldade dos veículos de comunicação e de seus jornalistas interpretarem a linguagem jurídica e produzirem notícias tecnicamente corretas. A Ascom funciona, então, como fonte para os veículos das mídias regional, estadual e nacional. Essa condição foi consolidada pela intensa colaboração com os profissionais de imprensa, a cada vez que a Justiça do Trabalho se vê no centro dos noticiários, em razão da abrangência social de suas decisões.

Tal situação se repete sempre que ocorrem conflitos trabalhistas em setores essenciais, com desdobramentos para a coletividade. Um exemplo é a mediação ou o julgamento nos recorrentes episódios de greves no transporte coletivo de passageiros. Pela falta de profissionais setoristas de Judiciário na mídia comercial, nem sempre os que são destacados dominam a linguagem e os jargões típicos do direito material e processual do trabalho. A presteza e a objetividade no fornecimento de informações, em atenção aos princípios da publicidade e da transparência, facilitam o trabalho dos repórteres da mídia privada destacados para cobrir as audiências e as sessões de julgamento.

Do rádio às mídias sociais: ocupação de todos os espaços

Para os que não dispõem de poderosos meios de comunicação de massa, como é o caso do setor público, a divulgação de informações sobre a sua atuação não pode descartar a criatividade.

Nessa linha, o programa de entrevistas funciona como um produto “dois em um”, porque além da produção para a televisão, a gravação de uma abertura para rádio permite que o áudio fique disponível no site do Tribunal, a todas as emissoras que queiram reproduzir o programa. Atualmente são oito rádios, em várias regiões do estado, que fazem a veiculação semanalmente.

A divulgação das notícias do TRT-SC pelo [Twitter](#) também despontou como uma alternativa importante. Uma espiada no número de seguidores, feita em 09 de outubro de 2013, mostrava que o tribunal catarinense ostentava a segunda colocação entre os regionais trabalhistas mais seguidos, com 6.985 seguidores, atrás apenas do TRT2.

Ainda no campo das redes sociais, em 2013 a Justiça do Trabalho catarinense passou a interagir com a sociedade através do [Facebook](#), devido à grande audiência desse meio, que o qualifica como elemento difusor de informações em texto, fotos e vídeos.

Para melhorar a comunicação interna e externa, o TRT implantou em 2012, um sistema de divulgação de notícias através de monitores instalados nos elevadores do



Mural eletrônico divulga notícias de interesse tanto do público interno como do externo

edifício-sede e em algumas salas de espera.

O mural eletrônico, como ficou conhecido, passou a divulgar notícias produzidas pela Ascom e outras de interesse geral, dentro de um leque de editorias atrativas para os públicos que circulam no Tribunal.



Telefone, computador, rádio e televisão num único aparelho, que carregamos no bolso

Ajudando na construção do Direito do Trabalho

No plano externo, a comunicação da Justiça vai além de informar a sociedade sobre suas políticas administrativas. As decisões dos juízes e desembargadores da Justiça do Trabalho contribuem para a elaboração do Direito do Trabalho, pelo confronto entre a legislação e a imprevisível complexidade das situações concretas. Nesse sentido, a Ascom se organiza para

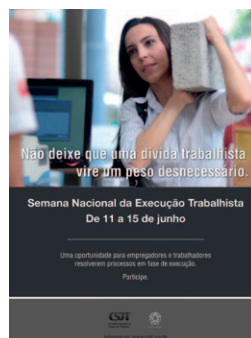
divulgar, em forma de notícia, os conteúdos de decisões inovadoras, de posicionamentos inéditos sobre leis recentes, de novas decisões sobre leis antigas e de soluções para conflitos decorrentes de processos de produção emergentes, cujos efeitos ainda não foram regulamentados pela legislação trabalhista.

Jornalistas especializados trabalham

constantemente na elaboração das notícias publicadas na página do TRT, que é referência para sítios jurídicos de veiculação nacional. É corriqueiro que, poucas horas depois de publicadas, as matérias já estejam replicadas em portais de todo o país.

Judiciário também faz campanhas publicitárias

Quem pensa que publicidade e propaganda não têm a ver com a Justiça é porque ainda não teve contato com as campanhas nacionais regulares promovidas por órgãos como o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o próprio TST. O TRT catarinense, a exemplo dos demais regionais, utiliza estratégias de publicidade e propaganda para atuar, por exemplo, nas semanas de conciliação e **execução**, no programa **Trabalho Seguro**, no Processo Judicial Eletrônico, e até mesmo para divulgar internamente inovações administrativas. Em 2013 também foram contemplados os 70 anos da CLT, por iniciativa do TST e do CSJT, e o censo de servidores e magistrados, definido pelo CNJ. A Ascom está aparelhada



com recursos humanos e materiais para a produção de spots para rádio e TV, material gráfico de propaganda e planejamento de campanhas. Para isso, conta em seu quadro com profissionais de Publicidade e Propaganda, Design Gráfico e Fotografia.

Jornalismo como instrumento de gestão estratégica

No plano interno, a adoção do planejamento estratégico como ferramenta de gestão trouxe a necessidade de agilizar a interação de informações entre as áreas para garantir a cada uma delas a visão global dos projetos em desenvolvimento. Tais informações são divulgadas semanalmente, traduzindo para a linguagem jornalística, de fácil compreensão, as formulações técnicas especializadas. A comunicação interna permite que cada área tenha a visão da totalidade das ações administrativas em curso e que o Tribunal conte com um registro histórico de cada passo dado para aperfeiçoar a Justiça.

Você está lendo um produto da Ascom

O conteúdo da revista que você tem em mãos, por exemplo, foi totalmente planejado e produzido pela equipe de comunicação do TRT. O trabalho de reportagem, pesquisa, redação, planejamento gráfico, fotografia, diagramação e arte final foi realizado exclusivamente por servidores especializados da assessoria, a partir de informações fornecidas pelas áreas em destaque. Apenas a impressão foi feita por gráfica comercial.



Da criação à arte final, produção é feita pela equipe própria de profissionais da Ascom



ET CETERA

Responsabilidade ambiental

Nos últimos dois anos, TRT-SC enviou mais de duas mil lâmpadas fluorescentes para o destino correto

A Comissão Permanente de Gestão Ambiental (CPG Ambiental) do TRT-SC foi criada em 2005, tendo como primeiro projeto a implantação da coleta seletiva de lixo. Depois, vieram a substituição de copos plásticos por canecas, a impressão frente e verso e as compras sustentáveis. Nos últimos anos, além das obras e reformas feitas pelo Tribunal e da eliminação de autos findos, a [preocupação com a questão ambiental](#) também ficou evidenciada em outros projetos.

Para promover o descarte adequado de resíduos tóxicos e perigosos como lâmpadas, pilhas, baterias e estopas sujas de óleo, foi contratada uma empresa especializada. Para exemplificar em números, no biênio 2012/13 foram encaminhadas mais de duas mil lâmpadas fluorescentes para o destino correto. A atenção é com o mercúrio, elemento químico que está na composição desse tipo de lâmpada e que pode contaminar água, solo, animais, plantas e pessoas.

Buscando economia e menor impacto ambiental, a comissão também está adotando copos de papel, que deverão substituir gradualmente os de plástico, ainda disponíveis para uso de visitantes no prédio-sede. Para o público interno, a capacitação tem sido continuada. Em setembro de 2013 aconteceu a palestra Sustentabilidade Ambiental, proferida pela bióloga Silvane Dalpiaz do Carmo no auditório do Tribunal e transmitido via EaD para as unidades de outras cidades.



Preocupação em relação às lâmpadas é com o mercúrio, altamente contaminante



Quanto lixo produzimos?

Para medir a quantidade de lixo reciclável produzido diariamente por magistrados e servidores no Tribunal, em maio de 2012 foi adquirida uma balança que vai ajudar a reconhecer os impactos ambientais desses resíduos. O cálculo médio tem demonstrado que são coletados, todos os dias, cerca de 550 quilos de materiais recicláveis e 890 quilos de rejeitos.

Com estes dados em mãos, é possível saber como está a participação na coleta seletiva, estabelecer políticas e planejar ações de conscientização para a redução do lixo. Ao assumir a responsabilidade sobre os resíduos gerados, o Tribunal busca preservar a natureza de forma concreta. “Além do investimento na melhoria do ar, da água e do solo, a longo prazo teremos economia de energia e de matérias-primas, com diminuição do desperdício”, diz o servidor Danilo Augusto Saldanha Caiaffo, coordenador da CPG Ambiental.

| Resíduos do edifício-sede (média diária) | |
|--|--------|
| Reciclável | 550 kg |
| Rejeito | 890 kg |



Balança vai ajudar a reconhecer impactos ambientais dos resíduos produzidos pelo Tribunal

Licitação sustentável

Uma das três metas próprias da Justiça do Trabalho catarinense, além das determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para 2013, está diretamente ligada à responsabilidade socioambiental: fortalecer a prática de aquisição de materiais que atendam a critérios de sustentabilidade, mediante o incremento de 5% do número de itens que contemplem esses critérios.

No mês de julho a meta já tinha sido alcançada. Cerca de 64% dos itens comprados atendem à especificação de sustentabilidade. Em 2012, a mesma meta não tinha sido cumprida.

Na licitação sustentável, que inclui todas as formas de contratações realizadas pelos órgãos públicos, é feita a compra do produto que oferece o maior número de benefícios para o ambiente e para a sociedade. Deve ser observada, como diretriz, a preferência por aqueles de baixo impacto ambiental.

Como exemplos, a prioridade por reciclados e recicláveis, aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados, bem como a adoção de procedimentos racionais quando tomada a decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos.

Eliminação consciente

A eliminação dos processos findos comuns, sem valor histórico, é convertida em benefício para a comunidade, transformando-se em uma ação social e ambiental. Os documentos são picotados, compactados em fardos e doados, seguindo para a reciclagem. Todo o processo é acompanhado por servidores do TRT-SC. O repasse mais recente, em abril de 2013, foi de 15 toneladas de papel para a Associação de Recicladores Esperança (Aresp) e para a Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (Acmr), ambas de Florianópolis. O material rendeu cerca de R\$ 5 mil para ser dividido entre as pessoas que trabalham nelas.



Esforço de regularização

Formalização de doação de terrenos, compra de imóveis e ratificação de escrituras foram algumas das medidas adotadas junto à SPU

Todos os terrenos e imóveis adquiridos pelo Tribunal pertencem, de fato e de direito, à União. Durante a sua gestão à frente do Tribunal, a presidente Gisele Pereira Alexandrino compareceu em várias ocasiões à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para formalizar o recebimento em doação de terrenos destinados à construção de unidades judiciárias, além de aquisições de imóveis e ratificação de escrituras.

Foi o caso da escritura do imóvel onde funciona o almoxarifado do TRT, adquirido da Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc). Com 3,5 mil metros quadrados e um galpão de 1,7 mil metros quadrados, o terreno custou R\$ 3,5 milhões e está sendo ocupado pelo setor desde 1994. Após uma reforma que está sendo planejada, o imóvel também deverá receber o Serviço de Digitalização e Guarda de Documentos, que ainda funciona em um prédio alugado.

Em outra oportunidade, a presidente foi à SPU receber oficialmente o terreno em que será construído o novo Fórum Trabalhista de Chapecó. Além da então superintendente do Patrimônio da União no Estado, Isolde Espíndola, também esteve presente a secretária do Patrimônio da União, Paula Maria Motta Lara. Na ocasião, a presidente destacou as qualidades do terreno e a magnitude do projeto: a área, localizada no centro da cidade, tem aproximadamente 2,3 mil metros quadrados e foi cedida pelo Governo do Estado, que em tro-

ca ficou com outro terreno da União e com o valor da diferença, avaliada em R\$ 1 milhão.



Formalização da entrega do terreno onde será construído o Fórum de Chapecó teve a presença da secretária do Patrimônio da União (à esquerda). Ao lado, a presidente Gisele Alexandrino, Isolde Espíndola, Nezita Wiggers (diretora-geral do TRT à época), servidores da SPU e Luiz Carlos de Carvalho Cardoso, assessor orçamentário do Tribunal

Chão de fábrica

Conhecer empresas ajuda magistrados na compreensão da realidade dos trabalhadores

Visitar as empresas da região onde atua e ver de perto o processo produtivo já virou rotina para o juiz Ricardo Jahn, da 1ª VT de Criciúma. Ele está no TRT-SC desde 2011, vindo do Tribunal gaúcho, e seu objetivo com a sequência de visitas é conhecer as instalações, as peculiaridades e o processo produtivo específico de cada ramo. O magistrado observa questões de saúde e segurança dos ambientes de trabalho.

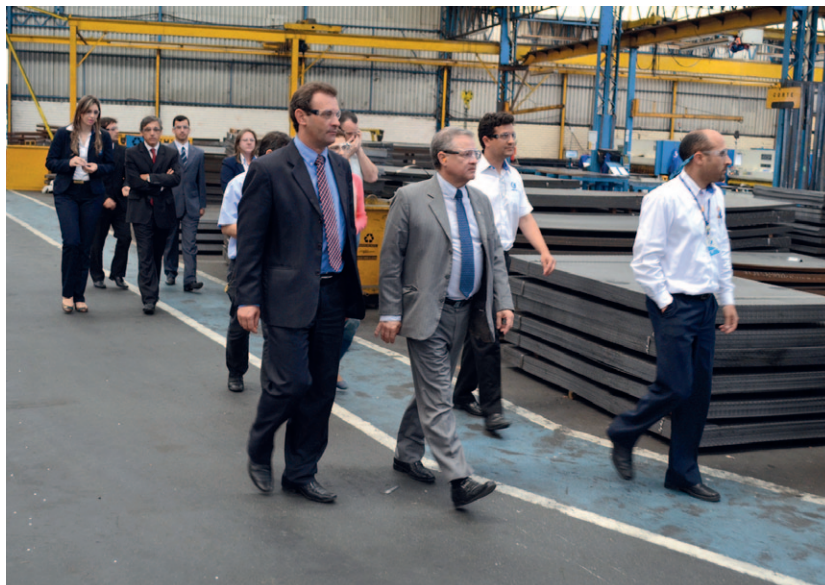
“Isso traz familiaridade com a realidade vivida dentro da empresa, como o tempo despendido em cada fase de produção, a rotina dos trabalhadores e as expressões utilizadas no seu cotidiano, o que colabora muito na elaboração de uma sentença”, revela o juiz.

Em outubro de 2013, o juiz Jahn teve a companhia do corregedor do Tribunal, desembargador Edson Mendes de Oliveira, em mais uma de suas visitas. A empresa Librelato, de Orleans, atua no ramo de carrocerias há 44 anos e tem mais de dois mil empregados na sede e em quatro filiais. Além dos magistrados, os servidores Aires Arnaldo Arlindo e Edna Rejane Zanette Laurindo também integraram a comitiva.

A percepção muda

Na Carbonífera Criciúma, localizada no município de Forquilha, sul do estado, a visita durou quase seis horas. Durante o trajeto da superfície até a frente de trabalho da mina de carvão, o magistrado conheceu as instalações da sala de segurança, utilizada em casos de acidentes de trabalho como, por exemplo, em desabamentos. Elas são equipadas com água, extintor, porta corta-fogo e telefone para comunicação com a superfície. Com base na experiência ele recomenda: “É muito interessante ver o processo de colocação da dinamite, a explosão, os cuidados com a segurança, a retirada das pedras e a sustentação do teto. Todo magistrado deveria descer em uma mina porque a gente tem uma ideia, mas quando chega lá, a percepção muda”.

O servidor Rafael Fernando Cidade Zanon, assessor de juiz na 1ª VT, também percorreu o trajeto e considera a experiência enriquecedora. “É interessante conhecer a realidade até mesmo para desmistificar algumas narrativas e argumentações das partes em um processo”, diz.



Juiz Ricardo, desembargador Edson Mendes e servidores foram recebidos por diretores de fábrica

Visitas aproximam juízes da comunidade

Em Joinville, os juízes do Foro se reuniram para conhecer as instalações da unidade da empresa Arcelor Mittal, presente em mais de 60 países e considerada a maior siderúrgica do mundo. No município de São Francisco do Sul a empresa conta com 900 empregados. “Considero essas visitas bastante positivas, pois além de agregarem conhecimento, aproximam os juízes da comunidade”, observa a juíza Tatiana Russi.



A partir do 2º, da esq. para a dir., os juízes Leonardo Bessa (blusa de listras), Sérgio Massaroni e Rogério Barbosa. À frente, as juízas Eronilda dos Santos (de preto) e Tatiana Russi (de verde) – com funcionários da siderúrgica Arcelor Mittal

Justiça sustentável

Com Projeto Racionalizar, unidades de primeira instância reduziram gastos de seis, entre oito itens de consumo

O Projeto Racionalizar, desenvolvido pelo TRT catarinense para aprimorar a gestão de custos operacionais e promover a responsabilidade socioambiental, disponibiliza na intranet, todos os anos, os índices referentes ao consumo acumulado pelas unidades. Com base nesses dados, são elaborados relatórios a partir da comparação com o consumo do ano anterior. Em agosto de 2013, por exemplo, a administração disponibilizou os índices de 2012 e a sua comparação com os de 2011.

Os indicadores são calculados com base no número de processos recebidos, e a meta é reduzir o consumo em pelo menos 1% em relação ao ano anterior. São analisados os gastos de papel A4, água, telefone, energia elétrica, correio (postagens), consumíveis de TI (cartuchos e toners), combustíveis, limpeza e segurança.

O projeto

O projeto Racionalizar teve início em 2010 com a Meta 6, estipulada pelo CNJ, que determinava a redução em pelo menos 2% do consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível. No ano seguinte, também passaram a ser observados os consumos de postagens via correio e de cartuchos e toners. Já em 2012 entraram na lista os gastos com limpeza e segurança.

Desde 2011, com a revisão das metas pelo Comitê Estratégico, o Projeto Racionalizar foi desvinculado do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho de Santa Catarina e a sua responsabilidade passou para a Secretaria Administrativa (Secad). “O objetivo é que todos conheçam as informações de sua localidade para que possam agir naqueles itens cujo consumo foi acima do esperado”, explica a servidora Xalise Bianchini Thiele, da Secad. “Quando isso acontece, entramos em contato com o diretor da unidade para nos aprofundarmos sobre as possíveis causas do aumento”, acrescenta.

Segundo a servidora, algumas unidades tiveram acréscimo considerável no consumo de papel e de toners de impressora. “Ao justificarem os números, alguns diretores apontaram o aumento da prática de petição eletrônico pelos advogados, o que gerou mais impressões na unidade. E a troca de impressoras, com modelos de toners diferentes, também motivou o aumento do consumo”, exemplifica Xalise. Ela também informa que há alguns itens, como limpeza e segurança, em que servidores e magistrados não possuem muita possibilidade de interferência no comportamento dos indicadores. “Essas questões são relevantes e levadas em consideração”, completa.



Fórum de Itajaí reduziu em 60% o consumo de água no período de um ano

Desempenho

Os índices alcançados demonstram que a primeira instância apresentou um melhor desempenho se comparado com o do prédio-sede. Dos oito indicadores avaliados nas unidades judiciárias, elas ultrapassaram a meta, com folga, em seis deles. Não se reduziu o consumo em apenas dois quesitos: consumíveis de TI e gastos com limpeza.

O Fórum de Itajaí conseguiu uma drástica redução no consumo de água. O diretor da 2ª VT, Willian Paulo Pereira, acredita que a economia de 60% é consequência de uma revisão geral nas instalações hidráulicas do edifício. “Como parte do prédio é antiga, com mais de 20 anos, resolvemos fazer uma avaliação geral, em que foram verificados todos os registros, válvulas e torneiras. Acredito que essa tenha sido a causa do nosso desempenho”, observa Willian. “A água é consumida principalmente na limpeza e nos banheiros, situações em que é difícil intervir no consumo, e uma simples manutenção pode ser a alternativa para reduzir o gasto”, sugere o diretor.

| Índices alcançados | 1º grau | Sede |
|--------------------|------------|--------|
| Água | -15,78% | -21,9% |
| Energia Elétrica | -6,36% | 6,7% |
| Correio | -3,66% | 2,55% |
| Papel | -6,31% | 0,71% |
| Consumíveis de TI | 11,34% | 31,62% |
| Combustível | Não medido | 9,18% |
| Telefone | -10,34% | -7,71% |
| Limpeza | 3,19% | 0,62% |
| Segurança | -8,53% | 16,58% |

Comparação do consumo – 2012 em relação a 2011 – das unidades judiciárias e do prédio-sede

Cenacult promoveu de serenata a roda de samba nos últimos dois anos

Servidores e magistrados também encontraram tempo no biênio 2012/13 para apreciar momentos de cultura, história e artes. Nos últimos dois anos, a Presidência do TRT-SC apoiou algumas atividades do Centro Artístico e Cultural, entidade criada em 2002 por um grupo de servidores e magistrados para estimular a manifestação artística dentro do Tribunal.

Uma delas foi a serenata no Dia dos Namorados. Uma servidora e um violonista convidado passaram por todos os setores e gabinetes do Tribunal interpretando canções românticas. Foi uma surpresa geral, bem recebida por todos. A homenagem rendeu momentos de emoção, com cantoria conjunta, abraços e até lágrimas.

As mães também tiveram sua homenagem. No evento, um telão ficou passando fotos de servidores com suas mães, servidoras com seus filhos, ou, ainda, das esposas de servidores com os filhos. Houve também sorteio, entre as servidoras, de três kits de perfumaria. A presidente do TRT-SC, Gisele Pereira Alexandrino, também prestigiou a confraternização e agradeceu à entidade.

Um evento multicultural promovido pelo Cenacult e apoiado

pela Presidência foi o Independência Cultural, que contou com apresentação musical, exposição de arte, coquetel e sorteio de brindes.

Também foram promovidos a Cena Rock, uma exposição de objetos relativa ao Dia Internacional da Mulher, uma roda de samba em homenagem ao Dia do Servidor Público e a exposição “Duplicidade”, com obras da artista plástica Cristiane Inokuma.



Exposição de objetos de interesse feminino em homenagem ao Dia da Mulher



Médico Júlio César Cruz canta durante o Independência Cultural



Roda de Samba: servidores comemoraram seu dia com muito batuque



Serenata dos namorados percorreu diversos setores do Tribunal, inclusive a Presidência

Presidente Gisele foi homenageada com duas comendas

A presidente do TRT-SC, desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, foi agraciada com duas comendas no último ano de sua gestão: a Ordem do Mérito Judiciário da Bahia e a Cruz do Mérito Judiciário. A primeira foi entregue em cerimônia realizada na Associação Comercial do Estado da Bahia, em Salvador, em 17 de maio; a segunda, no 5º Encontro Nacional de Juizes Estaduais (Enaje), ocorrido em Florianópolis, no dia 24 de outubro, e promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).



Homenagem prestada pela AMB foi em outubro de 2013

Foto: Ricardo Pereira



TRT da Bahia também agraciou desembargadora Gisele Alexandrino

Foto: Secom - TRT 5ª Região

Ações beneficentes

Instituições locais são favorecidas com reversão de multas judiciais

O descumprimento de ordens judiciais em ações trabalhistas tem se transformado em ajuda para diversas instituições filantrópicas no estado de Santa Catarina. A juíza Desirré Dorneles de Ávila Bollmann, titular da 2ª VT de Blumenau, costuma destinar valores de multas para entidades beneficentes.

Para ela, é uma forma interessante de favorecer a própria comunidade vítima do dano. "Ao invés de ir para um fundo da União, no qual não será possível acompanhar o destino, os valores beneficiam instituições pré-cadastradas e sabidamente idôneas", explica. Segundo a magistrada, é exigida a comprovação nos autos do destino dado às doações.

A Associação Blumenauense na Luta contra o Câncer (Ablucan) recebeu em 2012 um alvará no valor de R\$ 2,2 mil. Na ocasião, o presidente da entidade, Leonardo Levi Braz, disse que a doação aconteceu em um momento muito oportuno, já que a sede estava em reforma. O valor recebido ajudou na construção de uma cozinha e de uma área para atendimento psicológico e de assistên-

cia social. A obra foi concluída e já está em funcionamento.

No início de 2013 a 2ª Vara de Jaraguá do Sul repassou R\$ 62.891,73 a três entidades filantrópicas do município: Associação de Amigos do Autista (AMA), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e Rede Feminina de Combate ao Câncer.

A 1ª VT de Lages e a 3ª joinvilense também adotam a prática. Em Florianópolis, a 3ª Vara repassou, no ano passado, R\$ 10 mil à Associação Evangélica Beneficente de Assistência Social (Aebas), entidade não governamental que oferece assistência a 350 crianças e adolescentes. O valor teve origem em uma ação ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, por descumprimento de termo de ajustamento de conduta.

Mas, nem sempre o gesto é resultado de penalidades. A 1ª VT de Blumenau, por exemplo, aproveitou recursos da própria unidade judiciária. Com a troca dos refrigeradores de ar a VT providenciou a doação dos equipamentos antigos para duas entidades da região.



Para juíza Desirré, doações são uma forma de ajudar a própria comunidade



Expediente

Assessor de Comunicação Social

Vanderlei Luiz Ricken

Coordenação Editorial

Vanderlei Luiz Ricken

Redação

Ana Paula Steffani

Caio Rubens Cruz Teixeira

Camila Sartori Velloso Abreu

Clayton Haviaras Wosgrau

Daniele Rodrigues

Karina Della Giustina

Letícia Cemin

Vanderlei Luiz Ricken

Revisão

Ana Paula Steffani

Clayton Haviaras Wosgrau

Vanderlei Luiz Ricken

Projeto gráfico, diagramação e finalização

Simone Beatriz Dalcin

Fotografia e tratamento de imagens

Adriano Ebenriter

Imagens

Arquivo Ascom

Obra reproduzida na capa e contracapa

Liana Brandão (pintura
sobre painel fixado em
parede externa do
Plenário do TRT-SC)

Impressão

Gráfica Coan

Tiragem

1.000 exemplares



São
quas
decantais
partidos
gulos
do
tempo



**Tribunal Regional do
Trabalho da 12^a Região**

Rua Esteves Júnior, 395 - Centro
Florianópolis/SC - (48) 3216-4000
www.trt12.jus.br